

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



Câmara dos Deputados

Combatendo a

CORRUPÇÃO ELEITORAL

Brasília – 1999

M E S A D A
CÂMARA DOS DEPUTADOS

51ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa
1999

Presidente: MICHEL TEMER (PMDB-SP)

Primeiro-Vice-Presidente: HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)

Segundo-Vice-Presidente: SEVERINO CAVALCANTI (PPB-PE)

Primeiro-Secretário: UBIRATAN AGUIAR (PSDB-CE)

Segundo-Secretário: NELSON TRAD (PTB-MS)

Terceiro-Secretário: JAQUES WAGNER (PT-BA)

Quarto-Secretário: EFRAIM MORAIS (PFL-PB)

Suplentes de Secretário

Primeiro-Suplente: GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA)

Segundo-Suplente: LUCIANO CASTRO (PSDB-RR)

Terceiro-Suplente: ZÉ GOMES DA ROCHA (PMDB-GO)

Quarto-Suplente: GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE)

Diretor-Geral: Adelmar Silveira Sabino

Secretário-Geral da Mesa: Mozart Vianna de Paiva



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMBATENDO A CORRUPÇÃO ELEITORAL

**Tramitação do primeiro Projeto
de Lei de Iniciativa Popular aprovado
pelo Congresso Nacional.**

Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Publicações
Brasília – 1999

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: *Afrísio Vieira Lima Filho*

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretora: *Suelena Pinto Bandeira*

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Diretora: *Nelda Mendonça Raulino*

Pesquisa de textos realizada por:

**MÁRCIO LUIZ SILVA
FRANK VARELA DE MOURA
REGINA MARIA ZOLET**

**SÉRIE
Ação Parlamentar
n. 96**

Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação — CEDI
Coordenação de Publicações — CODEP
Anexo I - 23º andar
Praça dos Três Poderes
Brasília (DF)
CEP 70160-900

S U M Á R I O

Apresentação – Deputado Michel Temer
Algumas informações sobre a presente publicação e sobre a
Iniciativa Popular de Lei contra a corrupção eleitoral
Texto do Projeto de Lei de Iniciativa Popular entregue à Presidência
da Câmara dos Deputados em 10 de agosto de 1999 e justificativas
apresentadas para iniciar sua tramitação sob o nº 1.517/99, em 18 de
agosto de 1999
Texto da Lei nº. 9840, de 28 de setembro de 1999
Câmara dos Deputados
Sessão Ordinária de 12/08/1999 (*Pronunciamentos imediatamente
após a entrega da Iniciativa Popular de Lei, realizada em 10 de
agosto de 1999*)
Câmara dos Deputados
Sessão Ordinária de 19/08/99 (*Pronunciamento informando sobre o
início da tramitação do Projeto de Lei 1.517/99*)
Câmara dos Deputados
Sessão Ordinária de 26/08/1999 (*Pronunciamento sobre a
tramitação do PL 1.517/99 na Comissão de Constituição e Justiça
da Câmara e outras informações*)
Câmara dos Deputados
Sessão Ordinária de 30/08/1999 (*Pronunciamento sobre a
tramitação do PL 1.517/99*)
Câmara dos Deputados
Sessão da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação de
08/09/1999 (*Discussão e aprovação do PL 1.517/99*)
Câmara dos Deputados
Sessão Ordinária de 14/09/99 (*Requerimento de urgência
urgentíssima para a tramitação do PL 1.517/99*)
Câmara dos Deputados
Sessão Extraordinária de 16/09/99 (*Discussão do PL 1.517/99 e
decisão de convocar sessão extraordinária para votá-lo na terça-
feira 21/09/99*)
Câmara dos Deputados
Sessão Ordinária de 20/09/99 (*Pronunciamento sobre o PL
1.517/99*)
Câmara dos Deputados
Sessão Extraordinária de 21/09/99 (*Discussão e aprovação do PL*

1.517/99)

Câmara dos Deputados

Sessão Ordinária de 22/09/99 (*Pronunciamento sobre o PL 1.517/99*)

Senado Federal

Comissão de Constituição e Justiça e de Redação em 22/09/99 (*Discussão e aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº.45/99*)

Senado Federal

Sessão Ordinária de 22/09/99 (*Aprovação de requerimento de urgência para o PLC 40/99*)

Senado Federal

Sessão Ordinária de 23/09/99(*Discussão e aprovação do PLC 45/99*)

Câmara dos Deputados

Sessão Ordinária de 23/09/99 (*Pronunciamentos sobre o PL 1.517/99*)

Câmara dos Deputados

Sessão Ordinária de 29/09/99 (*Pronunciamento sobre o PL 1.517/99*)

Fac-símile da folha de coleta de assinaturas para a Iniciativa Popular de Lei contra a corrupção eleitoral

Quadro de distribuição das assinaturas coletadas, por Estado da Federação

Apresentação do Presidente da
Câmara dos Deputados
Michel Temer

No dia 10 de agosto de 1999 recebi na Câmara dos Deputados representantes da Sociedade Civil – CNBB, OAB, CUT, Força Sindical entre tantas outras. Elas traziam mais de um milhão de assinaturas de eleitores em apoio a Projeto de Iniciativa Popular no combate a corrupção eleitoral. É um dia que trago na memória, marcado não apenas pelo conteúdo do projeto mas sua forma: a iniciativa popular, a legítima pressão de diversos setores da sociedade ao lado de seus representantes no Congresso Nacional. As assinaturas representavam cada canto deste País e reforçavam dentro das nossas instituições políticas os anseios e aspirações do eleitorado.

Esta atuação da sociedade, seu interesse e presença, deu os resultados esperados. No final de setembro, com 41 dias de tramitação na Câmara e o no Senado Federal, o projeto se tornou lei. Vitória da cidadania, do Poder Legislativo, mas sobretudo do povo, que esteve aqui representado não apenas pelos parlamentares mas pelos diversos setores da sociedade civil. Exemplo que recordou os momentos memoráveis da luta pela redemocratização do País e que deve continuar a ser perseguido.

Como resultado de uma interação entre várias representações, a nova Lei não contempla interesses particulares ou corporativos. Ela aperfeiçoa as instituições políticas brasileiras, superando distorções que ainda persistem em nossos processos eleitorais e ameaçam a legitimidade da nossa representação política. Ela combate a corrupção eleitoral numa das suas faces mais enraizadas e perversas: a compra de votos com todas as suas consequências. É por esta porta que se desvirtua o sistema eleitoral, é manchada a imagem do Congresso Nacional, o abuso do poder econômico vai se perpetuando e com ele a pobreza e a miséria do nosso quadro social, razão de tanta violência e insegurança pública.

De nossa parte cumprimos com o dever de, na medida das nossas possibilidades, agilizar a tramitação do projeto para que ele pudesse assegurar a lisura necessária nas eleições municipais já no ano 2 000. Apenas oito dias depois de apresentado, o Projeto iniciava a sua tramitação, sob a responsabilidade de onze deputados representando cada um dos partidos presentes na Casa. O esforço coletivo concentrado nas comissões da Câmara e do Senado possibilitou que, seis semanas depois, o projeto já estivesse sancionado e pronto para tornar-se Lei.

A presente publicação contém todos os pronunciamentos feitos na Câmara e no Senado ao longo da tramitação. Ela historia boa parte de toda a trajetória deste projeto: a proposta, a discussão e o que foi aprovado. Não é apenas homenagem ao esforço de todos que participaram deste processo. É documento que registra um dos melhores exemplos da nova realidade política onde o povo não participa apenas do período eleitoral mas de forma permanente e vigilante, se organizando e propondo diretamente ao Congresso seus anseios por um Brasil melhor.

Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Algumas informações sobre
a presente publicação
e sobre a iniciativa popular
de Lei contra a corrupção eleitoral

O presente volume, publicado pela Presidência da Câmara dos Deputados como registro de um fato histórico – a aprovação pelo Congresso Nacional, por primeira vez, de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular - contém todos os pronunciamentos feitos na Câmara e no Senado sobre essa Iniciativa, desde a entrega do Projeto à Câmara em 10 de agosto de 1999 até a publicação da Lei nº 9840, que dele resultou, no Diário Oficial da União de 29 de setembro do mesmo ano.

O texto do Projeto de Lei de Iniciativa Popular encontra-se nas primeiras páginas, seguido do texto da Lei nº 9840, de 28 de setembro de 1999.

Foram transcritas nesta publicação, em sua integralidade, as discussões e deliberações sobre o Projeto de Lei, ocorridas em sessões que dele trataram, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, assim como nas suas Comissões de Constituição, Justiça e Redação. Dos discursos feitos em outras sessões foram transcritos somente os trechos que se referiam diretamente ao projeto. Para todas essas transcrições foram utilizadas as notas taquigráficas e as atas das sessões. No sumário da publicação está indicado, para cada sessão, o que dela foi transcrito.

Em 10 de agosto os dirigentes das entidades que patrocinaram e apoiaram a Iniciativa Popular entregaram, em ato no Salão Verde da Câmara dos Deputados, ao Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, o Projeto de Lei acompanhado de 952.314 assinaturas. O total de subscrições de eleitores efetivamente atingido foi de 1.039.175, contadas as assinaturas restantes, encaminhadas à Câmara alguns dias depois, e consideradas somente aquelas que estavam acompanhadas dos dados dos títulos de eleitor dos subscritores – número, zona, seção e município - bem como dos endereços dos mesmos, conforme as exigências legais. No final da publicação apresenta-se o fac-símile da folha de coleta de assinaturas, com o texto do projeto, assim como um quadro com a distribuição das assinaturas por Estado da Federação. Cumpru-se também, consideradas as retificações feitas recentemente

pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE no número de eleitores brasileiros, o requisito constitucional quanto ao mínimo de assinaturas necessárias para Iniciativas Populares de Lei, que é de 1% do eleitorado nacional.

* * *

A Iniciativa Popular de Lei objeto desta publicação foi promovida e patrocinada pela Comissão Brasileira Justiça e Paz - CBJP, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, com o apoio de mais de trinta entidades nacionais, cujos nomes estão indicados na Justificativa que acompanha o Projeto. Inúmeras outras entidades, de caráter nacional, regional ou local, associaram-se à Iniciativa posteriormente ao seu lançamento.

A apresentação de um Projeto de Lei visando combater a corrupção eleitoral constituiu a terceira etapa de um plano elaborado pela CBJP para dar continuidade à Campanha da Fraternidade da CNBB de 1996, cujo tema foi “Fraternidade e Política”. Segundo a CBJP, a reflexão feita durante essa Campanha identificou na “compra” de votos de eleitores uma das maiores distorções da democracia brasileira, como uma prática que explora a pobreza e a miséria e desvirtua os resultados eleitorais. Considerou-se também que essa prática é extremamente perversa, na medida em que necessita, para ser eficaz, que as carências populares sejam mantidas indefinidamente, e se forme um verdadeiro “exército eleitoral de reserva”, a ser convocado a cada eleição para trocar votos pela satisfação de necessidades materiais imediatas. Constatou-se, ainda, que a “compra” de votos – e portanto necessariamente sua “venda” – embora sejam tipificadas como crime no Código Eleitoral, são vistas, por boa parte tanto dos candidatos como do eleitorado, como algo aceitável, natural e mesmo útil para o próprio eleitor, constituindo assim igualmente um problema cultural ligado ao nível de consciência de cidadania.

O plano da CBJP começou a ser realizado em Abril de 1997, com uma pesquisa nacional, com caráter também conscientizador dada a dimensão cultural da questão, sobre a incidência do crime da “compra-venda” de votos nas eleições municipais de 1996. Cobrindo pouco menos de trezentos municípios brasileiros, a pesquisa mostrou

que a prática desse crime é comum de norte a sul e de leste a oeste do país, tanto em zonas urbanas como rurais.

A segunda etapa do plano consistiu na realização, nesse mesmo ano e no início de 98, de uma série de nove Audiências Públicas, em várias regiões do país, promovidas pela CBJP em parceria com outras entidades, com o objetivo tanto de colher depoimentos como de ampliar a discussão da questão.

A terceira etapa iniciou-se com a constituição de um Grupo de Trabalho para elaborar um Projeto de Lei de enfrentamento do problema, a ser apresentado como Iniciativa Popular. Pretendia-se, usando o caminho da Iniciativa Popular, necessariamente mais longo – em vez de se solicitar a apresentação do projeto por um ou mais parlamentares, e muitos a isso se dispunham – fazer com que a coleta de assinaturas, que se tornava necessária, levasse a todas as regiões do país a discussão sobre essa distorção de nossa democracia. A CBJP e as entidades a ela associadas consideravam que o processo educativo de esclarecimento, ensejado por essa coleta, seria uma contribuição importante para a mudança cultural necessária à efetiva eliminação da “compra-venda” de votos em nossas eleições.

O Grupo encarregado de redigir a proposta legislativa foi integrado pelo ex-Procurador Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, que o presidiu, e pelos Drs. José Gerim Cavalcanti, então Procurador Regional Eleitoral do Estado do Ceará, e Dyrceu Aguiar Dias Cintra Junior, ex-Juiz Eleitoral em São Paulo, auxiliados por outros especialistas na matéria e representantes das entidades que começaram a se associar à Iniciativa.

Esse Grupo de Trabalho concluiu que a melhor forma de enfrentar o problema, do ponto de vista da legislação, seria fazer com que a “compra” de votos fosse considerada, além de crime, uma infração eleitoral, o que permitiria uma punição administrativa, mais rápida do que aquela resultante de um processo penal, necessariamente demorado e que tem ensejado, em geral, a impunidade. O Grupo propôs, igualmente, que essa infração deveria ser punida com a pena de cassação do registro do candidato infrator, considerada mais eficaz que a perspectiva de uma eventual prisão ao fim de um processo penal; e que a mesma pena deveria ser estendida ao candidato que

usasse, para captar votos, a máquina administrativa. O Grupo agregou ainda a essas propostas a possibilidade do perdão judicial para eleitores carentes assim enganados. Maiores detalhes sobre as propostas e sua fundamentação podem ser encontrados nas justificativas do projeto, apresentadas no início desta publicação, bem como no parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

A coleta de assinaturas foi iniciada em 11 de maio de 1998. Ao longo de um processo que durou um ano e três meses, constatou-se uma dificuldade adicional: em média, de cada cinco pessoas que se dispunham a assinar, somente uma trazia consigo seu título de eleitor. Mas, apesar disso, a coleta foi se ampliando, em todo o país, à medida em que a proposta se tornava mais conhecida. Inicialmente nas paróquias e movimentos das Igrejas, depois nas escolas, portas de fábrica e ruas, a conscientização buscada foi crescente. O apoio da mídia também se avolumou, e foi se firmando a verdade da frase cunhada por participantes desse esforço: “voto não tem preço, tem conseqüências”.

Com o número de assinaturas coletadas aproximando-se do mínimo exigido, a CBJP e as entidades a ela associadas decidiram apresentar o projeto ao Congresso no início de agosto de 1999, com o objetivo de conseguir sua aprovação antes de 1º de outubro e assim assegurar a vigência da nova Lei nas eleições do ano 2000.

* * *

Ao ser feita a entrega do Projeto em 10 de agosto, verificou-se que o tempo que seria exigido para a recontagem das assinaturas inviabilizaria sua discussão e eventual aprovação dentro do prazo pretendido, além de existirem dificuldades técnicas para a Câmara ou o TSE verificarem a autenticidade das assinaturas. O Presidente da Câmara e os responsáveis pela Iniciativa Popular consideraram então que o Projeto deveria tramitar como iniciativa parlamentar, para começar a ser examinado imediatamente. Ele foi então subscrito por Deputados de todos os partidos com assento na Câmara, conforme indicado no discurso de encaminhamento pronunciado na Câmara dia 19 de agosto.

Iniciada sua tramitação em 18 de agosto, o Projeto passou por um dos mais rápidos processos de deliberação da história do Congresso – 35 dias -, na Câmara como Projeto de Lei (PL) nº 1.517/99 e no Senado como Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 45/99: discutido e aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dia 8 de setembro e pelo Plenário dia 21 desse mesmo mês, no dia 22 ele foi discutido e aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado e no dia 23 pelo Plenário dessa Casa. Cinco dias depois ele era sancionado pelo Presidente da República.

* * *

O plano da CBJP prevê ainda uma quarta etapa: a ampla divulgação do teor da nova Lei, com as instruções necessárias para aqueles que assinaram o Projeto fiscalizarem sua aplicação, com vistas a garantir plenamente seus efeitos. Todos os que participaram desse esforço cívico esperam que a Lei nº 9840 comece, nas eleições do ano 2000, a ser efetivamente respeitada, com o que a democracia brasileira dará um passo decisivo rumo à sua consolidação e aprofundamento.

(15/11/99)

**TEXTO DO PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR
ENTREGUE À PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DOS
DEPUTADOS EM 10 DE AGOSTO DE 1999 E
JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PARA INICIAR SUA
TRAMITAÇÃO SOB O Nº 1.517/99, EM 18 DE AGOSTO DE
1999:**

PROJETO DE LEI

**Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 e altera
dispositivos da Lei nº 4737, de 15 de julho de 1965 - Código
Eleitoral**

Art. 1º - O art. 41 e o § 5º do art. 73, ambos da Lei nº 9504, de 30 de setembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.41 - Constitui processo de captação de sufrágio, vedado por esta lei, doar, oferecer ou prometer, o candidato ou alguém por ele, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de 1.000 (mil) a 50.000 (cinquenta mil) UFIRs, e cassação do registro ou do diploma."

"Art. 73 ...

§ 5º - Nos casos de descumprimento dos incisos I, II, III, IV e VI do caput, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o candidato beneficiado, agente público ou não, ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma."

Art. 2º - O art. 41 da Lei nº 9504, de 30 de setembro de 1997, com sua redação primitiva, passa a constituir o § 4º do art. 36 da mesma Lei.

Art. 3º - O inciso IV do art. 262 e o art. 299, ambos da Lei nº 4737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, passam a vigorar com

a seguinte redação:

"Art. 262 - ...

IV - Concessão ou denegação do diploma em manifesta contradição com a prova dos autos, nas hipóteses do art. 222 desta Lei, e do art. 41 da Lei nº 9504, de 30 de setembro de 1997."

"Art. 299 - ...

Parágrafo Único - Se o Juiz verificar, quanto ao eleitor, tratar-se de réu primário, cujo grau de instrução e condição de necessidade material no momento do crime poder-lhe-ia ter reduzido a capacidade volitiva de recusar a oferta, promessa ou doação, conceder-lhe-á perdão judicial."

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei, que visa dar mais condições para que a Justiça Eleitoral possa coibir com mais eficácia o crime da compra de votos de eleitores, está sendo apresentado ao Congresso Nacional como Iniciativa Popular de Lei, sob o patrocínio da **Comissão Brasileira Justiça e Paz – CBJP**, com o apoio da **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB**, com a justificativa abaixo transcrita.

Esta Iniciativa está sendo apoiada igualmente por mais de sessenta entidades de todo o Brasil, entre as quais as entidades nacionais abaixo relacionadas:

Agência de Notícias de Defesa da Infância – **ANDI**,
Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania - **CIVES**;
Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas - **ABESC**;
Associação Brasileira de Imprensa - **ABI**; Associação Brasileira de
Organizações Não-Governamentais - **ABONG**; Associação de

Educação Católica do Brasil - **AEC**; Associação Juízes para a Democracia; Caritas Brasileira; Central Única dos Trabalhadores - **CUT**; Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais - **CERIS**; Comissão Nacional da Pastoral Operária - **CPO**; Comissão Pastoral da Terra - **CPT**; Conferência dos Religiosos do Brasil - **CRB**; Ordem dos Advogados do Brasil - **OAB**; Conselho Indigenista Missionário - **CIMI**; Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil - **CONIC**; Conselho Nacional de Leigos - **CNL**; Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - **DIAP**; Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional - **FASE**; Federação Nacional dos Jornalistas - **FENAJ**; Força Sindical; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - **IBASE**; Instituto Brasileiro de Desenvolvimento - **IBRADES**; Instituto de Estudos Socio-Econômicos - **INESC**; Movimento de Educação de Base - **MEB**; Movimento do Ministério Público Democrático; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - **MST**; Movimento Nacional dos Direitos Humanos - **MNDH**; Movimento Nacional Juventude Comunidade Justiça e Cidadania - **JCJC**; Pastoral Carcerária; Pastoral da Criança; Pastoral da Juventude do Brasil - **PJB**; Pastoral Universitária - **PU**; Pensamento Nacional das Bases Empresariais - **PNBE**; Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - **ANDES**.

Subscrita por 952.314 eleitores até o dia 10 de agosto de 1999, as assinaturas já recolhidas foram entregues nesta data ao Presidente da Câmara Federal, Deputado Michel Temer, mas continuarão a ser coletadas até que se complete o mínimo exigido pela Constituição Federal para Iniciativas Populares de Lei, isto é, 1% do eleitorado nacional, o que corresponde atualmente a um milhão e sessenta mil assinaturas.

Os Deputados que apresentam este Projeto de Lei, assumindo-o como seu, o fazem no intuito de permitir que o mesmo possa começar imediatamente sua tramitação no Congresso Nacional, considerando que estarão, dessa forma, contribuindo para que o anseio de sociedade brasileira por uma democracia sem distorções possa ser

acolhido pelo Congresso Nacional, com a relevância e a urgência que merece o fato de estar sendo expresso por um milhão de brasileiros, de todos os rincões do país, no uso de um instrumento de participação popular extremamente importante mas ainda pouco utilizado pelos cidadãos brasileiros.

Os subscritores deste Projeto convidam os demais Deputados a igualmente o subscreverem, e em seguida deliberarem a seu respeito e o aprovarem no prazo necessário a que a Lei promulgada possa vigorar nas eleições do ano 2000. O Congresso Nacional estará dessa forma marcando o início do novo Milênio com um passo decisivo no esforço em que estamos todos empenhados pela valorização do voto do cidadão e da função parlamentar.

A Justificativa do Projeto apresentada pelas entidades que o patrocinam é a seguinte:

PORQUE ESTA INICIATIVA POPULAR?

No Brasil já se tornou habitual que candidatos, na época de eleições, **distribuam favores, bens e até dinheiro a eleitores, visando obter seus votos**. Ora, essa prática desvirtua inteiramente o sentido do voto. Ele deixa de ser o **exercício do poder dos cidadãos** na escolha dos seus representantes no governo e a eleição se transforma num **negócio**. Isto permite também que candidatos inescrupulosos se aproveitem das **carências populares**, conseguindo os votos dos eleitores mais pobres pela satisfação de suas necessidades imediatas - uma cesta básica, uma conta atrasada, uma consulta médica, um saco de cimento. Esta conduta se torna ainda mais **perversa** porque, para esse tipo de político, é importante que existam muitos pobres, e que estes continuem sempre pobres, para que possa de novo envolvê-los na eleição seguinte. Com isso se falseia o próprio processo eleitoral: a numerosa população brasileira mais carente forma um verdadeiro **"exército eleitoral de reserva"**, convocado a cada eleição para manter no poder os de sempre.

O Código Eleitoral vigente já estabelece, em seu artigo 299,

que essa prática é um **crime eleitoral**, tipificando-o nos seguintes termos: *"Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto, e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita"*.

Mas, tratando-se de crime, sua punição exige um processo **demorado e cuidadoso**. Com isso, nos poucos casos em que se consegue colher provas que podem levar a uma eventual condenação, esta é decidida **muito tarde**, com os mandatos questionados já praticamente terminados. E em grande parte desses processos a prescrição deixa **impunes** aqueles que cometeram o crime.

O que se pretende é **mudar a legislação** para dar mais **eficácia à Justiça Eleitoral**. E isto através de um **Projeto de Lei de Iniciativa Popular**, para que a pressão da sociedade, apoiada nos parlamentares preocupados com o aperfeiçoamento de nossa democracia, vença a resistência dos que não têm interesse em que se coíba a compra de votos de eleitores.

O QUE MUDAR?

I - Possibilidade de cassação imediata do registro do candidato

O Projeto de Lei propõe que a simples distribuição de bens, favores e vantagens pessoais a eleitores, pelo candidato ou alguém por ele, durante as campanhas, seja definida como **infração eleitoral**, a ser punida com **multa administrativa e cassação do registro da candidatura ou do diploma, de forma rápida**, isto é, ainda dentro do período de campanha eleitoral. Neste tipo de infração a rapidez se torna possível, uma vez que bastará à Justiça Eleitoral comprovar que houve de fato essa distribuição de bens ou vantagens pessoais.

Considera-se que a impossibilidade de concorrer na eleição em curso será, para o candidato que tentar comprar votos de eleitores, **uma punição mais forte até do que uma eventual prisão**, prevista pelo artigo 299 do Código Eleitoral. Esta, se houver condenação, só ocorrerá ao término de um processo demorado, enquanto a cassação do registro do candidato cortará de imediato sua maior pretensão, que é se eleger.

Para isso o Projeto de Lei introduz um novo artigo na atual

Lei Eleitoral:

"Art.41 - Constitui processo de captação de sufrágio, vedado por esta lei, doar, oferecer ou prometer, o candidato ou alguém por ele, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de 1.000 (mil) a 50.000 (cinquenta mil) UFIRs, e cassação do registro ou do diploma."

II - Cassação do registro pelo uso da máquina administrativa

O Projeto de Lei, complementarmente, modifica igualmente o artigo 73 da atual Lei Eleitoral, no que se refere a outra prática habitual, também utilizada para a distribuição de favores, que é a do **uso da máquina administrativa**, em típico **abuso do poder político**.

Esse artigo já proíbe, a quem exerce mandato, cargo ou função na Administração Pública, entre outras as seguintes condutas: **ceder bens móveis ou imóveis da administração pública**, a candidatos ou partidos (inciso I), **usar materiais e serviços do governo** para fins eleitorais (inciso II), **ceder funcionários** para os mesmos fins (inciso III), **distribuir bens e serviços de caráter social** custeados pelo Poder Público (inciso IV), **transferir recursos** da União aos Estados e Municípios e dos Estados aos Municípios, ressalvados casos especiais (inciso VI).

No entanto, com exceção do inciso VI, a Lei pune essas condutas somente com **multa**, que pode ser até irrisória frente aos montantes habitualmente gastos nas campanhas. Com o Projeto de Lei de Iniciativa Popular, pelo seu artigo 1º, todas essas condutas, e não somente a do inciso VI, **passarão a ser punidas também com cassação do registro ou do diploma**.

III - Perdão judicial para eleitores ludibriados

O Projeto de Lei cria também a possibilidade do **perdão judicial** a eleitores envolvidos por candidatos inescrupulosos, para que não tenham testemunhar, o que diminuirá a dificuldade de produção de provas sobre a compra de votos, quando for o caso de processar criminalmente os candidatos que o façam.

Tanto quem compra o voto como quem o vende é considerado criminoso, pelo artigo 299 do Código Eleitoral. De fato,

não se pode responsabilizar somente o candidato pela prática desse crime. A corrupção tem sempre um polo **ativo** e outro **passivo**. E também é muito comum que eleitores procurem candidatos para vender seu voto. Assim, o eleitor - ainda quando polo passivo - tem também que assumir as conseqüências do ato de vender seu voto, em troca do que lhe seja oferecido pelo candidato. Mas eleitores muito **carentes** e com **baixo nível de consciência política** podem ser ludibriados por aproveitadores.

O Projeto de Lei propõe então que se agregue o seguinte parágrafo ao artigo 299 do Código Eleitoral:

"Parágrafo único - Se o Juiz verificar, quanto ao eleitor, tratar-se de réu primário, cujo grau de instrução e condição de necessidade material no momento do crime poder-lhe-ia ter reduzido a capacidade volitiva de recusar a oferta, promessa ou doação, conceder-lhe-á perdão judicial."

Observação: O Projeto de Lei prevê outras modificações legislativas de caráter mais técnico, que visam adequar os textos legais às mudanças propostas. Assim, ele transforma o atual art. 41 da Lei Eleitoral, que cedeu seu espaço para o novo art. 41, em parágrafo do art. 36, que trata do mesmo assunto; e introduz o novo art. 41 nas hipóteses em que cabe recurso contra a expedição de diploma.

LEI Nº 9.840, DE 28 DE SETEMBRO DE 1999.

Altera dispositivos da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinquenta mil Ufir, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990."

Art. 2º O § 5º do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 73.....
....."

"§ 5º Nos casos de descumprimento do disposto nos incisos I, II, III, IV e VI do caput, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o candidato beneficiado, agente público ou não, ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma." (NR)

"....."

Art. 3º O inciso IV do art. 262 da Lei no 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 262....."
....."

"IV – concessão ou denegação do diploma em manifesta contradição com a prova dos autos, nas hipóteses do art. 222 desta Lei, e do art. 41-A da Lei no 9.504, de 30 de setembro de 1997." (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se o § 6º do art. 96 da Lei no 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Brasília, 28 de setembro de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Carlos Dias

CÂMARA DOS DEPUTADOS
SESSÃO ORDINÁRIA DE 12/08/1999:

(...)

O SR. B. SÁ (PSDB-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, anteontem, dia 10, às 15h, assistimos no adro da Presidência desta Casa a um ato público de entrega de um documento subscrito por mais de 1 milhão de eleitores brasileiros.

Trata-se de um projeto de lei de iniciativa popular, promovido e patrocinado pela Comissão Brasileira Justiça e Paz, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e apoiado por entidades e organismos nacionais e também por dezenas de entidades não-governamentais.

O projeto de lei de iniciativa popular pretende modificar a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, alterando dispositivos da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1995 — Código Eleitoral. Ele já ganhou a expressão de Projeto de Lei de Iniciativa Popular contra a corrupção eleitoral.

O seu art. 41 diz o seguinte:

Art. 41 - Constitui processo de captação de sufrágio, vedado por esta lei, doar, oferecer ou prometer, o candidato ou alguém por ele, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de 1.000 (mil) a 50.000 (cinquenta mil) UFIRs, e cassação do registro ou diploma.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa prática infame da compra de votos não é prerrogativa das regiões mais atrasadas e menos desenvolvidas deste País. Infelizmente sói acontecer em muitas cidades grandes.

Toda vez que o desespero bate à porta do cidadão e da família, eles, na infelicidade, tornam-se, a partir daí, vítimas imbeles dos grifos daqueles indivíduos que não têm nenhum comprometimento ético com a prática da política eleitoral.

Os indivíduos a que me refiro usam esses procedimentos como forma única de alcançar o poder em todos os seus níveis, seja no cargo de Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Federal, Senador, Governador e assim por diante.

Investidos em mandatos políticos, perpetuam-se nessas práticas sucessivamente, de costas para o povo, sem procurar levar-lhe algum alento que pelo menos contorne a médio e longo prazo a situação de miséria em que vive, dando-lhe cidadania.

Faço essas considerações, porque considero extremamente oportuno esse projeto de lei de iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Espera-se que esta Casa — como prometeu o Presidente Michel Temer — faça tramitar esse projeto, para que ele esteja em pleno uso a partir das próximas eleições.

Fazer política decente e correta está ficando insuportável. O bom político procura esclarecer a população sofrida. Entretanto, às vésperas da eleição, todo o seu trabalho é posto por terra. Os negociantes, com os bolsos cheios de dinheiro, muitas vezes conseguido em fontes duvidosas, compram os votos dos miseráveis, escravizando-os. Estes perpetuam-se no poder ano após ano, geração após geração.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, temos de agilizar — por intermédio do Presidente — a tramitação e aprovação desse projeto de lei.

Parabenizo a iniciativa dos que, comandados pela Comissão Brasileira Justiça e Paz, ousaram trabalhar intensamente, em pouco mais de um ano, para que mais de 1 milhão de assinaturas pudessem cumprir o dispositivo legal da iniciativa popular, a fim de ver um projeto de lei tão importante ser concretizado.

Era o que tinha a dizer.

(...)

O SR. PEDRO WILSON (PT-GO. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabenizo o Deputado B. Sá pelo brilhante pronunciamento. Está tramitando nesta Casa há sete

anos um projeto de iniciativa popular para criar o Fundo de Habitação Popular.

Depois da Constituição de 1988, é apresentado o segundo projeto de iniciativa popular da Comissão de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, da CUT, da Central dos Movimentos Populares, de organizações não-governamentais, enfim, de várias entidades. O projeto, com milhares e milhares de assinaturas, foi entregue ao Presidente desta Casa. Oxalá, ele possa tramitar com preferência, nessa luta contra a corrupção eleitoral.

Associo-me às palavras do Deputado B. Sá. Parabenizo a Casa por receber o projeto e, mais ainda, o povo por acreditar que o mecanismo democrático e legislativo de trabalhar contra a corrupção é importante para resgatar a ética na política e no Brasil.

(...)

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero somar-me aos Deputados B. Sá e Pedro Wilson pelos pronunciamentos já feitos neste dia e externar também minha alegria pelo ato acontecido nesta Casa, dia 10, liderado pela Comissão Brasileira Justiça e Paz, da CNBB, pela ABI, CUT e CPT, representando mais de sessenta entidades da sociedade civil que apresentaram projeto de lei de iniciativa popular, respaldado por mais de 1 milhão de assinaturas de eleitores brasileiros, exigindo uma legislação mais firme em relação à corrupção no processo eleitoral.

Isso mostra que a sociedade brasileira, por meio das suas entidades representativas, está atenta à realidade brasileira, está mobilizada e, acima de tudo, olhando com muita atenção os acontecimentos que brotam desta Casa. Isso é o indicativo de como a população brasileira está-se mobilizando para a grande marcha em defesa do Brasil, que terá o seu ato culminante no dia 26. Além disso, teremos nesse período o protesto dos agricultores, a quem quero externar a minha solidariedade.

(...)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
SESSÃO ORDINÁRIA DE 19/08/99:

(...)

O SR. ALBÉRICO CORDEIRO (PTB-AL. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dr. Francisco Whitaker, Secretário Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, entregou ontem oficialmente à Secretaria-Geral da Presidência da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 1.517, de 1999, de iniciativa popular, que pretende eliminar do processo político a corrupção eleitoral e a compra de voto.

O Projeto, em seu bojo, pretende modificar a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e altera dispositivos da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).

O Projeto, em seu art. 41, dispõe que:

Art. 41 - Constitui processo de captação de sufrágio, vedado por esta lei, doar, oferecer ou prometer, o candidato ou alguém por ele, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de 1.000 (um mil) a 50.000 (cinquenta mil) UFIRs, e cassação do registro ou do diploma.

O Projeto, de iniciativa de cerca de um milhão de brasileiros, pretende de fato inibir a corrupção eleitoral, a compra de voto e outros instrumentos que comprometem as eleições e o processo democrático. Trata-se de verdadeira assepsia do processo eleitoral, que tem problemas de toda ordem junto à Justiça Eleitoral.

Além dos Presidentes da CNBB, da CUT e da Força Sindical, e do Vice-Presidente da OAB, mais de trinta das sessenta entidades da sociedade civil brasileira que apoiaram essa iniciativa popular estiveram presentes à solenidade de entrega do projeto ao Presidente desta Casa, Michel Temer, ocorrida no dia 10 de agosto último, no Salão Verde da Câmara dos Deputados. E, demonstrando a importância que dão a esse projeto apresentado à apreciação do Congresso Nacional, os coordenadores da CNBB e da sua Comissão

Justiça e Paz solicitaram a cada partido político que indicassem Deputados para serem os primeiros a subscreverem-no.

Subscrevem o projeto, em primeiro lugar, onze Deputados de cada um dos partidos políticos com representação nesta Casa. Relaciono a seguir os nomes em ordem alfabética, como foi decidido pelas Lideranças e pela CNBB. Assinam o projeto: Albérico Cordeiro, pelo PTB; Aldo Rebelo, pelo PCdoB; Antonio Carlos Biscaia, pelo PT; Antonio Medeiros, pelo PFL; Arnaldo Faria de Sá, pelo PPB; Cabo Júlio, pelo PL; Fernando Gabeira, pelo PV; Gustavo Fruet, pelo PMDB; João Herrmann Neto, pelo PPS; Luiza Erundina, pelo PSB, e Zulaiê Cobra, pelo PSDB.

Além desses onze subscritores iniciais, grande número de Deputados está subscrevendo o projeto, e encaminharemos seus nomes à Mesa Diretora da Casa na próxima semana.

O propósito dos Deputados que primeiramente subscreveram esse projeto, representando seus respectivos partidos políticos, é permitir que comece imediatamente sua tramitação no Congresso Nacional. Considere-se que estaremos, dessa forma, contribuindo para que o anseio da sociedade brasileira por uma democracia sem distorções possa ser acolhido por esta Casa.

A relevância e a urgência desse anseio ficam mais do que evidentes pelo fato de o projeto ter sido subscrito por mais de um milhão de brasileiros, de todos os rincões do País. É importante ressaltar, igualmente, que se usou um instrumento de participação popular extremamente importante numa democracia, mas ainda pouco utilizado pelos cidadãos brasileiros.

O projeto de lei apresentado por meio dessa iniciativa popular patrocinada pela Comissão Brasileira Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil visa criar melhores condições para que a Justiça Eleitoral possa coibir com mais eficácia o crime — repito: o crime — da compra de votos de eleitores, e foi elaborado por um grupo de trabalho constituído pela CNBB especialmente para esse fim.

Esse grupo de trabalho foi presidido pelo ex-Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira, e foi integrado pelo Dr. Dyrceu Cintra Júnior, ex-Juiz Eleitoral de São Paulo, e pelo Dr. José Gerim Cavalcanti, ex-Procurador Regional Eleitoral do Estado do

Ceará, que contaram com a colaboração de vários outros especialistas na matéria.

Sua formulação foi precedida de pesquisa nacional sobre a incidência do crime da compra de votos nas eleições de 1996 e por uma série de audiências públicas em nove grandes cidades brasileiras, promovidas pela Comissão Brasileira Justiça e Paz.

Os onze Deputados que subscreveram o projeto em primeiro lugar, as centenas de Deputados que o estão subscrevendo e mais de um milhão de brasileiros esperam que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal o aprovem, deliberando no prazo necessário para que a lei promulgada possa vigor nas eleições municipais do ano 2000.

O Congresso Nacional estará dessa forma marcando o início do novo milênio com um passo decisivo, no esforço em que estamos todos empenhados pela valorização do voto e da função parlamentar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa pode tomar uma decisão que mudará os processos moral, político e econômico e todo o processo da vida brasileira. Está nas mãos do Congresso Nacional um instrumento pelo qual poderemos moralizar, limpar e fazer a assepsia das eleições.

Peço a V.Exa. que sejam publicados este registro e o projeto no **Diário do Congresso Nacional** e nos serviços oficiais de divulgação da Câmara dos Deputados.

(...)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26/08/1999:

(...)

O SR. ALBÉRICO CORDEIRO (PTB-AL. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a iniciativa popular de lei contra a corrupção eleitoral, entregue dia 10 de agosto ao Presidente da Câmara com mais de 1 milhão de assinaturas, está caminhando de maneira célere no Congresso Nacional.

No dia 18 de agosto o Projeto de Lei começou a tramitar na Câmara, sob o patrocínio de onze Deputados, um de cada partido com apresentação nesta Casa, sob o número 1.517, de 1999, e já no dia 19 foi despachado pelo Presidente Michel Temer para a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

O Presidente da Comissão, Deputado José Carlos Aleluia, designou como Relator o Deputado Eduardo Paes, que apresentou seu parecer a tempo de entrar na pauta da sessão da Comissão da próxima terça-feira, dia 3 de agosto.

Uma vez aprovado nessa Comissão, o que esperamos que ocorra, o projeto se encontrará em condições de ser votado imediatamente pelo Plenário da Câmara, para ser em seguida encaminhado ao Senado.

Na manhã de hoje o Presidente da CNBB, D. Jayme Chemello, visitou o Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, para consultá-lo sobre a possibilidade de o Projeto tramitar no Senado igualmente com rapidez. O Senador Antonio Carlos Magalhães dispôs-se a dar todo o seu apoio nesse sentido.

Tudo indica, portanto, que o Congresso Nacional ouvirá o clamor do povo brasileiro por ética nas eleições, para que a consciência nacional dê cada vez mais valor ao voto como exercício de cidadania, dentro da máxima segundo a qual *"Voto não tem preço. Tem conseqüências"*.

Se a Justiça Eleitoral ganhar, através da mudança legislativa proposta por essa iniciativa popular, mais eficácia na sua ação para coibir o crime da compra de votos de eleitores, nossa democracia se

fortalecerá e, com ela, serão encontrados os caminhos para resolver os imensos problemas do povo brasileiro.

Espero que todos os Deputados e Senadores respondam à altura a este desafio que nos é proposto, como representantes do povo brasileiro.

(...)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
SESSÃO ORDINÁRIA DE 30/08/1999:

(...)

O SR. PEDRO CELSO (PT-DF) -

(...)

Prossigo, entretanto, Sr. Presidente, na leitura de alguns trechos do documento da CNBB. Já apontando soluções para o gravíssimo quadro vivido pelo País, alerta a entidade:

Diante da gravidade da crise que atravessamos, é preciso recuperar os valores éticos propostos pelo ensinamento social da Igreja e fortalecer a mais ampla participação. É fundamental submeter a política à ética. Nessa linha insere-se a Iniciativa Popular de Lei contra a Corrupção Eleitoral, subscrita por mais de um milhão de cidadãos. Esperamos que o Congresso Nacional responda ao anseio da sociedade brasileira aprovando esse Projeto de Lei.

Sr. Presidente, registro, com grande expectativa, o início da tramitação do Projeto de Lei nº 1.517/99, subscrito por onze Parlamentares, um de cada partido com representação na Câmara dos Deputados, que substitui o projeto da iniciativa popular, a fim de acelerar o processo legislativo e viabilizar sua aprovação antes do dia 3 de outubro, possibilitando que, nas eleições do ano que vem, a lei de combate à corrupção eleitoral já tenha sido votada por esta Casa. Essa proposta de lei é uma iniciativa popular assinada por mais de um milhão de brasileiros — portanto, uma importantíssima iniciativa para coibir os abusos e atos de corrupção praticados por muitos durante os processos eleitorais em todo o nosso País.

(...)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
SESSÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA E DE REDAÇÃO DE 08/09/1999:

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geovan Freitas) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Passaremos, em seguida, à leitura da ata.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Sr. Presidente, requeiro dispensa da leitura das atas dos dias 24 e 25 de agosto, que foram previamente distribuídas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geovan Freitas) - Em votação o pedido de dispensa de leitura da ata feito pelo Deputado Antonio Carlos Biscaia.

Os Deputados que concordarem permaneçam como se encontram.(Pausa)

Aprovada a dispensa de leitura da ata.

Em votação a ata.(Pausa)

O Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovada.

Passamos à pauta da convocação.

Pauta nº 97/99.

Propositura sujeita à apreciação do Plenário.

Projeto de Lei nº 1.517/99, do Deputado Albérico Cordeiro e outros, que "modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e altera dispositivos da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.

Relator: Deputado Eduardo Paes.

Com a palavra o Deputado Eduardo Paes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou dar início à leitura do relatório, mas antes quero saudar todos os Deputados que compareceram a esta reunião da

Comissão de Constituição e Justiça e de Redação para votar este importante projeto de lei.

Leitura do relatório.

Projeto de Lei nº 1.517, de 1999, que modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e altera dispositivos da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.

Autor: Deputado Albérico Cordeiro e outros.

Relator: Deputado Eduardo Paes.

Relatório.

Subscrito pelo nobre Deputado Albérico Cordeiro e outros 59 Srs. Parlamentares desta Casa, vem em exame o Projeto de Lei nº 1.517, de 1999, que preconiza substancial modificação da legislação eleitoral, notadamente nas sanções decorrentes do abuso do poder econômico ou, na condição de agente público — abuso do poder político —, permitir condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos.

No que respeita à Lei nº 9.504, de 1997, a proposta é no sentido de modificar seu art. 41, que passaria a ter a seguinte redação:

Art. 41 - Constitui processo de captação de sufrágio, vedado por esta lei, doar, oferecer ou prometer, o candidato ou alguém por ele, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive sob pena de multa de 1.000 (mil) a 50.000 (cinquenta mil) UFIRs, e cassação do registro ou do diploma.

Ainda no mesmo diploma e no caso dos agentes públicos, propõe-se a modificação do § 5º do art. 73, para assim fixar:

§ 5º Nos casos de descumprimento dos incisos I, II, III, IV e VI do **caput**, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o candidato beneficiado, agente público ou não, ficará sujeito à cassação do registro e do diploma.

No Código Eleitoral, as mudanças são de natureza processual, acrescentando-se como causa de recurso contra expedição de diploma a violação das disposições da nova redação dada ao art. 41 da Lei nº 9.504, de 1997, e admitindo que o Juiz conceda perdão judicial àquele eleitor que, sendo réu primário, cujo grau de instrução e condição de

necessidade material no momento do crime, poder-lhe-ia ter reduzido a capacidade volitiva de recusar oferta, promessa ou doação.

"O presente Projeto de Lei, diz a justificativa, que visa dar mais condições para que a Justiça Eleitoral possa coibir com mais eficácia o crime de compra de votos de eleitores, está sendo apresentado ao Congresso Nacional como Iniciativa Popular de Lei, sob o patrocínio da Comissão Brasileira de Justiça e Paz — CBJP, com apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB".

Mais de sessenta entidades civis, de amplo espectro representativo da sociedade brasileira, apóiam a proposta e, afinal, 952.314 eleitores a subscreveram até o dia 10 deste mês de agosto, quando foi ela entregue ao Presidente da Câmara Federal, Deputado Michel Temer, enquanto outras assinaturas estão sendo recolhidas para alcançar o **quorum** constitucional de Iniciativa Popular.

"Os Deputados que apresentam este Projeto de Lei — conclui a Justificativa — assumindo-o como seu, o fazem no o intuito de permitir que o mesmo possa começar imediatamente sua tramitação no Congresso Nacional, considerando que estarão, dessa forma, contribuindo para que o anseio da sociedade brasileira por uma democracia sem distorções possa ser acolhida pelo Congresso Nacional, com a relevância e a urgência que merece o fato de estar sendo expresso por 1 milhão de brasileiros de todos os rincões do País, no uso de um instrumento de participação popular extremamente importante, mas ainda pouco utilizado pelos cidadãos brasileiros."

Sr. Presidente, gostaria, antes de terminar a leitura do relatório, de fazer um comentário. Como é um projeto que boa parte dos Deputados presentes estão tendo acesso pela primeira vez neste momento — confesso que também tive acesso ao projeto muito recentemente para relatá-lo —, parece-me ser importante fazer a leitura das justificativas, que tomaria um pouco mais nosso tempo, mais detalhadas dos autores, explicando as razões do projeto. Passo a essa leitura, pausadamente, para que os Parlamentares possam entender todos os dispositivos que estão sendo modificados no que diz respeito à legislação eleitoral.

Passo à leitura das justificativas.

A corrupção eleitoral é disciplinada hoje como crime eleitoral, tipificado no art. 299 do Código Eleitoral, nos seguintes termos:

Art. 299. Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, em dinheiro, dádiva ou qualquer outra vantagem para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita.

Mas, por uma série de fatores, a seguir mencionados e analisados, esta é, das condutas incriminadas em todas as nossas leis, uma das mais praticadas com quase nenhuma punição. Essa impunidade resulta de várias concausas. Umas, sociais e econômicas; outras, de educação e cultura; outras, políticas; e outras, ainda, de natureza jurídico-processual.

As causas sociais e econômicas de tão evidentes tornariam até desnecessária sua citação. São o desemprego, a fome, a falta de habitação e de assistência médica básica nos campos e nas cidades, criando um quadro tal de miséria absoluta que faz dos períodos eleitorais uma oportunidade de obtenção de benesses as mais variadas. Além do desemprego, da fome, da falta de habitação e saúde básica, a ausência de educação e cultura torna praticamente irreversível essa situação de degradação social, em que se perde completamente qualquer sentido de cidadania e consciência cívica, especialmente da capacidade de valoração política.

Assim, o interesse de votar, por parte desses miseráveis de toda a sorte, confunde-se com o interesse de saciar, ainda que momentânea e muito parcialmente, suas necessidades graves e inadiáveis. Tal interesse é inclusive explicado por alguns politicólogos dentro da gradação de interesses que justificam o ato de votar. Vota o candidato porque quer eleger-se; votam nele seus parentes, amigos e os parentes dos seus amigos porque querem os favores do eleito; votam aqueles excluídos porque a doação feita na campanha é no mínimo a miragem da proteção posterior pelo mesmo candidato já eleito; votam os demais pela influência dos meios de comunicação de massa; e apenas uma minoria por convicção política e senso de responsabilidade cívica.

As razões políticas residem no interesse de alguns na manutenção desse quadro de necessidade, de assistencialismo e de paternalismo, gerador de um contingente de reserva de eleitorado dirigido e absolutamente controlável.

Por paradoxal que seja, não é, pois, a norma penal do art. 299 do Código Eleitoral que poderá romper esse círculo perverso e quase impermeável às legítimas ações de cidadania. Em primeiro lugar, porque, dada a longa e remota tradição desses hábitos, esse corte de nossa sociedade pobre e inculta já os incorporou, consciente ou inconscientemente, até pela ausência de outros parâmetros de conduta política, de tal forma que os considera, de certa forma, naturais e próprios do processo eleitoral. Perdeu, então, essa norma que condena a corrupção eleitoral sua completa eficácia, ou seja, a sua correspondência com a conduta social generalizada e espontânea. Pelo contrário, a sociedade destinatária das sanções desse dispositivo legal passou a tê-lo como inútil, ou mesmo contrário à realidade considerada aceitável e supostamente remediável.

Tornou-se, pois, norma impraticável e desacreditada, inclusive das próprias instituições incumbidas de aplicá-la, pois, em última análise, os juízes, promotores e policiais, em sua grande maioria, são representantes de uma classe média sensível àquelas misérias sociais que os rodeiam, às vezes de bem perto.

Por outro lado, a mencionada norma contém, conquanto necessariamente, porque a técnica jurídica o exige, uma contradição insuperável do ponto de vista de sua eficácia social — e aí chamo a atenção dos Srs. Deputados. É que incrimina não só os políticos corruptores, mas também os corrompidos, as vítimas dessa realidade social perversa. Essa circunstância faz com que tal disposição legal passe a ser incompreendida, ou mesmo vista como injusta, por essas pessoas absolutamente carentes e desprotegidas, que, além de vítimas dos fatos, tornam-se réus de sua própria miséria.

E aí bate o ponto da questão jurídico-processual. Nunca ou quase nunca o co-réu do crime de corrupção confessa, acarretando assim a sua mais ampla impunidade.

Tem mais, porém, sob esse aspecto. Encerrado o processo eleitoral, com a diplomação dos eleitos e a interposição das ações e

recursos pertinentes a essa fase, a Justiça Eleitoral entra como que num recesso branco ou entressafra, especialmente os juízes. E, quanto aos promotores, estes passam a cuidar preferencialmente de seus processos criminais comuns, não eleitorais, e de suas outras múltiplas tarefas naturais da instituição do Ministério Público Estadual, que, por força da lei, empresta seus quadros à Justiça Eleitoral.

E o que acaba ocorrendo? Dos poucos processos penais por corrupção eleitoral nos quais tenham sido colhidas provas hábeis a uma eventual condenação, grande parte é atingida pela prescrição, deixando igualmente impune os infratores.

Finalmente, como a pena mínima para o crime de corrupção eleitoral é de um ano (Código Eleitoral, arts. 299 e 284), terminam esses processos remanescentes suspensos, por força da Lei nº 9.099, de 1995, em face especialmente daquelas circunstâncias acima mencionadas, que induzem o Ministério Público, titular da prerrogativa de requerer a suspensão do processo criminal, a tomar tal providência, dada a preconcebida idéia de ineficácia social da discutida norma que disciplina a corrupção eleitoral.

O caminho, pois, para punir a corrupção eleitoral não é de natureza criminal, como visto acima. Tem-se demonstrado absolutamente ineficiente. O ideal, portanto, é descriminalizar a conduta de compra de votos e defini-la como infração puramente eleitoral, punível com multa administrativa e cassação de registro da candidatura ou do diploma, conforme o caso.

Para tanto — e aqui passo, enfim, a expor alguns argumentos apresentados nesta justificativa pelos autores do projeto —, poder-se-ia tentar incluir na Lei de Inelegibilidades — Lei Complementar nº 64, de 1990 — mais uma hipótese de inelegibilidade, que seria exatamente o simples ato de influenciar no processo eleitoral mediante doação, oferta ou promessa de bens ou vantagens de qualquer natureza.

Sucedem, Srs. Deputados, que essa pretensão encontraria forte resistência e os seguintes inconvenientes. Argumentar-se-ia, sem dúvida, que a simples doação de um bem de valor absoluto e insignificante, e por isso mesmo insuscetível de influenciar decisivamente no processo eleitoral, acabaria sendo equiparado ao

abuso de poder econômico, já previsto na alínea "d" do art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 64, de 1990, como causa de inelegibilidade; equiparação essa, sem dúvida, considerada não-razoável, em face da grandeza e do poder decisivo de influenciar no processo eleitoral que caracteriza o abuso de poder econômico, diferentemente de uma mera doação de pequeno valor, que dificilmente poderia ser conceituada como abuso de poder. Ademais, tal solução implicaria alterar uma lei complementar, que exige **quorum** qualificado, de difícil obtenção em matéria como essa, por razões mais do que óbvias.

Acho que todos os Deputados que se fazem presentes hoje entendem muito bem isso.

A alternativa mais razoável seria, portanto, a introdução no Capítulo da Propaganda Eleitoral e Geral da Lei Eleitoral nº 9.504, de 1997, de caráter permanente, de uma norma prescrevendo aquelas sanções de multa administrativa, cassação do registro ou do diploma, conforme o caso, do candidato direta ou indiretamente beneficiado, como hipótese semelhante já prevê a mencionada lei em seus arts. 73, § 5º, e 75, parágrafo único, **verbis**:

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidade entre candidatos nos pleitos eleitorais.

.....
§ 5º No caso do descumprimento do inciso IV do **caput**, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o agente público responsável, caso seja candidato, ficará sujeito à cassação de registro.

O art. 77 dispõe:

É proibido aos candidatos a cargos de Poder Executivo participar, nos três meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo sujeita o infrator à cassação do registro.

Essa norma ora sugerida poderia ter, por exemplo, a seguinte redação.

Aqui é uma exemplificação.

Revogar-se-ia, então, o art. 299 do Código Eleitoral, como a citada Lei nº 9.504, de 1997, fez com os arts. 92, 246, 247, 250, 322, 328, 329, 333 e parágrafo único do art. 106 daquela diploma legal.

Essas alterações demandariam **quorum** de maioria simples, de vez que seriam introduzidas em lei ordinária.

V.Exa. percebe que estou lendo aqui alguns argumentos que levaram à apresentação deste projeto de lei.

A fixação do período de início da propaganda eleitoral, 6 de julho de cada ano, art. 36 da Lei nº 9.504, de 1997, teria a aparente desvantagem de deixar descoberto o período imediatamente anterior, dentro do qual seriam consideradas legítimas quaisquer benesses com finalidade político-eleitoral. Contudo, traria a vantagem de criar um confronto paradoxal entre a conduta dos candidatos no período pré-eleitoral, até julho de cada ano de realização da eleição e no período da propaganda eleitoral, além de tornar mais factível a fiscalização desses atos de corrupção eleitoral, dentro de um período mais curto e específico.

A cassação do diploma eventualmente concedido, em contradição com a prova dos autos, parte final do dispositivo ora encomendado, nos termos do art. 222 do Código Eleitoral, encontra pleno amparo na legislação eleitoral vigente, sem que por outro lado configure inconstitucionalidade por suposta, mas inexistente, violação do art. 14, § 10, da Constituição Federal. Porquanto, essa norma constitucional cuida de cassação do mandato por abuso de poder econômico, corrupção ou fraude, ao passo que a alteração legislativa ora proposta fundamenta-se e tem como pressuposto fático o emprego de processo de captação de sufrágio mediante a doação, oferta ou promessa de bem ou vantagem de qualquer natureza durante o período da propaganda eleitoral. Tanto isso é certo que o art. 262 do Código Eleitoral foi integralmente recepcionado pela Carta Política de 1988.

Destarte, quanto às impugnações e registro de candidatura promovidas com fundamento no dispositivo legal ora aconselhado, não puderam ser julgadas definitivamente antes da realização da eleição, impedindo, portanto, a cassação do registro das candidaturas impugnadas. Ter-se-ia, como segundo instrumento processual para punir a corrupção eleitoral, o recurso contra a diplomação, ainda que,

como dito anteriormente, a decisão de primeiro grau, proferida no processo de impugnação de registro, não tenha transitado em julgado.

É que no art. 262, inciso IV, do Código Eleitoral, não existe tal condição, pois reclama apenas o que a doutrina e jurisprudência eleitorais denominam de prova pré-constituída, vale dizer, prova razoável, ainda que para o início do contraditório, mesmo que não tenha sido valorada judicialmente por sentença, bastando apenas que tenha sido assegurada ampla defesa e o devido processo legal, conforme proclama a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral — e aqui são citados alguns acórdãos.

É certo que se poderia dispensar a revogação do art. 299 do Código Eleitoral para deixá-lo como alternativa, em casos mais graves, como sugerido — e aqui cito a sugestão do eminente Juiz Eleitoral de São Paulo, Dr. Dirceu Cintra. Entendemos, contudo, que, em primeiro lugar, esses casos mais graves já contam com sua disciplina legal própria e mais adequada, independentemente da tentativa de configurá-los como crime, a sua caracterização com abuso de poder econômico, capaz de acarretar a decretação da inelegibilidade, nos termos da Lei Complementar nº 64, de 1990 ou a cassação do mandato, com fundamento no art. 14, § 10 da Constituição Federal.

Por outro lado, a descriminalização da corrupção eleitoral constitui a espinha dorsal desse projeto e dessa campanha, e seu argumento mais estratégico, pois adota uma teoria moderna, simpática, extremamente palatável, que é redução da esfera de incidência das normas penais, em face do reconhecimento amplo e notório da falência do sistema criminal e penitenciário, perverso e perversor, somente recomendável para delinquentes de alta periculosidade.

A descriminalização assumiria, assim, a feição e o papel de um elemento galvanizador de adesão social ao projeto e à campanha, em razão do realismo corajoso e honesto com que a questão está sendo tratada, mediante o reconhecimento da falácia, que é pretensão de punir criminalmente os atos de corrupção eleitoral.

Finalmente, cremos que a descriminalização passaria a ser utilizada como uma bandeira ou lema da campanha, pelo choque que causaria na opinião pública, desde os juristas até os mais comuns

homens do povo, que sabem ou intuem que no Brasil a prisão tem sido destinada, de fato, praticamente a pobres e negros.

A insonalização de sanções não-criminais, multa, cassação de registro e cassação de diploma tornam aberta, é verdade, em princípio, a hipótese da utilização do mandado de segurança como instrumento processual para interromper ou impedir a regular tramitação das impugnações aos registros de candidaturas e/ou diplomas.

Sucede, Srs. Deputados, que o uso de mandado de segurança em processo dessa natureza encontra severos obstáculos, postos inclusive pelo Supremo Tribunal Federal, através de suas Súmulas nºs 267 e 268, segundo as quais não cabe mandado de segurança contra ato judicial passivo de recurso ou correção, nem contra decisão judicial transitada em julgado.

De sorte que, como afirma o renomado Jurista Tito Costa, as referidas súmulas estão a nos acenar com a possibilidade do **mandamus** como ato judicial quando não ocorram as restrições que ambas agasalham.

De resto, para obstaculizar os inquéritos policiais ou ações penais no art. 299 do Código Eleitoral, são comuns os apelos ao **habeas corpus**, conquanto constituem remédio judicial cuja aplicação, quando há crime em tese, é tão restrita quanto a do mandado de segurança.

Volto aqui, Srs. Deputados, à leitura da conclusão do relatório.

Por despacho, veio o Projeto de Lei nº 1.517, de 1999, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, que tem competência também para o mérito da proposição, nos termos das alíneas "a" e "e", inciso III, do art. 32 do Regimento Interno.

Não constam emendas.

É o relatório.

Voto do Relator.

Preenche o Projeto de Lei nº 1.517, de 1999, os pressupostos constitucionais de competência e iniciativa legislativa, viabilizando sua tramitação.

A proposta de modificação de legislação eleitoral em vigor não vem com eiva de afronta ao sistema jurídico, ampliando os casos

de abuso de poder econômico ou de poder político no processo de captação de sufrágio e estabelecendo sanção de natureza pecuniária significativa e política, como a multa, e, cumulativamente, cassação do registro ou do diploma.

Atendida a técnica legislativa e observada a tramitação regimental.

Em face do exposto, meu voto é pela constitucionalidade, juridicidade, legalidade do Projeto de Lei nº 1.517, de 1999. Pelas mesmas razões, no mérito, sou pela sua inadiável aprovação.

Este é o voto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geovan Freitas) - Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Antonio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na realidade me inscrevi para falar antes de o eminente Relator ter iniciado a leitura da ampla justificativa feita do projeto, não propriamente a justificativa que consta desse texto, mas a que foi levada em consideração para colher quase 1 milhão de assinaturas da população.

Tinha algumas dúvidas, inclusive com relação à situação do art. 299. Como ficaria o crime de corrupção eleitoral em razão desse projeto? Mas essa leitura tirou as dúvidas que possuía nesse campo. E não tenho dúvida também em acompanhar o parecer do Relator.

Entendo importantíssima a modificação, explicitando na lei, o que talvez doutrinariamente já era aceito, que a corrupção eleitoral constitui uma das formas de captação de sufrágio, vedadas por lei, e que leva muitas vezes à consideração — há julgados inclusive do TSE nesse sentido — de que a simples reversão desse delito não tem o condão de desequilibrar a disputa, até porque muitas vezes era difícil caracterizá-lo em larga escala.

Também acho muito relevante a questão relativa à possibilidade de perdão judicial daquele que foi — todos sabemos — muito mais vítima do que co-autor do delito. Ele, às vezes, é levado à aceitação disso, por uma prática arraigada, e é, portanto, cooptado

mediante essas doações. Acaba sendo também apenado, quando eventualmente pode ser levado à condenação.

Então, o perdão judicial é uma providência muito importante. Mas o que acho mais importante ainda é a regra modificada do § 5º do art. 73 da Lei nº 9.504, de 1997, que inexplicavelmente só tinha como passivo de cassação de registro a conduta prevista no item 4 desse art. 73 contra as demais agora mencionadas. As dos itens 1, 2, 3 e 4 são também condutas passíveis, tão abusivas quanto à dos itens 4 e 6, inclusive. De maneira que o projeto aperfeiçoa, e muito, a legislação vigente.

Não tenho dúvida em acompanhar o parecer do Relator pela sua constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geovan Freitas) - Passo a palavra ao Deputado Eduardo Paes

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES - A Assessoria da Comissão alertou-me, e isso é importante, quanto ao art. 5º do projeto, que dispõe: "Revogam-se as disposições em contrário".

A Lei nº 9.598 dispõe que quando se revoga alguma disposição tem que se nomeá-la no projeto apresentado. Apresentarei como emenda, incluindo meu substitutivo, a revogação do art. 5º do projeto de lei. Suprime-se o art. 5º do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geovan Freitas) - Para discutir o relatório, com a palavra o Deputado Antonio Carlos Biscaia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho que pouco há a acrescentar ao fundamentado relatório e voto apresentados pelo eminente Deputado Eduardo Paes, Relator designado para esse projeto.

Gostaria apenas de acrescentar que se trata efetivamente de uma iniciativa popular, resultado de uma mobilização de diversas entidades comandadas pela Comissão Brasileira Justiça e Paz e pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e que atingiu, logo em

seguida, em 2 de setembro, o número de 1 milhão, 28 mil e 34 assinaturas de eleitores.

No primeiro momento, esse número não tinha sido alcançado, mas em seguida foram apresentadas ao Presidente essas demais assinaturas. Cumprimento o trabalho da CNBB, representado pelo Sr. Francisco Whitaker, que tão bem se empenhou para a aprovação desse projeto, o eminente Relator, que também fez um trabalho excepcional, e aqueles pares que, num feriado nesta Casa, se deslocaram a Brasília para a aprovação desse projeto. Estou certo de que, pelas mesmas razões apresentadas, é um significativo avanço na aplicação de sanções de natureza político-administrativa, e não penais, para tentar de alguma forma coibir a corrupção no processo eleitoral.

São essas minhas considerações, declarando expressamente meu voto favorável à aprovação do relatório e voto oferecidos pelo eminente Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geovan Freitas) - Continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Geraldo Magela.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero também ser bastante objetivo. Parabenizo o nobre Relator, Deputado Eduardo Paes, que tem marcado sua atuação nesta Comissão por duas características: objetividade, apresentando a tempo seus pareceres, e precisão do seu voto. O Deputado Eduardo Paes de fato merece de todos nós o reconhecimento e os cumprimentos pela rapidez com que trouxe seu parecer, numa homenagem não apenas à Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB, mas aos mais de 1 milhão de eleitores cidadãos brasileiros que apoiaram essa iniciativa.

Concluo parabenizando a Comissão Brasileira Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pela iniciativa e pelo trabalho de trazer esse tema a debate; e, não só isso, de trazer a esta Casa, se não me engano, o segundo projeto de iniciativa popular. Isso engrandece o processo democrático e a democracia representativa, e faz com que todos nós possamos refletir sobre a importância de

projetos como este, que tem a assinatura e a iniciativa do cidadão. Vamos votar favoravelmente agora, como votaremos favoravelmente também no plenário, esperando que a Mesa, especialmente o Presidente da Câmara, coloque o projeto em votação já na semana que vem, para que possa tramitar rapidamente também no Senado e ter a sanção antes da data final, fazendo com que valha já a partir da eleição municipal do ano 2000.

Eram estes os registros que gostaria de fazer, homenageando o Relator e os autores, principalmente da iniciativa da Comissão Brasileira Justiça e Paz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geovan Freitas) - Continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Jutahy Junior.

O SR. DEPUTADO JUTAHY JUNIOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando recebi o telefonema do eminente Deputado, ex-Governador, Waldir Pires, dizendo que era necessário número hoje e estavam faltando poucas presenças, inclusive a minha, vim com o maior prazer participar desta reunião, porque sei que a iniciativa da CNBB tem um aspecto moralizador do pleito eleitoral que é indiscutível.

Tenho uma única preocupação — e votarei a favor do projeto. Creio que na hora em que esse projeto chegar ao plenário devemos ter cuidado em relação a duas questões básicas: o procedimento e a ampla defesa. Sabemos que, muitas vezes, em alguns Estados — e incluo o meu —, a Justiça Eleitoral deixa de ser representante do interesse público e passa a ser parte.

Temos um processo de cinco anos da recontagem de votos do Governador Waldir Pires, candidato a Senador, eleito Senador pela Bahia em 1994. Até hoje o Tribunal Regional da Bahia não fez a recontagem, e era absolutamente claro e nítido que havia discrepância no resultado eleitoral.

Fazemos parte da oposição no Estado da Bahia e temos uma preocupação — e sei que isso existe em outros Estados: que não se

possa dar o direito a qualquer julgamento que casse o registro ou a candidatura de alguém sem o direito de esta pessoa ser passível de levantar sua defesa com condições de prova para demonstrar que houve uma tentativa de impedir a vontade popular.

Com essas duas ressalvas, procedimento e ampla defesa, votarei a favor desse projeto.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES - Sr. Presidente, gostaria de tecer alguns comentários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geovan Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Paes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES - O Deputado Jutahy Junior chama a atenção para algo que também percebemos, até em conversa com o Dr. Francisco Whitaker. Chegou a discutir-se a possibilidade de se definir logo nesse projeto o procedimento e a possibilidade de defesa. Parece-me que podemos refletir sobre isso. Acho importante que esse projeto seja aprovado hoje. Estou vendo a concordância dos participantes. Podemos ver como se dará esse procedimento. Pode-se estabelecer um procedimento sumaríssimo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES - Claro, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO - Há um procedimento previsto na Lei Complementar nº 64, que é a investigação judicial eleitoral que se aplica a este caso. Já há esse procedimento. No Código Eleitoral também há uma referência a partir do art. 222. Então, o que se está acrescentando é mais um dos casos. Hoje, vamos dizer, já é proscrita essa prática. Está-se aplicando uma sanção a mais, ou seja, não a sanção penal que está, mas também a sanção político-administrativa, como disse bem o Deputado Antonio

Carlos Biscaia. Para essa sanção político-administrativa já há o procedimento, que é a investigação judicial eleitoral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geovan Freitas) - Com a palavra o Deputado Zenaldo Coutinho.

O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou começar por algumas preocupações. A primeira delas refere-se à possibilidade da perda do registro de candidatura quando alguém, pelo candidato, oferecer vantagem pessoal de qualquer natureza. Esse alguém, pelo candidato, pode ser mandado por ele; pode ser alguém contratado pelo adversário para fazê-lo; ou pode ser alguém que por iniciativa própria deseja fazê-lo, para ajudar seu candidato. Essa é a primeira preocupação.

A segunda preocupação é a possibilidade de que o eleitor beneficiado pela concessão ilícita receba o perdão judicial, porque é pobre, nos termos da lei. E também me parece uma abertura que o adversário contrate um pobre, carente, um excluído, que não tenha a capacidade de discernir o bem do mal, e possa exercer uma função de denúncia, de ser o denunciante do adversário como tendo recebido benefício para o seu voto.

O terceiro aspecto foi destacado pelo Deputado Jutahy Junior, com muita propriedade. Mas quero ser mais enfático, Deputado. É óbvio que não podemos levantar suspeitas sobre toda a Justiça Eleitoral, mas há casos e casos. E há muitos casos em que durante o processo eleitoral o juiz singular, o juiz do feito, toma ares de rei, de Deus, de divindade, e passa a tomar decisões, muitas vezes, por interesses pessoais, privatizando o interesse público do próprio processo eleitoral.

Levanto essas preocupações. Obviamente o projeto está na Comissão, irá a plenário e não está imune de sofrer aperfeiçoamento e emendas. Mas devo destacar o seu lado extremamente positivo, e deixei para o final esta manifestação.

É óbvio que toda lei e todo projeto decorrem, e devem decorrer, do fenômeno social. E neste caso eleitoral decorrem

obviamente dos maus exemplos da corrupção eleitoral em muitos Estados, diria na grande maioria, senão em todos, com casos flagrantes, absurdos, de corrupção eleitoral. E como a experiência demonstra e evidencia o comportamento que distorce a própria democracia, em razão disso a nossa CNBB buscou o apoio popular de mais de 1 milhão de eleitores para que este Congresso pudesse votar, ainda este ano, uma lei que busque aperfeiçoar nosso processo eleitoral.

É essa a razão mais forte. Por isso mesmo nos conduz ao apoio do projeto. Tenho certeza de que os 26 Parlamentares que estão hoje presentes se deslocaram a Brasília exclusivamente para votar esta matéria, dada sua importância e legitimidade, por justamente decorrer de uma iniciativa popular com apoio de diversas entidades civis da mais alta representatividade do Brasil. Portanto, merece a dedicação, o apoio e a aprovação desta Casa.

Assim, manifesto-me em favor do projeto, apoiando-o. Parabenizo o Relator pelo brilhante parecer apresentado, na certeza de que, se estiver certo, possamos emendá-lo e aperfeiçoá-lo no plenário, e, se estiver errado, votar integralmente como o projeto se apresenta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geovan Freitas) - Com a palavra o Deputado José Dirceu.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, Srs. Deputados, acredito que nossa experiência, desde 1982, pelo menos de todos que têm participado do processo político eleitoral brasileiro e daqueles que, particularmente por razões profissionais, têm advogado na Justiça Eleitoral, é de que estamos diante daquela situação política e jurídica que temos de optar. Como se encontra hoje, o processo inviabiliza, salvo raríssimas exceções, a apuração e a cassação do registro do diploma em casos flagrantes de compra de votos, como ficou popularmente conhecido; doar, oferecer ou prometer bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza em troca de voto. É verdade que o projeto pode ter senões ou pequenas janelas por onde se podem cometer injustiças.

Chamo a atenção de V.Exas. para a gravidade a que chegou a compra de votos no Brasil. Na última eleição foi algo avassalador. Na minha opinião podemos sanar essa situação, mas nunca correndo o risco de não instaurar um processo quase sumaríssimo para a compra de votos, porque senão o dinheiro vai decidir a eleição no Brasil. Não temos financiamento público de campanha. E o acesso aos meios de comunicação, ainda que melhorado pelo horário eleitoral, não atende a todos, mas pelo menos a divisão é democrática em determinado sentido. Mas o acesso aos meios de comunicação fora do período eleitoral no Brasil é muito desigual, porque vivemos quase um monopólio dos meios de comunicação. Felizmente, ultimamente está havendo um maior equilíbrio entre as redes de televisão.

Acredito que, apesar dos senões que podem ser apresentados, o problema maior, mais grave e escandaloso, que depõe contra a democracia, vai macular e pode inviabilizar inclusive o processo político-eleitoral brasileiro, é a avassaladora influência do dinheiro nesse processo político-eleitoral. Lógico que temos de fazer um esforço grande no Brasil para melhorar a distribuição de renda e o avanço do sistema educacional, além de controlar mais a administração pública, porque temos também o clientelismo e o uso da máquina administrativa para aproximar cada vez mais o eleitor do direito livre e soberano que ele tem de expressar a vontade popular. Permitir cada vez menos interferências do poder econômico, da máquina administrativa e do poder da informação na decisão soberana do eleitor. Este projeto de lei, nesse sentido, vem exatamente sanar uma falha gravíssima que tínhamos na legislação.

Portanto, voto favorável ao parecer do Relator e ao projeto. Evidentemente, estamos sempre dispostos a ver como sanar prováveis injustiças que possam ser cometidas. Mas, acho que, dada a gravidade da situação e a escandalosa ação que houve nas últimas eleições de compra de voto, o projeto vem em boa hora. Sendo um projeto de iniciativa popular e envolvendo entidades tão importantes da sociedade, encabeçadas pela Comissão Brasileira Justiça e Paz, com o apoio da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e de tantas entidades, como a própria Ordem dos Advogados do Brasil, acredito que deveríamos aprová-lo hoje, até em homenagem à ação da

cidadania que tanto falta em nosso País e que, no caso, vem respaldar a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional. É uma emenda popular que foi trazida a nosso exame e uma reafirmação dessas entidades e desses milhões de brasileiros. Esse 1 milhão que a assinou, sabemos que representam também 1 milhão de brasileiros na democracia, ou seja, é a vontade política manifesta e expressa de fazer mudanças para aprofundar a democracia brasileira através do Congresso Nacional.

Dizendo isso expressei minha opinião — já que a imprensa está repercutindo a notícia — desfavorável, contrária às declarações, se foram dadas pelo Líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Gilmar Mauro, que defendeu, parece que está reiterando hoje, o fechamento do Congresso Nacional. A Mesa da Câmara já expediu uma nota e disse à imprensa que o caminho é esse que estamos fazendo hoje.

Também não estou satisfeito com o Congresso Nacional nem com a legislação eleitoral. Temos problemas gravíssimos na representação na Câmara dos Deputados; não temos fidelidade partidárias; não temos financiamento público de campanha; temos esse problema grave da compra de voto. Nós reconquistamos a democracia brasileira. Se tomarmos como base a Constituição, temos doze anos; se formos considerar 1982, quando elegemos os Governadores, temos dezessete anos. Tivemos de 1937 a 1946 o Estado Novo e de 1964 até pelo menos o começo da anistia uma ditadura militar no Brasil.

Então, é preciso que tenhamos consciência que a democracia brasileira precisa ser aprimorada. Temos de aproximá-la do cidadão, mas devemos fazê-lo através de instrumentos democráticos que a Constituição nos dá. E a emenda popular é um belo exemplo que vai ficar registrado inclusive nos Anais da Câmara. Quero cumprimentar particularmente o cidadão, ex-Vereador, que está presente, Francisco Whitaker, conhecido como Chico Whitaker, por todos nós, que tão bem representa essa luta de milhões de brasileiros pelo aprimoramento da nossa democracia. Vamos radicalizar a democracia brasileira e vamos deixar os descaminhos do autoritarismo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geovan Freitas) - Com a palavra o Deputado Waldir Pires.

O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou apenas somar minha voz à dos companheiros que já se manifestaram, aplaudindo esse movimento de cidadãos, mobilizado e simbolizado nessa iniciativa da CNBB, da Comissão Brasileira Justiça e Paz e de tantas outras entidades, que revela tão oportunamente, tão profundamente a necessidade de que lutemos para que a democracia brasileira não se esboroe e desapareça.

Creio que este projeto ajuda enormemente os aspectos institucionais, os aspectos jurídicos. É provável que tenhamos muito cuidado. Creio até que devamos nos mobilizar, quem sabe nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, para uma preocupação paralela, além da preocupação essencial a que o Deputado José Dirceu acaba de aludir, isto é, a da pressão do poder econômico, do poder financeiro, do descuido, da complacência na inexistência de recursos públicos que possam igualizar uma campanha política da Nação para o voto dos cidadãos.

Outro aspecto é o da vigilância em relação aos mecanismos eleitorais, o próprio desempenho da Justiça Eleitoral, que tem tantos magistrados decentes, mas tem tanta gente indigna, indecente, em alguns Estados, no meu, essencialmente, e que comprometem absolutamente a lisura da vontade dos cidadãos.

Para resguardar a democracia é preciso que preservemos os princípios democráticos e, a rigor, republicanos, essenciais, irrenunciáveis. Não há possibilidade de se ter legitimidade nenhuma, em nenhum organismo nacional de representação política, seja no Parlamento, seja no Executivo, seja em qualquer parte, se não se respeita a vontade legítima dos cidadãos.

Não há vontade legítima quando essa corrupção vem do dinheiro; não há vontade legítima quando essa corrupção vem por efeito da corrupção de magistrados, que negam a origem da Justiça Eleitoral.

Ainda esta semana na minha terra acaba de ocorrer um fato brutal. O Superior Tribunal Eleitoral, depois de três anos, determinou

a recontagem de votos de um Prefeito eleito pelo PSDB num Município da Bahia, que ganhou a eleição assegurando-a na última urna. Nessa urna houve uma maioria para esse candidato do PSDB de dezessete votos. Inverteram, ele estava na frente com quatorze votos, estaria ganhando por 31 votos e perdeu a eleição por três votos, depois de consumada a apuração, com a conivência da magistratura eleitoral, do Tribunal Eleitoral. O Superior Tribunal Eleitoral, na semana passada, viu cumprida sua decisão de fazer-se a recontagem e, na mesma, o juiz eleitoral, infelizmente, Deputado Antonio Carlos Biscaia, com a participação do Ministério Público eleitoral, negou-se a realizar a recontagem, sob o argumento de que faltava uma ata. E a essencialidade da existência da Justiça Eleitoral, do processo das instituições políticas do Brasil, que é exatamente a de preservar a lisura da soberania popular, a única fonte do poder legítimo em nosso sistema, se desfaz, desaparece.

Portanto, é evidente que a CNBB, a Comissão Brasileira Justiça e Paz, os movimentos populares, os partidos políticos, os cidadãos, enfim, todos devemos nos mobilizar nessa luta terrível, avassaladora de corrupção do dinheiro, inclusive contra a degradação de instituições que estão ameaçando a certeza e a respeitabilidade dos mandatos populares e da organização política do País.

Eu voto a favor do parecer do nobre Deputado Eduardo Paes, brilhante, cuidadoso, como sempre. A Comissão de Justiça contribui para que esse projeto seja aprovado hoje, vá ao plenário e lá rapidamente se encaminhe para que ainda este ano se torne mais uma peça na luta incessante de tornarmos válida a batalha e a jurisdição eleitoral em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geovan Freitas) - Com a palavra o Deputado Luiz Antonio Fleury.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria inicialmente de saudar a iniciativa popular que torna este projeto hoje possível de ser apreciado por esta Comissão. Como já disseram os oradores que me antecederam, os Deputados que aqui se encontram vieram quase que

exclusivamente a esta Casa para que esta votação pudesse ocorrer, tendo em vista a importância da matéria em discussão. Ela é tão importante que vários daqueles que se encontravam em seus Estados vieram até aqui. E a aprovação do parecer do ilustre Deputado Eduardo Paes, sem dúvida alguma, pelas manifestações que vejo e pelo sentimento que pude colher, deverá ser unânime.

Não poderia deixar de me somar às preocupações demonstradas pelo Deputado Jutahy Junior e pelo Deputado Zenaldo Coutinho, entre outros. E dizer que embora o Código Eleitoral, a legislação vigente já assegurem a defesa em casos dessa natureza, acho que temos, ao mesmo tempo em que aprovamos hoje este projeto, tempo até que ele venha a ser apreciado pelo plenário, para fazer uma análise mais profunda do procedimento previsto para esse tipo de infração, de tal forma que se assegure a ampla defesa e, mais do isso, possa-se criar algum tipo de mecanismo que impeça a ação deletéria, como dito pelo Deputado Waldir Pires, de alguns membros da Justiça Eleitoral, que não fazem jus muitas vezes à toga que vestem.

Sabemos que a grande maioria dos juízes brasileiros, dos membros do Ministério Público, é constituída por pessoas de bem, honradas, decentes, honestas que cumprem sua obrigação. Mas, muitas vezes, essa mesma Justiça Eleitoral serve aos interesses dos inquilinos do Poder. E muitas vezes vemos até decisões, durante o pleito eleitoral, que mostram, lamentavelmente, uma tendência político-partidária por parte daqueles que não poderiam ter qualquer tendência dessa natureza.

E a conjugação, como muito bem demonstrou o Deputado Zenaldo Coutinho, da colocação feita no art. 41 com o perdão judicial previsto no parágrafo único do art. 299 poderá levar a uma utilização extremamente perversa daquilo que todos desejamos; seja um passo a mais no aperfeiçoamento da democracia do nosso País. Principalmente quando se vê membros, lamentavelmente, de algumas instituições — e falo com muita tranqüilidade, porque sei que o Deputado Antonio Carlos Biscaia, como membro do Ministério Público, assim como eu, concorda —, como o próprio Ministério Público, que se deixam levar pela paixão político-partidária. E nós estamos fazendo uma legislação

inspirada por entidades importantíssimas, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Mas é uma legislação que os homens deverão fazer cumprir, e os homens não são Deuses e podem falhar na interpretação das leis.

Portanto, essas preocupações eu as tenho também. Eu seria até mais rigoroso. No art. 41, eu estipularia: bem, emprego, serviço ou qualquer outra vantagem pessoal. Porque muitas vezes o poder econômico é exercido através de emprego. Numa terra onde o desemprego grassa, onde lamentavelmente temos tantos desempregados, é através do emprego, através da promessa de emprego que se corrompe. Acho extremamente válidos esses dispositivos. E salientou muito bem o Deputado José Antonio, quando fala da possibilidade da cassação de registro pela utilização da máquina pública.

Vi, recentemente, nas eleições em que fomos vencedores, lamentavelmente várias denúncias de utilização da máquina pública no meu Estado, São Paulo. E até agora nada aconteceu. Já terminou a eleição, o candidato majoritário já tomou posse. Se isso acontece em São Paulo, acontece em todos os Estados, acredito eu, da Federação.

Resumindo, entendo que devemos ter, sim, essas preocupações com o procedimento, para evitar que esta iniciativa da maior importância, de origem belíssima, que sem dúvida é um avanço no combate ao poder econômico nas eleições, possa deturpar-se com o uso indevido de pessoas despreparadas para exercer o múnus público, seja como juiz, seja como promotor.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, ao terminar, dizer que estamos aqui escrevendo uma belíssima página da história desta Comissão. Quero cumprimentar o Deputado Eduardo Paes, saudá-lo, já que pela primeira vez falo de um dos seus trabalhos, como integrante do meu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, que se honra de tê-lo entre seus quadros, e que mais uma vez dá demonstração da sua competência. Dizia até que o PTB está aqui com sua bancada completa. Os três Deputados que fazem parte da Comissão estão aqui para apoiar a iniciativa da CNBB, da Comissão Brasileira Justiça e Paz e de tantas entidades.

Faço uma saudação muito especial ao nosso amigo Francisco Whitaker, ex-Vereador e combativo membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz, que deu hoje demonstração de fé. Confesso aos colegas que não tinha muita esperança do **quorum**, mas foi, sem dúvida alguma, pela fé de pessoas como Francisco Whitaker e pela fé de todos aqueles que assinaram essa manifestação popular, essa proposta popular, que o **quorum** se completou. Sinto-me orgulhoso de pertencer a esta Comissão, de estar aqui presente na aprovação do relatório do Deputado Eduardo Paes. Que essa iniciativa frutifique e possamos aperfeiçoar nossa democracia cada vez mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geovan Freitas) - Continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Wellington Dias.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON DIAS - Sr. Presidente, agradeço a oportunidade. Concordo também com os outros oradores. Embora não tenha voto nesta Comissão, não poderia deixar de manifestar minha alegria de ver, especialmente pelo dia, a votação deste importante projeto. Assinei ainda como cidadão, não como Parlamentar, e participei como membro do sindicato de meu Estado da coleta de assinaturas organizada pela OAB e pela CNBB.

De modo que, estando na pauta a matéria, não poderia deixar de estar aqui. Aliás, eu também assinei o projeto, que nem foi conferido; logo, não valeu a minha assinatura. De qualquer maneira, gostaria de ressaltar que estivemos participando do lançamento da última Campanha da Fraternidade, oportunidade em que D. Jaime cobrava a importância da aprovação desse projeto, de preferência para entrar em vigor para as próximas eleições.

Sou um daqueles que tenho clareza de que com as regras atuais, com a possibilidade da compra de um mandato, é cada vez mais difícil quebrarmos a situação de concentração de riquezas. À medida que aumenta a concentração de renda, aumenta a possibilidade daqueles que podem comprar mandatos e dificulta a possibilidade daqueles que trabalham pela distribuição de renda.

De modo que esse é um passo da maior importância, embora não seja o único. Fico feliz de ver presentes membros da nossa bancada e Parlamentares dos vários partidos. Já havia chamado a atenção das entidades que assinam, como bem lembrou os Deputados Zenaldo Coutinho, Jutahy Junior, Luiz Antonio Fleury. No meu Estado do Piauí o desemprego é maior do que em outros Estados, com aproximadamente 60% da população ativa desempregada. A troca de voto por emprego ou promessa de emprego é um fato que decide eleições, processos representativos.

Por essa razão, é importante, na votação de plenário, que haja na discussão com as Lideranças essas alterações. É possível ter uma punição. Independentemente da renda do cidadão — e eu fui Presidente de uma Comissão de Direitos Humanos na Assembléia Legislativa do meu Estado —, é ele que decide a representação, que decide os rumos de um Município, de um Estado, com seu voto.

Portanto, esse argumento precisa ser melhor refletido em relação à renda, até porque esse cidadão de baixa renda, de fraca escolaridade, muitas vezes é muito honesto. E, se houver perspectiva de punição como essa, ele pode ser um daqueles que venham a frear o processo de corrupção.

Cito o exemplo de um filme, do qual não me lembro o nome, que se passa durante uma guerra em que o pai, pela fome, vende sua filha para ser explorada sexualmente a fim de salvar os outros filhos. Nem esse caso, nem o da eleição, justifica isso. Os vários casos precisam ser vistos com cuidado especial, mas com a clareza da importância do voto no processo decisório de um país, estado ou município.

Era isso, Sr. Presidente, e fico muito feliz com esta votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geovan Freitas) - Continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Bispo Rodrigues.

O SR. DEPUTADO BISPO RODRIGUES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o art. 41 diz que constitui processo de captação de sufrágio, vedado por esta lei, doar, oferecer ou prometer, o

candidato ou alguém por ele. Essa expressão "alguém por ele" deixa-me preocupado. Como o Deputado Waldir Pires bem ressaltou, a Justiça Eleitoral na Bahia nem sempre tem sido isenta. Essa isenção também se dá no meu Estado, Rio de Janeiro, onde toda uma eleição foi anulada, porque vários juízes estavam envolvidos diretamente com a venda de voto na eleição para Deputados Estaduais. Eles ganharam a eleição, mas ela foi anulada, pois houve fraude, culminando com o processo dos juízes corruptos.

Essa expressão "o candidato ou alguém por ele" é vaga. Ora, fui autuado 21 vezes durante minha campanha no Estado do Rio de Janeiro, no Município de Nova Iguaçu. O advogado defendeu-se de todas elas. Diga-se de passagem que estou pagando até hoje as custas dos advogados, mas ganhei todas as 21 autuações, que foram anuladas pela Justiça porque eram ilegais, eram perseguições de um Prefeito. Mas ganhei na Justiça, graças a Deus. A expressão "alguém por ele" dá margem a promessas, mesmo que não sejam cumpridas, mesmo sem ter nada a dar, em nome do candidato, e a Justiça acaba cassando seu registro.

E todos sabemos como é participar de uma eleição sob suspeição, ter de pedir voto, buscar recursos para sua campanha, ter de estar em todos os lugares e ao mesmo tempo com a espada da lei sobre sua cabeça, sofrer injustiça de juízes corruptos, juízes que nem sempre têm isenção, como o nobre Deputado falou, no caso da Bahia e do meu Estado. O que ocorreu no meu Estado foi comprovado pela Justiça, porque houve anulação.

O projeto é louvável, o mérito é bom, mas a redação deixa a desejar; há janelas, como já mencionado aqui, que dão margem a injustiças.

Concordo com o projeto, mas sem a expressão "alguém por ele". Porque alguém, em meu nome, pode fazer algo errado sem que eu mande, pode prometer algo que eu não prometi. Vou pedir vista do projeto porque não concordo com a expressão mencionada. Quero ser responsável pelos meus atos e não por alguém que os pratique por mim.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES - Nobre Deputado Bispo Rodrigues, V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO BISPO RODRIGUES - Sim, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES - Deputado Bispo Rodrigues, ficou claro para todos os presentes que existem riscos. Aliás, se houver corrupção em qualquer órgão responsável por fiscalizar pessoas corruptas, haverá sempre o risco de que a lei não atinja seu objetivo.

Vários Deputados manifestaram seus temores em relação a algumas questões que poderiam ser alteradas nesse projeto.

Deputado Bispo Rodrigues, quando designado pelo Presidente da Comissão, Deputado José Carlos Aleluia, para relatar este projeto, conversei muito especialmente com o Dr. Chico Whitaker e com representantes da CNBB sobre minhas preocupações. Todos concordamos que, tratando-se de projeto de lei de iniciativa popular, com número enorme de assinaturas — mais de 1 milhão —, propondo eventuais modificações, que fossem discutidas num processo o mais aberto possível.

Temos um problema — e estou sendo o mais pragmático possível —, chamado tempo, prazo. É importante e necessário que as medidas punitivas para aqueles que abusam do seu poder econômico já passem a vigorar na eleição do próximo ano. Sabemos do risco que correremos com as eleições do próximo ano, inclusive com a reeleição dos Prefeitos.

Deputado Bispo Rodrigues, o que estamos fazendo nesta tarde é uma homenagem à cidadania. Por isso gostaria que V.Exa. considerasse seu pedido de vista.

Diria que o Dr. Chico Whitaker transformou-se num lobista da cidadania, e esse é um **lobby** positivo. É importante que, mesmo depois de um feriado, quando não haverá qualquer sessão deliberativa no dia de hoje, contemos com a presença de 26 Deputados na Comissão. Seria importante, e essa é a questão que levo à sua consideração, que votássemos esse projeto. Vários Deputados teceram

comentários aqui sobre esse ou aquele problema; são alterações que podem ser feitas depois, no processo de discussão, inclusive com a participação das diversas entidades que tiveram a iniciativa de apresentar esse projeto.

Dessa forma estaremos homenageando a cidadania e avançando no processo democrático. Assim, como disse o Deputado José Dirceu, aqueles que pregam o fechamento do Congresso Nacional entenderão que ele não precisa ser fechado, uma vez que é o Parlamento que melhora a legislação, a fim de que, com a democracia, no futuro, com o Congresso funcionando, tenhamos um País muito melhor.

Peço a V.Exa. que reconsidere seu pedido de vista para aprovarmos o parecer hoje em homenagem à cidadania.

O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO - Nobre Deputado Bispo Rodrigues, V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO BISPO RODRIGUES - À vontade, por favor.

O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO - Nobre Deputado Bispo Rodrigues, somando-me ao Deputado Eduardo Paes, gostaria de fazer apelo a V.Exa. Das observações que V.Exa. fez, segundo todos os oradores, há um ou outro aspecto preocupante. O ponto fundamental, essencial, fulcral do projeto é o combate à corrupção, objetivo este que com certeza absoluta une a todos aqui. E bastaria só esse motivo para votarmos uma lei punitiva que, aliás, só tem um objetivo: o mau comportamento. A lei punitiva é feita para os maus, para os ruins, para aqueles que desrespeitam o comportamento ético, moral. E justamente por ser feita para os maus ela é necessária no momento que antecede o pleito do ano que vem. Obviamente, as imperfeições, e é também natural que elas existam agora que a lei está sendo submetida à discussão no Congresso Nacional, podem ser corrigidas no plenário já nas próximas sessões. Mas seria importante vencermos essa etapa na Comissão, senão não teremos, ano que vem, uma manifestação forte pela legitimidade dos que a assinaram, pela

determinação dos que votam o compromisso de combater a corrupção eleitoral. É o apelo que faço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO - Deputado Bispo Rodrigues, V.Exa. me permite um aparte? Prometo que será breve, não tanto quanto o do Deputado Zenaldo Coutinho. V.Exa. não quer substituir esse pedido de vista por um pedido de emenda a ser apresentada em plenário? Nesse projeto é possível apresentar emenda em plenário, porque trata de lei eleitoral, portanto, pode ser emendado em plenário.

Concordo com a retirada da expressão "alguém por ele", que não traz nenhum prejuízo à regra. Já há entendimento da Justiça Eleitoral no sentido de que, se ficar comprovado o abuso, mesmo que não haja participação pessoal do candidato, mesmo que não tenha sido patrocinado por ele, ainda que não tenha feito pessoalmente, tem sido considerado motivo. Então, não há prejuízo em retirar-se a expressão.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Nobre Deputado Bispo Rodrigues, V.Exa. me permite um aparte? Só para acrescentar que também concordo com as observações e já fiz as ressalvas ao me manifestar. E vejo, por exemplo, que o perdão judicial previsto no projeto poderia ser perfeitamente substituído pela diminuição de pena já prevista na legislação que aprovamos no que diz respeito à proteção de testemunhas, mecanismo tão eficaz quanto o perdão judicial. Mas poderemos fazer esse aperfeiçoamento durante a tramitação em plenário também. Seria uma homenagem à cidadania.

Como bem disseram os Deputados que me antecederam, também gostaria de levar à consideração de V.Exa. pedido de esforço para aprovarmos o parecer hoje e discutirmos em plenário as alterações com os representantes dessas entidades. Todos queremos um único objetivo: diminuir e, se possível, aplacar de vez a influência do poder político-administrativo e do poder econômico nas eleições.

O SR. DEPUTADO BISPO RODRIGUES - Nobre Deputado, gostaria de dizer que em alguns projetos meus trouxe o relatório a plenário, ouvi argumentos de Deputados mais experientes,

mais inteligentes, que conhecem melhor o trâmite da Casa, e retirei meu relatório para refazê-lo. Não acho isso vergonha nenhuma. O homem está em permanente evolução e mutação. E conversando melhor, debatendo, procurando pessoalmente os Deputados que foram contra o relatório para apresentar um relatório que possa ser aprovado, desde que ache a idéia boa, decidi refazê-lo.

Não quero derrubar ou atrapalhar o relatório do nobre Deputado do meu Estado, um jovem a quem admiro; que Deus inspire outros jovens que queiram mudar o Brasil. Nós, Deputados, poderíamos estar cuidando da nossa vida, fazendo coisas mais prazerosas do que política, cuidando da nossa família, ter mais respeito da sociedade, mas estamos aqui nessa luta porque cremos que esta Casa é o fórum para mudar o País. Como V.Exa. afirmou, Deputado Eduardo Paes, não constam emendas ao projeto. Então, não estou atrapalhando seu relatório, uma vez que não se trata do seu relatório, mas do que veio para suas mãos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES - V.Exa. me permite novamente um aparte?

O SR. DEPUTADO BISPO RODRIGUES - Por favor.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES - De forma alguma, nobre Deputado Bispo Rodrigues, a quem respeito muito também, não me sinto ofendido ou agredido pelas observações feitas ao relatório. Ao contrário, elas devem ser feitas porque só podem aperfeiçoá-lo. Em relação a esse projeto existe questão básica: trata-se de projeto de iniciativa popular com mais de 1 milhão de assinaturas. Para mim essa é a questão mais importante. E o local mais adequado, mais democrático para eventuais transformações — ouvimos manifestações de membros de todos os partidos —, que têm de ser feitas no projeto, seria o plenário.

O que pode ser transmitido à população — e discuti esse assunto com o Dr. Chico Whitaker — é que a Comissão se reuniu depois de um feriado e resolveu mudar isso ou aquilo. Concordo com a opinião do Deputado José Antonio e vou concordar com V.Exa.

quanto à supressão desse dispositivo quando fala de outra pessoa. Mas seria importante que o debate tivesse lugar num espaço mais democrático.

Então, pelo amor de Deus, não me sinto ofendido ou agredido com o fato de as pessoas fazerem comentários ao relatório. Isso é importante e só soma. Mas é uma questão, repito, de homenagem à cidadania, que as modificações a serem feitas aconteçam num espaço mais democrático, com a participação de toda a Câmara dos Deputados.

Era somente esta a consideração que gostaria de fazer novamente a V.Exa.

O SR. DEPUTADO BISPO RODRIGUES - Sras. e Srs. Deputados, durante minha eleição para Deputado Federal, na cidade de Nova Iguaçu, quase todas as noites uma equipe de pessoas com meus cartazes, cerca de cem, percorria o Município pregando-os nas árvores, o que era proibido. E os fiscais do TRE localizavam as árvores, fotografavam-nas e emitiam multa para mim. Não queria pôr cartazes na árvore, porque acho bobagem, mas alguém o fazia por mim, para me prejudicar.

Ora, a expressão "alguém por ele" é muito subjetiva, dá margem a outras interpretações. Se não debatermos aqui esse ponto, quando o projeto chegar ao plenário — já ouvi vários Deputados dizerem que tal projeto é bom porque a CCJR já se pronunciou a respeito, aprovou-o; Deputados de todos os partidos participaram da discussão —, oriundo da CCJR, já vai recomendado, pensado, debatido, discutido. Sei que há urgência, mas essa urgência também pode causar muita injustiça.

Graças a Deus não estou enquadrado para dizer que meu voto tem o objetivo de doar, oferecer ou prometer. Não é essa minha questão. Sou contra esse tipo de voto que se busca, e sei que muitos Deputados chegaram aqui de maneira vergonhosa. Mas se há consenso de que essa expressão "alguém por ele" seja ruim, então que V.Exa. refaça o relatório aqui mesmo e vamos retirar isso. Se é ruim, vamos retirar agora.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES - V.Exa. me concede um aparte? Há certa unanimidade e por isso faço uma consulta aos membros da Comissão. Existe equívoco nessa expressão "ou alguém por ele". A Assessoria da Comissão uma vez mais me alerta que não se poderia apresentar emendas a esse projeto porque não é conclusivo. Mas posso fazer a modificação...

(Não identificado) - Mas o Relator pode modificar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES - Posso fazer a modificação. Então, retiraria a expressão "ou alguém por ele", se houver concordância dos membros da Comissão, para podermos proceder à votação do parecer. Então, suprima-se, no art. 41, onde se diz "constitui processo de captação de sufrágio, vedado por esta lei, doar, oferecer ou prometer, o candidato", a expressão "ou alguém por ele". Se V.Exa. concordar, para votarmos hoje, podemos retirar a expressão "ou alguém por ele".

O SR. DEPUTADO BISPO RODRIGUES - Concordo e voto a favor do projeto, sendo a expressão "ou alguém por ele" retirada. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES - Sr. Presidente, dessa forma apresento o parecer com a supressão da expressão "ou alguém por ele", bem como a do art. 5º anteriormente referido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geovan Freitas) - Continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Caio Riela.

O SR. DEPUTADO CAIO RIELA - Sr. Presidente, quero somar-me a todos aqueles que aqui traçaram considerações em relação à iniciativa popular, na qual quero, em meu e em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, como Vice-Líder, em nome da bancada do Rio Grande, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, da Comissão Brasileira Justiça e Paz, dizer que não há paz sem justiça. E tem havido muita injustiça nas eleições. Portanto, não há paz neste País até

hoje, porque a cada eleição que passa mais se aumenta a injustiça e mais se afasta a paz dos lares brasileiros.

Tivemos muitos Vereadores e Prefeitos nas eleições de 1996, como também muitos Deputados Estaduais, Federais e Senadores na eleição de 1998. Não temos justiça na Justiça, que deveria ter a força, o poder de decidir quando há casos comprovados pela sociedade brasileira em tantos Municípios do País. É lamento profundamente que tomemos conhecimento, por colegas Deputados, pela imprensa falada, escrita e televisada, de inúmeros fatos que acontecem em decorrência do abuso do poder econômico, compra de votos, enfim, uso da máquina administrativa, da máquina pública.

E vamos viver pela primeira vez neste País, no ano que vem, reeleições de Prefeitos. Se tivemos em 1998 apenas 27 candidaturas à reeleição, imaginem 5.507 reeleições, com uso da máquina pública, da máquina administrativa, quer queira ou não com a falha da Justiça. Com certeza teremos problemas graves. E essa iniciativa popular, com apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, da OAB e de tantas outras, vem num momento tão importante que requer urgência urgentíssima.

Quero louvar não só o parecer do nosso Relator, companheiro Deputado Eduardo Paes, como também a interferência e ação do Deputado Bispo Rodrigues no sentido de suprimir uma expressão, mas não impedindo que o projeto continue sua tramitação na Casa. Saindo daqui aprovada, a matéria vai imediatamente para discussão num fórum adequado, em que receberá emendas e será objeto de reflexões e participação de todas as entidades. E no dia 24 de agosto assistimos a uma verdadeira vergonha na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, quando foram substituídos Deputados na hora da votação porque pensavam de forma diferente. Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este fórum não é o mais legítimo.

E fico muito feliz com este projeto tão necessário para a sociedade brasileira. Estamos às vésperas de uma eleição e há inúmeras mudanças a serem feitas para legitimar a vontade secreta do povo nas urnas. Nas últimas eleições, na calada da noite, votos eram burlados, mudando resultados e, portanto, a vontade do povo.

No meu Estado, o Rio Grande do Sul, há vários exemplos. Até na minha cidade foi solicitada a recontagem dos votos, por meios legais, constitucionais e jurídicos, mas os juízes negaram-se a fazê-lo por debaixo dos panos, em conluio, conchavo, com lideranças, com aqueles que detêm o poder econômico nos currais eleitorais, que mandam na cidade. Juízes amedrontaram-se, negaram-se a recontar os votos e não viram a vontade popular verdadeira e legítima nas urnas, que ali permanecem até serem queimadas.

Então, essa é uma iniciativa que vem trazer legitimidade à democracia do País. E como faz falta e é importante! Sinto-me muito feliz e privilegiado de ser Deputado, ser membro desta Comissão e estar discutindo o assunto num momento tão importante como este, em que sabemos que o que impera é o bolso. E nesta Casa sabemos que a maioria é comandada ou pelo bolso ou, diria, por essa força do poder que não é legitimado na urna e no voto, como disse há pouco.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero ressaltar que esse instrumento apenas modifica alguns aspectos, porque a lei já existe, mas não tem eficácia alguma, visto que aqueles que devem cumpri-la não o fazem. Mas ajuda, porque traz o tema à reflexão e à discussão da sociedade, uma vez que é veiculado pelos jornais, pelo rádio e pela televisão. Enfim, é um instrumento com o qual podemos contar para as eleições do ano que vem por intermédio do Plenário desta Casa, fórum competente, até porque nesta Comissão mudam-se quatro, cinco, meia dúzia de Deputados, mas no Plenário não se mudam 500 Deputados.

Votamos a favor do parecer, a favor do projeto em plenário e nos somamos àqueles que querem aperfeiçoá-lo com algumas alterações, a fim de que ele se transforme em lei imediatamente, já com validade para as eleições municipais do ano que vem.

Sr. Presidente, encerrando, quero parabenizar mais uma vez todos aqueles que tiveram o trabalho árduo de colher mais de 1 milhão de assinaturas para dar entrada nesta Casa a iniciativa popular, amparados pela Constituição e os dispositivos legais que norteiam a vida pública e a democracia.

Parabéns e nossos cumprimentos ao Relator e aos Deputados. Queira Deus que o projeto seja votado por unanimidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geovan Freitas) - Continua em discussão o relatório.

Com a palavra o Deputado José Machado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, serei breve. Quero apenas enaltecer a oportunidade dessa iniciativa que tem origem numa vasta lista de subscritores do povo, 1 milhão de assinaturas. Em primeiro lugar, gostaria de enaltecer que já se tornou tradição no País a elaboração de leis através da iniciativa popular. Se não me falha a memória, essa é a terceira iniciativa de porte que esta Casa examina após a Constituição de 1998, que abriu a possibilidade de projetos de lei de iniciativa popular.

Em segundo lugar, a proposição tem como principal virtude constituir, cristalizar uma nova cultura política no Brasil. A questão da corrupção eleitoral é mais do que secular; entretanto, a forma como essa proposta de iniciativa popular vem para nossa consideração dá visibilidade a um assunto mezinho na política brasileira. A corrupção eleitoral, a compra de votos é uma coisa mezinha, não acontece apenas nos rincões deste País, mas nos grandes centros onde a Justiça supostamente não só estaria mais organizada, como seria muito mais vigiada até pela sociedade, pelos meios de comunicação.

Infelizmente nem sempre a Justiça é ágil, nem sempre o juiz é corajoso. Assim, muitas vezes denúncias bem formuladas no momento certo não recebem guarida de determinado juiz porque este, de uma forma ou de outra, acovarda-se e encontra meios de protelar o processo a tal ponto que os propositores da iniciativa acabam por desistir, acabam por vacilar, ao constatarem que a Justiça é muito lenta. E esse fato faz com que muitas vezes o processo não tenha mais continuidade.

Sr. Presidente, apenas para finalizar, gostaria de parabenizar o Relator e a Comissão Brasileira Justiça e Paz, na pessoa de Chico Whitaker. Seria da maior importância que a Comissão Brasileira Justiça e Paz, ato contínuo à aprovação dessa lei, deflagrasse no País

ampla campanha de divulgação do seu conteúdo de tal modo que a simples aprovação do projeto e sua entrada em vigor servissem de antídoto àqueles que porventura imaginam que na próxima eleição vão iludir a Justiça, a legislação e o interesse democrático usando formas as mais torpes possíveis na prática da corrupção eleitoral.

Meus cumprimentos aos membros desta Comissão, ao Relator Deputado Eduardo Paes e à Comissão Brasileira Justiça e Paz.

Tenho também o grande prazer, ao comparecer a esta reunião, de votar favoravelmente a este projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geovan Freitas) - O último inscrito é o Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha palavra é breve. Inicialmente, quero solidarizar-me com a Comissão Brasileira Justiça e Paz e com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pela iniciativa da elaboração e patrocínio do projeto. Desejo também apoiar o parecer do nobre Relator Deputado Eduardo Paes. O parecer ressaltou o que o projeto tem de importante. Seria desavisada a afirmação de que o projeto é perfeito; o projeto é um avanço.

O Código Eleitoral em vigor já define como crime eleitoral dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber para si ou para outrem dinheiro, dádiva ou qualquer outra vantagem para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção ainda que a oferta não seja aceita.

Que faz o projeto? O projeto aperfeiçoa a legislação em vigor, estabelecendo a possibilidade de cassação imediata do registro do candidato. Faz mais: cassação do registro pelo uso da máquina administrativa. E há também o aspecto humano, quando dispõe sobre perdão judicial para os eleitores ludibriados.

O projeto não emite nenhum juízo de valor sobre a Justiça Eleitoral. O procedimento da Justiça Eleitoral é outra questão. É uma questão de cultura, de formação, diria mesmo de vigilância.

Sr. Presidente, esses são os motivos que me levam a votar favoravelmente ao projeto nos termos do parecer ou com a modificação acolhida pelo Sr. Relator.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geovan Freitas) - Continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Inaldo Leitão.

O SR. DEPUTADO INALDO LEITÃO - Sr. Presidente, minha intervenção será muito rápida para não repetir o que já foi dito pelos vários Parlamentares que se manifestaram. Quero tão-somente registrar meu apoio à iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e da Comissão Brasileira Justiça e Paz e dizer que a legislação, de forma genérica, já coibia o abuso do poder econômico. Mas essa proposta especificamente se presta de forma mais objetiva a garantir a punição célere e eficaz daqueles que abusarem do poder econômico durante o processo eleitoral, tornando-o imune à influência da utilização de todos os meios que o possam viciar e retirar-lhe a legitimidade.

Portanto, quero parabenizar também o Relator Eduardo Paes, que se manifestou favoravelmente à aprovação da proposição pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, além de no mérito opinar pela aprovação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geovan Freitas) - Encerrada a discussão.

O Relator tem a palavra para suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES - Sr. Presidente, serei objetivo a fim de caminharmos para a votação. Queria proceder a uma terceira modificação: acatar a sugestão do Deputado Luiz Antonio Fleury no sentido de incluirmos também a palavra "emprego".

Desta forma, o projeto teria a seguinte redação no art. 41:

Constitui processo de captação de sufrágio, vedado por esta lei, doar, oferecer ou prometer o candidato emprego, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, sob pena de 1.000 (mil) a 50.000 (cinquenta mil) UFIRs, e cassação do registro ou do diploma.

Aqui teríamos duas modificações: a supressão da expressão "ou alguém por ele" e a inclusão da palavra "emprego".

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - A palavra "emprego" deveria ficar depois do "bem" e não na frente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES - Então, seria: "...candidato bem, emprego ou vantagem".

Acato a sugestão de V.Exa.

Vou repetir a redação para que fique clara aos membros da Comissão o texto a ser votado: "Constitui processo de captação de sufrágio, vedado por esta lei, doar, oferecer ou prometer o candidato bem, emprego ou vantagem pessoal de qualquer natureza".

Assim, Inclui-se a palavra "emprego" e suprime-se a expressão "alguém por ele".

O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO - Há um problema, Deputado. Peço um aparte a V.Exa. Veja bem, "emprego" qualifica uma função da iniciativa privada e pode ser utilizado exatamente para funções públicas.

Então, sugeriria, se V.Exa. me permite, a seguinte redação: "Constitui processo de captação de sufrágio, vedado por esta lei, doar, oferecer ou prometer o candidato bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública". Aí a função pública está enquadrada, porque não é tecnicamente emprego, mas até função comissionada e pode ser utilizada para esse fim.

(Não identificado) - Aos nossos juristas, o aparte está concedido.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES - Sr. Presidente, estamos acatando as brilhantes sugestões do Deputado José Antonio.

Ficaria assim a redação do art. 41, Deputado José Antonio:

Constitui processo de captação de sufrágio, vedado por esta lei, doar, oferecer ou prometer o candidato bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, sob pena de multa de 1.000 (mil) a 50.000 (cinquenta mil) UFIRs, e cassação do registro ou do diploma.

E suprime-se também o art. 5º, tendo em vista a questão a que me referi anteriormente, da Lei nº 9.598.

Eram estas as considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geovan Freitas) - Está em votação o relatório com as modificações sugeridas pelos Deputados e acatadas pelo Relator.

Os Deputados que estiverem a favor permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (Pausa.).

Aprovado por unanimidade. (Palmas.)

Vai a plenário.

(...)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
SESSÃO ORDINÁRIA DE 14/09/1999:
(...)

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, concordo com a proposta do Líder Inocêncio Oliveira de prorrogação do prazo para a apresentação de emendas, já atendida por V.Exa.

A bancada do Partido dos Trabalhadores estará apresentando suas emendas até amanhã — já temos quinze emendas preparadas para serem apresentadas amanhã, dentro do prazo, mas a prorrogação do prazo é, de fato, importante.

Sr. Presidente, com a permissão de V.Exa., aproveito para consultar os Líderes partidários sobre matéria que já está com o prazo para a votação quase vencido, pois trata-se de matéria eleitoral.

A CNBB liderou uma campanha nacional para colher 1 milhão de assinaturas e apresentar um projeto de iniciativa popular, que foi recebido por V.Exa. sob o número de 1.517, de 1999, e teve parecer aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação por unanimidade.

No entanto, para que o projeto tenha validade já nas eleições de 2000, tem de ser votado ainda esta semana na Câmara dos Deputados para, em seguida, ir ao Senado Federal. Por isso, apelo para todas as Lideranças a fim de que aprovemos, ao final da votação da matéria agora em questão, a urgência urgentíssima para a tramitação da matéria — para isso tenho requerimento formalmente preparado. Assim, poderíamos aprovar esse projeto amanhã ou quinta-feira e enviá-lo em seguida ao Senado, já que há consenso de todas as Lideranças sobre a questão.

Tomei a iniciativa de consultar o Líder do Governo, Deputado Arnaldo Madeira, que concorda com a urgência urgentíssima. Combinamos que a urgência urgentíssima seria concedida em reunião da Mesa, mas esta exceção seria em função do prazo exíguo para a votação da matéria no plenário da Câmara dos Deputados. Vou, portanto, solicitar a assinatura dos Srs. Líderes, para

então entregar o requerimento de urgência urgentíssima a V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Nobre Líder José Genoíno, abriremos uma exceção à regra e aprovaremos a urgência em reunião com os Srs. Líderes, na minha sala. Como se trata de projeto relevante, se V.Exa. obtiver as assinaturas dos Líderes, submeterei o projeto à apreciação do Plenário ainda no dia de hoje.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Muito obrigado.
(...)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 16/09/1999:

(...)

O SR. DEPUTADO PEDRO WILSON (PT, GO) -

(...)

Sr. Presidente, hoje esta Casa poderá marcar um ponto importante se aprovarmos o projeto de iniciativa popular proposto pela Comissão de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB , coordenado pelo ilustre arquiteto, Dr. Francisco Whitaker. A Mesa assumiu a votação desse projeto para acabar com a corrupção eleitoral no Brasil.

Esta Casa dará, principalmente para as eleições do ano que vem e do ano 2002, um instrumento para que a Justiça Eleitoral coíba os abusos econômicos, que, muitas vezes, dirigem o resultado da eleição não para a vontade popular, mas para os interesses de grupos econômicos.

A aprovação desse projeto de iniciativa popular estabelece parâmetros para a fiscalização e a punição dos partidos e dos candidatos que se locupletam através da corrupção no sentido de interferir nos resultados eleitorais.

É hora de o Brasil passar a limpo a questão eleitoral, estabelecendo a livre e espontânea vontade do eleitor na eleição de Vereadores e Prefeitos, no ano que vem, e na eleição de Presidente, Governadores, Deputados Federais, Senadores e Deputados Estaduais no ano 2002.

Para concluir, Sr. Presidente, gostaríamos de manifestar o nosso apoio a uma proposta popular lançada por setores da CNBB, no Dia dos Excluídos, dia 7 de setembro, para que se faça um plebiscito sobre a dívida externa do Brasil. É hora de o Brasil avaliar os rumos da sua dívida pública interna e externa, gerada principalmente pelos juros atuais, que estão cada vez mais massacrando a indústria, a agricultura, enfim, o desenvolvimento do Brasil.

Sr. Presidente, vamos formar um grupo Parlamentar para apoiar, em abril próximo, um plebiscito sobre a dívida externa do

Brasil e descobrir por que essa dívida, cada vez mais, prejudica o povo brasileiro.

Saudamos o projeto que será votado hoje e apoiamos esse plebiscito, que expressará a vontade do povo, como ocorreu através do documento com um milhão e trezentas mil assinaturas que pedia a instalação de uma CPI sobre a venda da TELEBRÁS.

(...)

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acabamos de votar um requerimento para retirada de pauta de projeto de autoria do Deputado Alberto Fraga, porque não tínhamos pronto determinado relatório.

O próximo item da pauta é um projeto no qual todos temos enorme interesse, até porque a proposta tem o apoio da sociedade e diz respeito a modificações na legislação eleitoral — tira a matéria que está sendo tratada pelo Código Eleitoral e joga na Lei das Inelegibilidades —, com a finalidade, acredito, de dar curso mais rápido à verificação do que realmente aconteceu.

Sr. Presidente, a bancada do PMDB, no contexto a que me refiro, possui uma emenda que visa adaptar a legislação. Existe também por parte da bancada do PT, de autoria do Deputado Antonio Carlos Biscaia, outra emenda já relatada, em que se põe remissão ao art. 40 numa lei complementar.

Então, Sr. Presidente, trata-se de assunto extremamente complexo. Temos hoje um número reduzido de presentes na Casa e poucos Líderes de bancada representados neste plenário. Portanto, seria importante, com o compromisso assumido no plenário, reunirem-se as Lideranças com V.Exa. na próxima terça-feira, para discutirmos a questão da forma como é necessário. Vamos tentar chegar a bom termo na legislação, para que possamos aprovar alguma coisa realmente importante e que possa ser cumprida nessa eleição.

Os Líderes da Oposição alegam que querem votar a matéria hoje, para enviá-la ao Senado ainda a tempo de votá-la.

Ora, Sr. Presidente, quando esta Casa quer, ela faz. Se esta Casa quiser votar a matéria terça-feira e mandá-la para o Senado no mesmo dia, em tempo de ser apreciada para a atual legislação, vai fazê-lo. Acredito na capacidade desta Casa de produzir os resultados que quer. Se quiser, fará.

O PMDB quer fazer e estará ao lado daqueles que desejam aprovar a lei, para que, evidentemente, ela possa surtir efeito. Por isso, apelo para V.Exa. no sentido de que ouça os demais Líderes.

Vamos tentar fazer alguma coisa que possa surtir o efeito que desejamos.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vamos aguardar a conversa dos Srs. Líderes.

O SR. JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO ALMEIDA (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho a impressão de que, se tivermos possibilidade de conversar alguns minutos com os Srs. Líderes, chegaremos a um acordo. Há uma proposta do PMDB no sentido do aperfeiçoamento do projeto. Se os Srs. Líderes puderem conversar por alguns minutos, poderemos chegar a um acordo e aprovar esse projeto ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - V.Exa. terá essa possibilidade.

O SR. JOÃO ALMEIDA - Deixar ao Senado apenas uma semana para que o projeto siga à sanção presidencial fica muito apertado.

O SR. EDUARDO PAES - Sr. Presidente, solicito a palavra, na condição de Relator do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDUARDO PAES (PTB-RJ. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, quero fazer um apelo aos Srs. Líderes para que sentemos a fim de discutir. Tenho a impressão de que as dúvidas existentes podem ser resolvidas numa rápida reunião. Não há grandes divergências. Ao contrário, as propostas são todas de aperfeiçoamento. É possível, portanto, em poucos minutos de conversa, chegarmos a um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Vou deferir o pedido do Deputado João Almeida.

V.Exas. podem conversar por alguns minutos.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, concordamos e vamos nos reunir agora para tentar um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Peço aos Srs. Líderes que se reúnam aqui mesmo, no plenário.

O SR. EDUARDO PAES (PTB-RJ. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, tendo em vista esse entendimento, gostaria de esclarecer que, em se tratando de matéria da importância desse projeto de iniciativa popular, com mais de 1 milhão de assinaturas, não me parece que possamos correr o risco de não o aprovarmos ainda neste mês, para que possa valer para as próximas eleições.

Vamos conversar e tentar chegar a um acordo. Não há dúvida de que se pode compor tanto as emendas apresentadas pelo Deputado Antonio Carlos Biscaia, quanto as dos Deputados José Roberto Batochio e Inocêncio Oliveira, assim como o substitutivo proposto pelo PMDB. (Pausa.)

O SR. NELSON PROENÇA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. NELSON PROENÇA (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, os Líderes estão aqui reunidos conforme sugestão de V.Exa., tentando encontrar um consenso que permita a votação do projeto ainda hoje. Está-nos parecendo que é difícil que se obtenha esse consenso. Apareceram emendas de última hora. Há

algumas dificuldades para interpretar as modificações que foram feitas. Mas, por outro lado, há grande preocupação dos Líderes, Sr. Presidente, com a celeridade da votação do projeto, de maneira que ele ainda tenha a sua entrada em vigência a tempo de permitir modificações na futura eleição.

Quero fazer uma consulta a V.Exa. Se nós decidíssemos pela votação na terça-feira da semana que vem, na opinião de V.Exa. haveria tempo para que se votasse o projeto na Câmara e ainda fosse ao Senado e, depois de aprovado e sancionado, conforme o desejo dos Líderes, ainda ter vigência na próxima eleição?

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Quero dizer a V.Exa. e aos Srs. Deputados que este é um projeto importantíssimo. Acho que nós temos que votá-lo. Ele terá grande significação para a Câmara dos Deputados e para os costumes político-eleitorais. Eu faria uma reunião na terça-feira de manhã com os Srs. Líderes. Voltaremos com o compromisso de votar na tarde de terça-feira, e, logo no início da noite de terça-feira, mandaria para o Senado Federal, para que este votasse na quarta ou na quinta-feira, e com isto remanesceria um prazo ainda hábil para a sanção presidencial.

Eu convocaria, desde logo, os Srs. Líderes, para uma reunião às 10h30min — não é? — e nós deliberaríamos sobre o projeto. Votaremos na terça-feira. Eu me comprometo a mandá-lo na mesma terça-feira para o Senado Federal.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. recebeu o abaixo-assinado com 1 milhão de assinaturas, deu importância ao projeto, e reconheço que houve todo o empenho de V.Exa. A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação votou essa matéria na quarta-feira, após o 7 de setembro, dando um exemplo. Aliás, houve **quorum**. Estamos trabalhando para votá-lo. Eu tinha um compromisso no meu Estado e não o cumpri para, em nome da Liderança, participar da aprovação desse projeto.

É claro que se as Lideranças não quiserem votar o projeto, considerando que não há **quorum**, elas têm esse poder. Isso é inquestionável. Tenho o dever, até porque participei do processo de agilização, de manifestar nossa discordância, mas há uma situação imponderável. Só temo que o Senado Federal, recebendo esse projeto na terça-feira à noite, não dê condições para que seja sancionado antes do dia 3 de outubro, porque no Senado há a regra de que um projeto, para ir a plenário, tem que necessariamente passar pela Comissão. E chamo a atenção dos Deputados para a seguinte realidade: o Presidente do Congresso Nacional já se comunicou publicamente com as entidades e disse que o problema não é no Senado, e sim na Câmara. Acredito que quando o projeto chegar lá, S.Exa. terá todo o interesse em votar.

Estou preocupado, porque essa é uma matéria muito sensível, envolve 1 milhão de assinaturas e que mais uma vez fique a impressão para a sociedade de que a esta Casa está dificultando e que o Senado está só esperando que a Câmara decida.

Temos que resolver esse problema. Mas há um fato imponderável, a falta de **quorum** nesta sessão. Tive que adiar um debate na televisão hoje, às 18h, para permanecer em Brasília e em virtude do compromisso militante com este projeto. Portanto, tenho o dever de fazer essa manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Pois não. V.Exa. sabe, Deputado José Genoíno, que até solicitei a V.Exa. e aos Srs. Líderes que permanecessem na Casa exatamente para podermos votar este projeto no dia de hoje.

Se pudermos votá-lo hoje, tanto melhor. O meu único problema — isso não desejo — é que não realizemos a sessão por falta de **quorum**.

O SR. JOSÉ ANTONIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ ANTONIO (Bloco/PSB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há requerimento de retirada desse projeto?

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Não há requerimento. Só por acordo.

O SR. JOSÉ ANTONIO - Não seria possível começar pelo menos a discussão do projeto, já que há Deputados inscritos para isso, para adiantarmos?

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Preferiria que os Srs. Deputados me dissessem qual é a orientação. Se for essa a orientação, não há dúvida, coloco o projeto em discussão.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quanto ao mérito, ninguém discute a importância desse projeto. No entanto, há, pelo menos hoje, três ou quatro substitutivos sobre a matéria. Há o projeto original da CNBB; o substitutivo oferecido pelo Deputado Antonio Carlos Biscaia e pelo Deputado Eduardo Paes, que considero até agora o melhor de todos; o substitutivo oferecido pela Liderança do PMDB, que também é de boa qualidade, acompanhado pelo assessor Osvaldo, que é um profundo conhecedor do assunto; e há o substitutivo que me foi apresentado ontem por companheiros de outros partidos.

Sr. Presidente, se se iniciar a discussão ou a votação de matéria tão polêmica sem um necessário entendimento, eu questiono a maneira como será feita, porque isso representará a vida política de cada uma das pessoas presentes, ou de seus representantes nos Municípios.

Esta Casa não pode votar um projeto que não seja o mais adequado para a realidade do País. Não pode votar um projeto que também seja letra morta, que não mostre os resultados e os frutos que desejamos. Por isso, esse projeto tem de ser bem-feito.

Não tenho nenhuma dúvida de que se a Casa quiser — e se quiser aprová-lo até as 23h59min do dia 29 ou 30 de setembro nós o faremos —, votará esse projeto. Essa é uma decisão política, e há uma decisão política no sentido de aprová-lo. V.Exa. assumiu esse

compromisso, que é nosso a partir de agora. E V.Exa. falou em nosso nome.

Peço a V.Exa. que convoque reunião de líderes para terça-feira, às 11h, em vez de às 10h30min, porque assim dará tempo de todos chegarem. E tenho certeza de que esta Casa já terá uma decisão. Se isso não acontecer, sou favorável a que V.Exa. coloque o projeto em votação, e cada um marcará a sua posição: se contra ou a favor.

Quero dizer, de antemão, que o PFL é a favor do projeto. O PFL vota pelo projeto, porque quer a moralidade do processo eleitoral em nosso País. Porém, o PFL quer escolher aquele projeto que possa melhor se adequar à realidade brasileira, aquele projeto que possa dar os resultados que a sociedade espera e que possa coibir o abuso do poder econômico em nosso País, um dos grande desafios que temos pela frente.

Sr. Presidente, ao lado desse, esta Casa poderia votar o financiamento público das campanhas eleitorais. Não o sistema híbrido, porque esse ensinará muito mais o abuso do poder econômico, mas o financiamento pleno das campanhas eleitorais, para não acontecer em nosso País o que ocorreu nos Estados Unidos da América. Durante determinado período, o Congresso americano era constituído só de representantes dos grandes grupos econômicos.

Esta Casa tem de representar os diferentes segmentos da sociedade. E assim evitar o abuso do poder econômico e também promover — e para isso eu conclamo os companheiros de oposição — o financiamento público completo das eleições.

Não venham dizer que isso representa 700 milhões de reais. O que vale é a democracia em relação a esse montante. A democracia está acima de tudo isso.

Por isso, o PFL vota favoravelmente ao projeto, mas se reserva o direito de escolher o que melhor possa traduzir a realidade do País.

O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO (PDT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos deixando escapar por entre os dedos a oportunidade de ouro de introduzir em nosso sistema eleitoral medida altamente moralizadora.

Não é desconhecido de nenhum Parlamentar desta Casa nem dos Srs. Deputados do PMDB, cuja liderança não está de acordo, o substitutivo oferecido por mim e pelo Deputado Antonio Carlos Biscaia. Pareceu-me que isso, pelo que ocorreu na sessão de ontem, já era consenso entre as demais Lideranças, mas a verdade é que não é ignorado por nenhum Parlamentar desta Casa que temos um calendário para promover alterações na lei eleitoral, Sr. Presidente.

Todos nós sabemos que ou aprovamos este projeto na Câmara baixa e conseguimos também aprová-lo no Senado Federal antes dos primeiros dias do mês de outubro, ou, então, essas medidas moralizadoras serão afastadas do pleito de outubro do ano 2000.

Como representantes do povo nesta Casa, queremos efetivamente dar nossa contribuição para o aperfeiçoamento da democracia brasileira e para a moralização do processo eleitoral, que está levando a própria democracia ao descrédito popular.

Sr. Presidente, a redação conseguida no último substitutivo me parece de tal sorte límpida e escoimada de dúvidas que não poderia ensejar, com o devido respeito aos que pensam de modo diferente, qualquer hesitação a respeito da utilidade, da necessidade e da urgência para a aprovação deste projeto.

Trata-se de alterar o art. 41 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para, introduzindo o art. 41-A, estabelecer, com esse artigo, medida moralizadora, sancionando corrupção na captação de votos no processo eleitoral brasileiro. Eis o texto a demonstrar, axiologicamente por si mesmo, que não padece de qualquer dúvida e não se presta a qualquer controvérsia, a não ser que haja interesse em que não se alterem as normas eleitorais para introduzir essa medida moralizadora.

Sr. Presidente, diz o dispositivo a ser introduzido, que altera a Lei nº 9.504:

Constitui captação de sufrágio, vedada por esta lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou fazer chegar, por qualquer

forma, ao eleitor, para obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição (...) — sob pena das multas que vêm cominadas aqui no próprio texto.

Sr. Presidente, quem nesta Casa — vamos repetir com Shakespeare, o poeta de Stratford on Avon — é tão vil que não deseja moralizar o processo eleitoral brasileiro? Quem, nesta Câmara, pode duvidar de que nós precisamos soerguer efetivamente a democracia brasileira e afastar do processo eleitoral do nosso País a compra de votos?

Lembro-me de que, nos momentos que antecederam o pleito de outubro próximo passado, eu escrevi artigo publicado na **Folha de S.Paulo** intitulado "O Coronel, o Traficante e o Trem".

Iniciei o meu artigo dizendo ao leitor que não se tratava de uma crônica ao gosto dos romances de Gabriel García Márquez, mas do processo eleitoral brasileiro.

Quem é o coronel no processo eleitoral brasileiro? Não é mais o de rebenque ou o da zona rural. Trata-se hoje do coronel eletrônico, o dono de poderosas cadeias de comunicação que elege os seus apaniguados, os seus afilhados e, com isso, oligarquiza o processo eleitoral brasileiro.

Quem é o traficante do processo eleitoral brasileiro? São aqueles chefetes locais que vão vendendo aos candidatos os votos da sua associação de bairro. São aqueles Vereadores que vão perguntar ao candidato do pleito estadual se quer comprar um gadinho, composto de 200 ou 300 votos, e que recebe dinheiro por isso, desnaturando o processo político e o sistema eleitoral brasileiros.

E quem é o trem, Sr. Presidente? O trem — dizia eu naquele artigo — é o trem pagador, é o candidato que usa o poder econômico para comprar votos descaradamente. E essa conduta, Sr. Presidente, precisamos banir do processo eleitoral brasileiro, e é isso que queremos fazer com essa modificação.

Quem, entre os Parlamentares que se fazem presentes, pode ser contra uma medida moralizadora como esta?

Sr. Presidente, apelo às Lideranças — o texto não apresenta pontos obscuros — para que aprovemos a moralização do processo eleitoral brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Solicito aos Srs. Líderes, ao Sr. Relator e aos representantes de Lideranças que se cinjam neste momento a dizer se votamos a matéria hoje ou na terça-feira.

Percebo que os representantes de todos os partidos estão de acordo com o projeto, havendo apenas uma questão de ajustamento. Isso já é um bom sinal para a Casa e para a imprensa que nos ouve, pois é necessário divulgar a existência de acordo sobre o tema moralização. Isso é importante para que não se saia daqui com a sensação de que a Câmara não votou a matéria porque os Parlamentares eram contrários ao projeto. Pelo contrário, verifico que há, para minha alegria, unanimidade em relação ao tema. De modo que, neste momento, vamos nos cingir a decidir isto: votamos hoje ou terça-feira? Em último caso, colho exatamente a manifestação dos Líderes.

O SR. EDUARDO PAES - Sr. Presidente, na qualidade de Relator, peço a palavra para prestar esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDUARDO PAES (PTB-RJ. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, o Deputado José Roberto Batochio já fez os esclarecimentos necessários da matéria. Quero resumi-la um pouco mais e peço um pouco de paciência em relação a isso.

Primeiro, o projeto visa descriminalizar o processo de compra de voto, transformando-o em um processo político-administrativo-eleitoral, para que se possa, durante o período da propaganda eleitoral, cassar o registro do candidato. O que se inclui na emenda assinada pelos Deputados Inocêncio Oliveira, Líder do PFL, Antonio Carlos Biscaia e José Roberto Batochio, cuja redação teve a participação do Deputado José Antonio e do ex-Procurador-Geral da República Dr.

Aristides Junqueira, é o procedimento de como se deve fazer a cassação do registro.

Outra inovação, Sr. Presidente, é tão-somente o perdão judicial para quem vendeu o seu voto. Atualmente, quem supostamente vende o seu voto é considerado tão culpado quanto quem comprou. E, é óbvio, do jeito que é hoje o procedimento penal, acaba-se o processo eleitoral e nada acontece, porque aquele que vendeu o seu voto não vai testemunhar, porque é tão culpado quanto quem comprou. E sabemos que, depois do processo eleitoral, a Justiça Eleitoral e o próprio Ministério Público se acalmam em relação às questões eleitorais.

Sr. Presidente, não existem vários substitutivos. Na verdade, existem o substitutivo apresentado pelos Deputados Antonio Carlos Biscaia e José Roberto Batochio, apoiado pelo Líder Deputado Inocêncio de Oliveira, e outro apoiado pelo PMDB. A diferença básica entre os dois substitutivos é que um muda a Lei nº 1.504, ou seja, não exige **quorum** qualificado para a aprovação dessa importante medida destacada pelo Deputado José Roberto Batochio. Não preciso falar sobre a importância dessa medida, além do aspecto de estarmos com 1 milhão de pessoas, pelo menos, nos observando neste momento, em função da seriedade dessa questão. Então, Sr. Presidente, a diferença é essa: se o **quorum** é qualificado ou se o **quorum** é de maioria simples.

A proposta da CNBB, assim como a proposta apresentada pelos Deputados Inocêncio Oliveira, Antonio Carlos Biscaia e José Roberto Batochio, é de que seja maioria simples. No mais, Sr. Presidente, são questões de redação, uma vírgula aqui, outra acolá.

Fui o Relator do projeto e participei da elaboração desse substitutivo. O Deputado Jutahy Junior apresentou uma série de propostas vindas da Liderança do PSDB, assim como o fizeram o Partido dos Trabalhadores, o PL, o Deputado José Antonio, o PSB, enfim, diversos partidos apresentaram propostas, e parece-me que o projeto está bem discutido.

Então, quero fazer coro à fala do Deputado José Roberto Batochio, pois me parece importantíssimo votarmos esse projeto, para

que possamos mostrar que este Congresso realmente representa a população.

Nesta semana de críticas ao Congresso, depois retiradas, o Congresso pode sair com a imagem de que representa efetivamente a população. Como disse o Deputado José Roberto Batochio, é uma coisa importantíssima.

Faço um apelo aos Líderes nesse sentido, especialmente ao Líder do PFL, Deputado Inocêncio Oliveira, que apoiou a iniciativa dos Deputados Antonio Carlos Biscaia e José Roberto Batochio, por um pedido meu.

A redação do projeto é perfeita, pois foi feita em conjunto pelo ex-Procurador-Geral da República Dr. Aristides Junqueira e os melhores juristas desta Casa: os Deputados José Roberto Batochio, Antonio Carlos Biscaia, José Antonio, enfim, pessoas qualificadas para tal.

Não há dúvida, Sr. Presidente, de que vamos avançar muito e atender aos anseios da sociedade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quando fiz a minha intervenção, cometi uma grande injustiça e acho que o homem público, sempre que possível, deve remediar-se nesses casos. Eu me esqueci de registrar a participação importante dos Deputados José Roberto Batochio e José Antonio, bem como do ex-Procurador-Geral da República Aristides Junqueira, além dos Deputados Antonio Carlos Biscaia e Eduardo Paes, que já citei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, além do reconhecimento da importância do mérito da matéria que está sendo objeto de discussão aqui, eu chamaria a atenção para outro aspecto: este será o primeiro projeto de iniciativa popular a ser aprovado por esta Casa.

A Constituição de 1988 consagrou esse mecanismo de participação direta do cidadão em iniciativas de lei, portanto, a possibilidade de edição de leis de iniciativa popular, mas há um único projeto desse tipo tramitando há oito anos nesta Casa, o que propõe a criação do Sistema Nacional de Habitação e do Conselho e do Fundo Nacional de Habitação. Repito, é o primeiro projeto de iniciativa popular, tramitando há oito anos nesta Casa. Isso torna inúteis, ineficazes as conquistas que, a duras penas, a sociedade brasileira conseguiu obter nessa luta em torno da construção de mecanismos de democracia direta que constam da Constituição de 1988.

Acho que a aprovação desse projeto será um marco na vida desta Casa, na vida democrática deste País, porque irá consagrar um direito constitucional que a sociedade civil, amplamente mobilizada e com forte participação, conseguiu incluir na Constituição de 1988. Muitos desses avanços e dessas conquistas não tiveram ainda um efeito prático na vida democrática do nosso País.

Além de representar um marco, repito, na vida desta Casa e da democracia brasileira, se o projeto não for aprovado no tempo hábil, até 30 de setembro, nas duas Casas do Congresso Nacional — Câmara dos Deputados e Senado Federal —, estaremos frustrando a expectativa de milhões e milhões de brasileiros que, pela primeira vez, poderiam estar exercendo um direito de cidadania, influenciando em processos, sobretudo, corrigindo distorções, desvios e aspectos imperdoáveis e inaceitáveis do processo eleitoral deste País. O abuso do poder econômico, o clientelismo político e o desrespeito à consciência e à liberdade de escolha dos cidadãos estariam coibidos com a aprovação desse projeto.

Sr. Presidente, insisto em dizer que a Nação não entenderá se não conseguirmos aprovar esse projeto até 30 de setembro, data-limite para que se possa dar efeito prático a ele. Esta Casa perderá a oportunidade de, num momento importante da vida democrática, garantir um direito constitucional, aceitando projeto de iniciativa popular que atendeu a normas e critérios muito rígidos, difíceis de serem cumpridos. A sociedade, através da coordenação e do trabalho competente da CNBB, conseguiu, num prazo muito curto, cumprir essas normas, esses critérios e essas exigências.

Por isso, penso não ser possível para a sociedade compreender por que a Câmara dos Deputados não atendeu a esse anseio, a esse claro reclamo da sociedade, que pretende mudar critérios eleitorais, coibindo o abuso do poder econômico e os desvios éticos que freqüentemente ocorrem no processo eleitoral em nosso País.

Sr. Presidente, não há como protelar essa decisão. Espero que, da mesma forma ágil, pronta e aberta como V.Exa. se comportou desde o primeiro momento em que esse projeto chegou a esta Casa, também haja da parte da coletividade de membros deste Congresso a mesma prontidão, a mesma sensibilidade e a mesma consciência de que se trata de um momento importante da vida democrática do País o ato de aprovar um dispositivo de lei de iniciativa popular, que, sem dúvida alguma, vem aperfeiçoar o processo político-eleitoral em nosso País.

O SR. JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO ALMEIDA (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nenhum partido hoje tem força para impor aqui uma posição para votar este projeto. A pauta foi entendida por todos os Parlamentares como de consenso. Não temos número na Casa para uma confrontação, de modo que teremos que chegar a um acordo sobre isso, porque só será possível aprová-lo sob acordo. Se não é possível o acordo sobre o mérito, haveremos de fazer um acordo sobre

o procedimento, como propôs V.Exa., e nós podemos concordar com ele.

Agora, queremos destacar, de antemão, que, da parte do PSDB, não há dificuldade em votar o projeto hoje, porque estamos restringindo-nos, o PSDB, à matéria proposta pela emenda de iniciativa popular. E sobre esse assunto há unanimidade na Casa. Não há divergência entre partidos, e não é necessário qualquer partido querer tornar-se mais dono da idéia do que outro. Todos pensamos unanimemente sobre essa questão. As divergências são menores.

Por isso, propus nos reunirmos numa sala, resolvermos isso e votarmos ainda hoje. Permanecemos nessa posição, desde que nos restrinjamos à matéria proposta pela emenda de iniciativa popular.

Sr. Presidente, nós nos acostumamos a ter uma nova lei a cada eleição, pelo que percebo aqui. Havia oportunidade para que todos os Deputados colaborassem com suas idéias, proposições e experiências vividas na última eleição, no sentido de aperfeiçoar a lei para a eleição seguinte. Desta vez, não haverá nova lei para a próxima eleição. Começam, então, a surgir pleitos para serem incluídos, aproveitando a carona da emenda de iniciativa popular. Isso é legítimo, regimental e correto, ilustre Líder do PMDB, mas também está dificultando o entendimento para a aprovação do projeto nesta tarde.

O PSDB procurou restringir-se à matéria proposta e não vê nenhuma dificuldade em acordar sobre ela no sentido de que seja votada hoje à tarde, mas não queremos de nenhuma forma impor nossa posição. Se não podemos ter um acordo no mérito, faremos no procedimento, como sugere V.Exa.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ DIRCEU (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço, como Presidente do PT e Parlamentar, a tolerância de V.Exa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, devemos ter consciência de que a eleição do ano 2000 vai deixar-nos uma herança catastrófica. Sem ter o dom da previsão, tenho certeza de que nos reuniremos aqui para revogar as eleições de Prefeitos na primeira semana de outubro após ocorrerem. Tal vai ser se depender de nós, como disse meu companheiro e amigo Deputado João Almeida, para Governador e Presidente. Isso porque conhecemos as condições políticas e sociais que vivemos no País, neste momento, e sabemos do estado de espírito da Nação.

Este projeto de lei, de iniciativa popular, com 1 milhão de assinaturas e a CNBB, simbolicamente, como sua patrona, é simples, objetivo e direto.

Então, quero fazer um apelo aos partidos, particularmente ao PMDB, que tem direito — como bem lembrou o Deputado Nelson Proença, que está respondendo pela Liderança —, pela natureza da nossa atividade, de apresentar emendas, para que façamos um esforço para aprová-lo, numa demonstração à sociedade de que queremos moralizar as eleições e resguardar as instituições democráticas que nós, com tanta luta, restabelecemos no Brasil. Eu temo pela legitimidade e credibilidade das instituições democráticas, tal é o poder do dinheiro hoje no processo eleitoral. E, como haverá reeleição, uma combinação, é muito arriscado.

O Deputado João Almeida propôs que fizéssemos mais um esforço antes de passar à idéia de votar na terça-feira, para votarmos ainda hoje. E eu apelo à Liderança do PMDB para que façamos ainda mais um esforço no sentido de procurar votar a matéria, porque, conforme a modificação, vamos ter que arcar com o ônus da aprovação. Tenho certeza de que as entidades que patrocinaram o projeto não vão reivindicar sua autoria se ele sofrer alterações de mérito. Depois, deveremos responder perante a sociedade, já que teremos a oposição dessas entidades, que têm hoje, no País, audiência respeitável. E todos nós aqui respeitamos essas entidades que apresentaram o projeto nesta Casa.

Então, apelo para que consigamos o acordo e a votação hoje, que é o desejo nosso, do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há duas informações até para a Liderança do PMDB levar em conta. A primeira que transmito à Casa é que o Senado se compromete a votar este projeto na quarta-feira se ele for entregue na segunda-feira, no sentido de que vá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na quarta-feira e chegue ao plenário na quinta-feira. Assim, o Presidente da República teria o prazo de cinco dias — quando haveria negociação com S.Exa. — e, então, sancionaria o projeto na semana seguinte.

Se o projeto chegar ao Senado Federal na terça-feira à noite, ele irá à Comissão de Justiça — há norma no Senado que dispõe que projetos não vão ao plenário sem antes passarem pela Comissão de Justiça — e depois ao plenário, o que não aconteceria na quarta-feira. O risco de não entrar na quinta-feira é real.

Vamos ser francos em dizer que há disputa política. Portanto, chamo a atenção dos Deputados para o fato de que o Presidente do Congresso Nacional já disse publicamente que está empenhado em votar o projeto de emenda popular. Não quero que a sociedade imagine que a Câmara esteja segurando o projeto.

Com relação à segunda informação, já que se trata de projeto de iniciativa popular, se houver mudança de mérito em relação a remeter o processamento para o Código Penal ou Eleitoral, haverá um tipo de alteração de conteúdo que poderá fazer com que as entidades se descomprometam com ele. A ponderação do Deputado João Almeida é mais do que justa. Trata-se de projeto de iniciativa popular, que está sendo votado nos termos da emenda de iniciativa popular.

Entendo que é um ônus político muito grande para a Câmara, Sr. Presidente, e apelo mais uma vez para que façamos algumas emendas de redação, algumas correções, para que votemos este projeto logo. Na reunião de Líderes na terça-feira, podem surgir polêmicas que impedirão sua votação na terça-feira. E a Câmara vai ficar, perante

a sociedade e 1 milhão de assinaturas, como quem dificultou sua aprovação.

Estou sendo franco e claro. Não quero isso, mas me sinto no dever de apresentar esse problema, para que façamos um último esforço no sentido de votar este projeto.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ouvi todas as ponderações do nobre Líder do PT.

Acredito que o projeto de iniciativa popular é um avanço da Constituição, da Constituinte de 1988, que permitiu aos eleitores brasileiros mandá-lo diretamente a esta Casa.

Agora, a Câmara não é Casa para referendar. Se ela referenda, tira-se a atribuição dos legítimos representantes escolhidos pelo povo. Nego-me a referendar. Referendo, não. Discussão, sim. Cada um assume a responsabilidade de seus atos, daquilo que for importante. Não vou referendar projeto de iniciativa popular de quem quer que seja. Vou discuti-lo no melhor espírito público de fazer o melhor para o País, mas referendo não.

Não se venha com ameaça de que as entidades podem desprezar o projeto. Se quiserem fazê-lo que o façam. Esta Casa deve ser soberana e autônoma para dizer o que é bom para o País. Não venham com ameaças dessa natureza. Não nos intimidamos. Pelo contrário, levantam-se os brios daqueles que querem um Poder autônomo, independente, que possa realmente representar o povo brasileiro na sua inteireza.

Um dia a mais ou a menos para o Senado Federal votar um projeto dessa natureza não faz diferença. O Senado pode votar projetos em menos de 24 horas. Não vejo nada de mais, desde que se vote um bom projeto.

Assinei a urgência, votei-a. Assinei o substitutivo, vou continuar a defendê-lo, mas o Deputado Odelmo Leão pediu-me

encarecidamente, antes de viajar, que estivesse presente na discussão. Não vejo nada de mais deixar para terça-feira, com o compromisso de que, se não houver reunião de Líderes — ou qualquer que seja seu resultado, caso ocorra —, o projeto esteja em plenário para cada qual marcar sua posição. Cada um vai dizer perante a Nação se está contra ou a favor da moralidade no processo eleitoral do nosso País.

Continuo dizendo que a Casa das leis tem que fazer boas leis. Por isso, desejo participar diretamente. Estou aqui com todos os substitutivos debaixo do braço e vou lê-los e examiná-los, mas quero ter participação importante para fazer uma lei de acordo com a realidade brasileira e com os mais sagrados interesses da Justiça Eleitoral.

O SR. CELSO GIGLIO - Sr. presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CELSO GIGLIO (PTB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro também se preocupa com a discussão e a votação deste projeto em tempo hábil, para que entre em vigor nas eleições do ano que vem. Estamos dispostos a iniciar a discussão hoje, se for o caso, ou comprometemo-nos na terça-feira, se o acordo de Lideranças vingar, no sentido de que o projeto seja encaminhado em tempo hábil ao Senado.

Essa é a posição do Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MÁRCIO REINALDO MOREIRA (PPB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome do Partido Progressista Brasileiro, credenciado pelo Deputado Odelmo Leão, quero externar o ponto de vista do nosso partido. Não há consenso sobre esta matéria, e temos um **quorum** inadequado, conforme já referido. Na próxima

terça-feira, o PPB se compromete a discutir e votar a matéria no horário determinado por V.Exa.

O SR. NELSON PROENÇA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. NELSON PROENÇA (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB quer deixar claro que em absoluto se opõe a decisão que venha ser consenso entre os Líderes, com a participação de V.Exa.

Mas o partido gostaria de lembrar algumas questões, especialmente ao Líder José Genoíno, ao Presidente do PT, Deputado José Dirceu, e também ao Relator do projeto, Deputado Eduardo Paes. Na verdade, não se vai discutir, Deputado João Almeida, nem se decidirá pelo texto original da emenda popular. Veja, o texto foi emendado, modificado, e o que hoje iríamos — ou terça-feira vamos — votar, na verdade, é o substitutivo, com acréscimos da Câmara dos Deputados. Não se trata mais do texto original.

Parece-me que, a partir das modificações que já foram feitas, é preciso que se contemple o desejo de outros Parlamentares e partidos políticos de também fazerem suas emendas e acréscimos ao texto original. É importante que se considere isso.

Mais uma vez, o PMDB quer deixar claro: acompanha a decisão dos Srs. Líderes.

Parece-me que a sugestão do Líder Inocêncio Oliveira pode e deve ser contemplada pelos demais Líderes, que estão envolvidos em encontrar uma solução para a questão.

Lembro ao Líder do PT, Deputado José Genoíno, que, se o Presidente do Senado Federal — como diz S.Exa. e aparentemente noticia a imprensa — está tão interessado em aprovar o texto, com certeza encontrará meios para aprová-lo naquela Casa a partir de terça-feira.

A mesma vontade e determinação que tem o Presidente do Senado Federal de aprovar o texto aprovado na Câmara dos Deputados

esta semana haverá de ser utilizada para aprová-lo na semana que vem naquela Casa.

Portanto, Deputado José Genoíno, esse argumento parece não ser obstáculo ao entendimento de dispormos de um pouco mais de tempo e de, a partir da sugestão do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, podermos discutir a matéria de forma mais detalhada e cautelosa na terça-feira, na reunião dos Líderes.

Sr. Presidente, esta é a posição do PMDB: acompanhamos e acompanharemos a decisão tomada em consenso pelos Líderes. Não somos obstáculo. Temos o mesmo interesse que os demais partidos em aprovar essa emenda importantíssima e elogiável de iniciativa popular.

Queremos, eventualmente, trazer também as contribuições do nosso partido ao texto que foi apresentado, como já fizeram outros partidos, o Relator e outros Parlamentares.

É a nossa posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Srs. Parlamentares, verifico alguns fatos nesta discussão. O primeiro deles é a inevitável divergência que surgiu quanto ao momento da votação. O segundo deles é o problema do **quorum** no dia de hoje. Enquanto ouvia os Srs. Líderes, estava imaginando que poderíamos transferir esta votação para terça-feira, como primeiro item da pauta. Votaríamos, portanto, às 16h.

Peço aos Srs. Líderes que façam um esforço para que tenhamos os 257 Deputados às 16h. Tão logo votado — suponho que este projeto não terá tanta discussão no plenário, a não ser manifestações de apoio —, já combinei com o Secretário-Geral para em meia hora ou uma hora depois, portanto, às 17h, eu estar remetendo-o ao Senado Federal, não sem antes conversar com o Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, de modo que este projeto possa ser lido na própria terça-feira naquela Casa.

Devo dizer mais. Um projeto desta natureza deve ganhar o apoio de todas as Lideranças. Ele não deve nascer de uma divergência, mas, ao contrário, da mais absoluta convergência entre todos os Líderes. Daí por que, ao modo de ver desta Presidência, deveríamos buscar esse consenso — que hoje inexistente — às 11h de terça-feira,

votar como primeiro item da pauta e obter no Senado Federal a leitura na própria terça-feira.

Portanto, não haveria, penso eu, prejuízo para a tramitação do projeto.

O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO (PDT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sem quebra do respeito à decisão anunciada, V.Exa. acolheria a sugestão de convocação de sessão extraordinária para terça-feira, ao meio-dia, para que pudéssemos votar especialmente esta matéria?

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Acolho a sugestão perfeitamente. É uma belíssima lembrança. A convocação da sessão extraordinária poderá ser feita para tão logo se encerre a reunião de Líderes, que não tardará mais do que uma hora. Acredito que seja uma boa sugestão.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa idéia surgiu em conversa minha com o ilustre Parlamentar José Roberto Batochio. Viríamos para cá logo após a reunião do Colégio de Líderes. Deverá haver acordo, desde que existe consenso em torno do mérito da questão. Votaríamos o projeto, que iria ao Senado, o qual teria condições de, na quarta-feira, aprová-lo.

O SR. NELSON PROENÇA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. NELSON PROENÇA (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB concorda com a sugestão

apresentada e elogia a iniciativa do Deputado José Roberto Batochio e a brilhante contribuição do Líder Inocêncio Oliveira para que a sugestão fosse aceita por V.Exa.

O SR. EDUARDO PAES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDUARDO PAES (PTB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apresento uma solicitação. Já que votaríamos na terça-feira, ao meio-dia, na qualidade de Relator solicito aos Srs. Líderes ou a seus representantes que entrem em contato conosco na segunda-feira ou na terça-feira pela manhã, para apresentarem suas sugestões. Assim, ao meio-dia, poderemos vir ao plenário com um consenso e votar o projeto, sem que se discuta uma tarde inteira ou eventualmente não se vote a matéria na terça-feira.

Esse é o pedido que faço aos Srs. Líderes: enviem sugestões, procurem-me. Estarei à disposição a partir de segunda-feira, ou hoje mesmo, aqui em Brasília, para chegarmos a um consenso sobre este projeto.

O SR. JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO ALMEIDA (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, embora não queira discordar da decisão, lembro aos ilustres Líderes que esse calendário não poderá ser cumprido se não levarem em conta o seguinte: o que vamos discutir na reunião de 11h é a matéria proposta pela iniciativa popular. Se incluirmos os pleitos legítimos e reais dos nossos companheiros que querem alterar outros dispositivos da lei, estaremos na mesma situação na terça-feira, às 16h.

Se a reunião dos Líderes que V.Exa. promoverá restringir-se à discussão da matéria original — um acordo sobre ela poderia ter sido feito hoje —, terá sucesso a fórmula de encaminhamento engendrada por V.Exa. Mas, desde logo, alerta os nossos companheiros Líderes

para o fato de que, se não tomarem a reunião dessa forma, também não resolveremos a questão com a velocidade de que precisamos.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Acolho as ponderações de V.Exa. A discussão será restrita ao texto do projeto original. Ajustado o projeto, iremos para a sessão extraordinária, convocada desde já.

O SR. REGIS CAVALCANTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. REGIS CAVALCANTE (PPS-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS, juntamente com os próprios partidos da Oposição, tem uma preocupação muito grande: a necessidade de os partidos e as Lideranças convocarem seus Deputados para a votação. Isso é fundamental, porque vamos fugir da regra normal de votação e utilização do plenário todos os dias nesta Casa.

Trata-se de um projeto de iniciativa popular, no qual o Brasil inteiro está interessado. O PPS preocupa-se com a participação e a discussão direta dele. Não podemos, sob hipótese alguma, na terça-feira, deixar que o projeto não seja aplicado nas próximas eleições. Essa é a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Acolho a sugestão de V.Exa. e proponho aos Srs. Líderes partidários que remetam telegramas comunicando a convocação da sessão extraordinária para a próxima terça-feira, às 12h. De outro lado, determino à Secretaria da Mesa que também convoque, em nome da Presidência da Casa, os Srs. Parlamentares para a sessão extraordinária, que, de resto, terá efeitos administrativos.

(...)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
SESSÃO ORDINÁRIA DE 20/09/1999:

(...)

O SR. RICARDO FERRAÇO (PSDB-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimentamos o Deputado Léo Alcântara, eminente representante do povo do Ceará, pelo oportuno discurso favorável a mexer nesse grande vespeiro: o ECAD. Contamos com sua juventude e vigor para que esta Casa possa esclarecer todos esses fatos vinculados ao ECAD, o que seguramente pelo Brasil afora gera muita incerteza e intranquilidade na aplicação dos recursos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupamos esta tribuna porque amanhã esta Casa terá um encontro com a verdade. Debateremos e, se Deus quiser, votaremos o primeiro projeto de iniciativa popular após a Constituinte de 1988.

No domingo, a articulista política Tereza Cruvinel fez um alerta a esta Casa sobre a necessidade de avançarmos em nossos hábitos e costumes político-eleitorais. Congratulo a competente jornalista pelo artigo.

Do Império à Primeira República e até os dias de hoje muito já se produziu em termos de legislação eleitoral. A CNBB, em conjunto com outras organizações, fez chegar a esta Casa projeto subscrito por 1 milhão de pessoas, com o propósito de incorporar ao Código Eleitoral algumas mudanças que seguramente corrigirão hábitos e costumes da tradicional política brasileira.

O Projeto de Lei nº 1.517, de iniciativa popular, propõe que a simples distribuição de bens, favores e vantagens pessoais a eleitores pelo candidato ou por alguém em seu nome durante as campanhas seja definida como infração eleitoral, a ser punida com multa administrativa e cassação do registro da candidatura ou do diploma, de forma rápida, isto é, ainda dentro do período eleitoral.

Propõe também a cassação do registro pelo uso da máquina administrativa, modificando o art. 73 da atual Lei Eleitoral no que se refere a essa outra prática habitual também utilizada para a

distribuição de favores, típico abuso do poder político, permitindo ainda o perdão judicial para eleitores ludibriados. É seguramente bela iniciativa. Aliás, muito mais que bela, inadiável.

A articulista Tereza Cruvinel registrou algo que deve tocar nossos corações, porque amanhã de manhã nossos Líderes partidários estarão reunidos para deliberar sobre essa matéria, que já foi foco de debate, discussão e votação na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, onde os Deputados Léo Alcântara e Jutahy Junior falaram, em nome do PSDB, o quanto estamos ávidos para que nossos hábitos político-eleitorais sejam reformados, a fim de que as mudanças no relacionamento do eleitor com o candidato avancem no sentido de uma representação muito menos dependente.

Escreve a jornalista Tereza Cruvinel:

"(...)Os 116 anos que separam a Inglaterra e o Brasil nesta matéria são apenas mais uma evidência de nosso subdesenvolvimento político, diz o ex-vereador Francisco Whitaker, da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, organismo ligado à CNBB, patrocinador deste projeto de iniciativa popular, prerrogativa criada pela Constituição de 1988, tão pouco usada pela população brasileira. Mais de um milhão de assinaturas foram colhidas Brasil afora para garantir a tramitação de um projeto tão simples, que poderia muito bem ter nascido da própria classe política".

Nosso Presidente, Deputado Michel Temer, já teve oportunidade de se manifestar com muita conveniência e de maneira tempestiva pela aprovação desse projeto, na última quinta-feira. Apelamos aos Líderes para que, na reunião de amanhã de manhã, cheguem a um entendimento, a fim de que, a partir do meio-dia, em sessão extraordinária, o aprovemos por grande consenso, já que não tem característica partidária e traz o desejo e a vontade de passarmos a limpo os hábitos e costumes políticos brasileiros.

Quantos políticos honrados deste País não tombaram vida afora? Recentemente tive a satisfação de ler a biografia do ex-Deputado José Maria Alckmin, espetacular, homem que construiu uma carreira política extraordinária em Minas Gerais e que, quase no fim da vida, em função do poder econômico, perdeu o mandato.

Não podemos continuar convivendo com esta realidade, sem revelar nossa indignação. Daremos um passo seguro, tendo em vista que vamos estabelecer novas regras para que ocorra esta efetiva mudança: de infração civil para infração eleitoral. É evidente que isso, por si só, não resolve todos os nossos problemas. Necessitaremos de uma eficiência muito grande da Justiça Eleitoral para punir os que se utilizam do mandato e das campanhas políticas para fazer escândalo, permuta, troca, tudo o que não honra o voto, a política e o Brasil.

Sr. Presidente, o PSDB já se declarou favorável a essas mudanças. Na quinta-feira, nós nos pronunciamos pela voz e pela palavra do brilhante Deputado João Almeida, da Bahia, homem que conhece a legislação eleitoral. Em nome do partido, apelamos a todos os Líderes para que, na reunião de amanhã, pensem bem e ajam em favor do Congresso Nacional. Trata-se de 1 milhão de assinaturas, que trazem a grande expectativa de que o Parlamento avance para proporcionar à sociedade legislação mais adequada, para reagir contra os maus costumes e hábitos que sempre caracterizaram a tradicional política brasileira.

Era o que tinha a dizer.

(...)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 21/09/1999:

(...)

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje esta Casa de Leis vai discutir o Projeto de Lei nº 1.517-A, de 1999, de iniciativa popular, apoiado pela CNBB e por diversas entidades sindicais, religiosas e da sociedade civil.

Gostaria de ressaltar pelo menos quatro itens, que considero de importância, para que esta Casa se debruce sobre essa lei.

Em primeiro lugar, a importância dessa lei no combate ao poder econômico, aos grandes financiamentos de campanha, que permitem o exercício da compra de voto, a distribuição de cestas básicas à população, o pagamento de contas de pessoas carentes, consulta médica, doação de material de construção, enfim, utilização das carências populares para obter uma finalidade claramente criminosa.

Em segundo lugar, gostaria de chamar a atenção para a oportunidade das próximas eleições do ano 2000 em mais de 6 mil Prefeituras. Pelo dispositivo de reeleição, o uso da máquina administrativa terá papel fundamental. Essa lei tem a obrigatoriedade de impedir o abuso do chamado poder político.

O terceiro item para o qual gostaria de chamar a atenção é o combate ao mau uso do poder de mídia, principalmente quando se permite a utilização distorcida ou não das chamadas pesquisas eleitorais prévias à eleição. São pesquisas eleitorais distorcidas ou não que, pelo mau uso da mídia escrita, falada ou televisada, determinam uma deformação ou até uma distorção nas intenções de voto da população.

Por último, Sr. Presidente, gostaria de dizer que esta lei poderá se tornar inócua, caso a Justiça Eleitoral não esteja equipada, aparelhada e não seja ágil para poder enfrentar todos esses desmandos econômicos, político-administrativos e até do poder distorcido da mídia e do mau uso das pesquisas eleitorais.

Isso só poderá aplicar-se favoravelmente aos pequenos partidos, àquelas campanhas mais simples, se houver efetiva participação e mudança inclusive dos equipamentos hoje existentes na própria Justiça Eleitoral, sob pena de que isso se transforme no chamado fenômeno de causa perdida.

(...)

O SR. SAULO PEDROSA (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente Michel Temer convocou esta sessão extraordinária, certamente, para discutirmos e aprovarmos um projeto de lei extraordinário. E, desde já, quero declarar o meu voto favorável a esse projeto de lei de iniciativa popular, cuja coordenação dos trabalhos de coleta de mais de um milhão de assinaturas coube à Comissão Brasileira Justiça e Paz e à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O meu trabalho na região oeste, tanto profissional quanto político, sempre foi convergente para o dos Evangélicos e muito mais especificamente para o dos Católicos — sou católico. Na Bahia, fizemos sempre um trabalho de parceria positiva com a Diocese da Barra, na pessoa do Frei D. Luiz; com a Diocese de Bom Jesus da Lapa, na pessoa de D. Francisco Batistela, e na Diocese de Barreiras, na pessoa de Dom Ricardo Weberberger. Em suas palestras, viu-se sempre o clamor desses bispos a respeito da ética na política e dessa chaga que corrói a Nação brasileira: a corrupção eleitoral no processo político brasileiro.

Essa louvável iniciativa da Igreja e da iniciativa popular nos traz, pelo menos, a sinalização de um projeto sério para cuidar de uma ação séria. No entanto — já declarando o nosso voto favorável —, temos preocupações, porque existem muitas leis boas neste País, mas leis que, em vez de servir para coibir universalmente a corrupção eleitoral, podem até favorecê-la, especialmente na Bahia, onde o sistema dominante é perverso. Existe apenas um poder na Bahia, o poder do Executivo, que tem a chancela do Presidente do Senado, Sr. Antonio Carlos Magalhães.

Lá há até algumas máximas interessantes, como, por exemplo, "Correligionário não tem defeito; adversário, senão tiver, nós colocamos" — não é, nobre Deputado Paulo Magalhães?

Às vezes, quando um adversário do Governo encaminha emenda a um projeto de autoria do Executivo, é dito simplesmente: "Olha, essa emenda é muito boa, mas infelizmente tem um vício, o vício da autoria". Há também o espetacular domínio da mídia. Todas as retransmissoras de televisão pertencem ao grupo ligado ao Sr. Antonio Carlos Magalhães, além de quase seiscentas rádios.

O desvio, o uso abusivo da máquina administrativa do Município, as cestas básicas, tudo isso são problemas. E sabemos que, como têm o domínio da Justiça, aos correligionários nada acontecerá, enquanto os que fazem parte da resistência democrática na Bahia, certamente, terão mais um calvário.

A lei, porém, é boa, e estaremos juntos. De antemão daremos o nosso voto favorável ao importante Projeto de Lei nº 1.517-A, de 1999, de autoria de Albérico Cordeiro e outros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(...)

O SR. NILSON MOURÃO (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa vai ter hoje a oportunidade de expressar um gesto de extraordinária grandeza para com o povo brasileiro ao aprovar o projeto de lei de iniciativa popular que tem como patronos a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a OAB, a ABI, a Central Única dos Trabalhadores, a ANDES e uma série de outras entidades representativas da sociedade civil.

Na verdade, este projeto de lei coloca a questão em seu devido lugar. O processo eleitoral brasileiro tem muitas deformações, mas gostaria de destacar apenas duas, que considero as mais importantes.

Uma é a deformação que decorre dos meios de comunicação social. É evidente que hoje o processo eleitoral se dá e se decide fundamentalmente nos meios de comunicação, através da televisão, principalmente, das rádios e dos jornais. É aí que se decide o processo eleitoral. É claro e evidente que os meios de comunicação privilegiam

alguns candidatos em detrimento de outros. Portanto, também a normatização dos meios de comunicação precisa ser objeto de lei para se aperfeiçoar o processo eleitoral.

A outra deformação, que esta lei toca de frente, é o problema claro e evidente da compra de votos. Cada um de nós que aqui está e que já participou do processo eleitoral, de norte a sul deste País, sabe perfeitamente que algumas eleições são rigorosamente compradas, seja para Vereadores, seja para Prefeitos, Deputados Estaduais, Deputados Federais e cargos para o Executivo. Até na eleição para a Presidência da República há compra de votos através de favores, dinheiro, cesta básica, distribuição de materiais.

Essa lei deve nos alertar. Se normatizada e aprovada a lei por esta Casa, poderão ser cassados registros e diplomas. A lei o estabelece. É importante destacar a cassação do registro e do diploma. O Código Eleitoral já prevê crime para esse tipo de prática, mas a apuração desses crimes é tão demorada que a pessoa pode cumprir o mandato de oito anos, como cumprem os Senadores. Esse crime, já previsto no Código Eleitoral, não é rigorosamente apurado.

Aquele que infringe o Código Eleitoral poderá cumprir um, dois mandatos de Senador sem que a Justiça tenha concluído o processo. Agora, não. A Justiça Eleitoral tem um instrumento certo para conter esse tipo de deformação: candidatos que vão se relacionar com os eleitores para comprar votos deverão ser denunciados por todos aqueles que querem um processo eleitoral limpo, claro, democrático.

Parabenizo as entidades promotoras desse projeto e toda a bancada do Partido dos Trabalhadores. Acredito que a maioria dos Deputados desta Casa aprovará esse projeto de lei, porque queremos a democracia, o aperfeiçoamento do processo democrático e aperfeiçoamento do processo eleitoral.

O processo eleitoral, Sr. Presidente, é um momento de cidadania, de debate, de discussão, de busca de alternativas para nossos Estados, Municípios e para a Nação. Não é um momento privilegiado de compra de votos nem para o exercício do poder econômico, mas, sim, para a busca de caminhos, de alternativas e de saídas para nosso Brasil.

Votarei hoje, orgulhoso, nesta Casa, a favor desta matéria.
Muito obrigado.
(...)

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, espero que se complete o **quorum** necessário para que nesta sessão extraordinária iniciemos a moralização do processo eleitoral em nosso País, com a aprovação de proposta de iniciativa popular assinada por mais de 1 milhão de pessoas atendendo ao chamamento da CNBB e de mais de sessenta outras entidades. Para a moralização de fato do processo eleitoral no nosso País ainda temos de percorrer um longo caminho.
(...)

A SRA. ANGELA GUADAGNIN (PT-SP. Sem revisão da oradora.) -
(...)

Outro ponto que abordarei rapidamente é o projeto que votaremos hoje. Trata-se de uma lei de iniciativa popular que tem por objetivo acabar com a corrupção eleitoral.

Ainda ontem fui procurada na cidade de São José dos Campos por duas pessoas dizendo que haviam recebido propostas do Governo local, que é do PSDB, no sentido de que, se saíssem candidatos pelo PSDB, a partir daquele momento, teriam salário, gasolina garantida, recursos para suas campanhas. Dessa forma, estariam desbancando a candidatura da Oposição.

Medidas que virão com a aprovação dessa lei vão introduzir no cenário nacional uma nova forma de fazer política, uma nova forma de convencimento da população sobre a importância do voto consciente; e não porque se está ganhando dinheiro ou obtendo algum benefício, seja através de salários, promessas de recursos ou de qualquer outro benefício ao eleitor.

Então, pedimos que todos os companheiros, colegas desta Casa, votem pela aprovação desta lei, pois assim teremos um novo perfil eleitoral na população e um novo relacionamento entre os poderes de todas as cidades.

(...)

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo associar-me à fala da Deputada Angela Guadagnin sobre o projeto que logo mais estará sendo votado. Esse projeto trata da emenda popular de iniciativa da CNBB, que tem por objetivo a moralização do processo eleitoral em nosso País, não permitindo a repressão, a compra, a promessa e o tráfico de votos. Espero que esta Casa o aprove e o mesmo seja efetivamente posto em prática, porque o Código Eleitoral já possui dispositivos dessa natureza, embora não tão aprimorados como a sugestão apresentada pela Igreja Católica. É preciso criar todo um sistema que permita efetivamente que essa lei tenha sua eficácia, inclusive nas próximas eleições do ano 2000. Conforme dito anteriormente desta tribuna, há uma preocupação generalizada de que a reeleição possa permitir um processo de dilapidação do Erário nos Municípios. Os Prefeitos podem detonar — uso um termo exacerbado para mostrar a dimensão da nossa preocupação — as finanças municipais na sanha das suas reeleições.

(...)

O SR. PAULO DE ALMEIDA (PPB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos hoje aqui para apreciar o Projeto de Lei nº 1.517-A, de 1999, oriundo de iniciativa popular e patrocinado pela CNBB. Lamento profundamente não poder discutir também outros dois projetos que tramitam nesta Casa, já aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação: o primeiro é sobre a desincompatibilização dos Prefeitos e o segundo é sobre as coligações partidárias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao primeiro projeto, patrocinado pela CNBB, ao qual declaro meu voto favorável, proponho emenda que dizem ser redundante. Quero deixar explícito, no bojo desta lei, o que pode e o que não pode ser feito. Não é admissível que o mecanismo de compra de votos por políticos, através de cestas básicas, de ambulâncias, de doações de remédios, de serviços sociais, não esteja explícito nessa lei

Por isso, passo a ler o art. 41 da minha emenda:

Art. 41. Constitui processo de captação de sufrágio, vedado por esta lei, dar, oferecer ou prometer dinheiro, ou qualquer bem estimável em dinheiro, inclusive cestas básicas, serviços assistenciais ou sociais, como atendimento médico, distribuição de medicamentos e transporte de doentes, ou qualquer outra vantagem, inclusive através da difusão de benefícios de doações de qualquer espécie, por qualquer meio sonoro, emissoras de rádio, de televisão, canais por assinatura, sítios mantidos pelas empresas de comunicação social na Internet, emprego ou função pública, com a finalidade de obter o voto, ou para conseguir abstenção, ainda que a oferta não seja aceita, para o filiado, adepto e para o partido político até o dia da eleição. Configurando-se a transgressão ao disposto neste artigo, aplicar-se-á multa de 1.000 (mil) a 50.000 (cinquenta mil) UFIRs e cassação do registro ou do diploma.

Parágrafo único. Constando a habitualidade, durante o triênio que antecede o período da realização das eleições, da prática vedada por esta lei e a infringência às normas estabelecidas neste artigo, mediante denúncia escrita à Justiça Eleitoral, será negado o registro do candidato a cargo eletivo.

Sr. Presidente, também não se pode admitir que um radialista use o microfone para fazer campanha em detrimento dos que estão nas ruas, com projetos e propostas. Isso não é legítimo. Então, posicione-me favoravelmente ao projeto de lei, lamentando, como disse anteriormente, que os demais projetos aqui não estejam.

Sr. Presidente, Prefeitos que constantemente reclamam de suas Prefeituras quebradas não querem, no entanto, deixar seus cargos. E o que vai acontecer, caso se mantenham nos cargos? Vão usar e abusar do poder econômico. É possível até que vendam os tapetes de seus gabinetes para se reeleger. Depois, virão em Brasília romarias de Prefeitos em busca de recursos para recompor as finanças dos Municípios que eles mesmo destruíram. Isso é inadmissível. Concordo que seja democrática a reeleição, desde que fora do cargo.

Portanto, acho legítimo o projeto que tramita nesta Casa que obriga os Prefeitos a se afastarem do cargo seis meses antes das eleições. Assim poderão eles disputar as eleições em regime de

igualdade, sem se beneficiar do cargo e sem se valer da máquina administrativa, o que já aconteceu nas eleições passadas para Presidente e para Governador de Estado.

É lamentável não estarmos apreciando esses dois projetos. Quero colocar-me a favor do projeto de iniciativa popular, mas com essa ressalva, com essa emenda, para que seja explícita a lei e não fiquemos sujeitos à boa vontade dos juízes das comarcas eleitorais, que vão dizer o que pode e o que não pode. Caso contrário, aquele que for apadrinhado, aliado, vai ter as benesses, enquanto aquele que não for vai estar prejudicado. Queremos igualdade. Por isso, desejo explicitar nessa lei o que pode e o que não pode.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(...)

A SRA. IARA BERNARDI (PT-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estaremos votando, no dia de hoje, alterações no Código Eleitoral. É projeto de suma importância, que contou com o esforço de mais de 1 milhão de eleitores brasileiros posicionados favoravelmente à campanha levada a efeito por centenas de entidades do Brasil, coordenadas pela CNBB e pela Comissão Brasileira Justiça e Paz.

Esse projeto combate a corrupção eleitoral, que tem grande possibilidade de ocorrer no ano que vem em função das eleições municipais, com a permissão da reeleição dos Prefeitos e da não-desincompatibilização desses governantes durante a campanha. Esta Casa têm debatido sobre esse problema. Todos temos de fiscalizar esse processo eleitoral, e a fiscalização por parte da população terá de ser redobrada para que recursos públicos das Prefeituras não sejam usados simplesmente no intuito de angariar votos e reeleger os atuais Prefeitos.

Essa fiscalização tem de ser extremamente rígida. Como disse, o projeto de lei que votaremos hoje recebeu o apoio, com suas assinaturas, de mais de 1 milhão de eleitores no Brasil. Essas pessoas esperam que ele seja aprovado e que a lei conste da legislação eleitoral do ano vindouro. Ela facilitará muito a necessária fiscalização, pois prevê que constitui processo de captação de sufrágio — o que é

vedado — doar, oferecer ou prometer o candidato ou alguém, por ele, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, sob pena de multa de mil a 50 mil UFIRs e a cassação do registro do diploma. Essa cassação é prevista para o candidato que infringir a Lei Eleitoral, ou seja, usar dinheiro público ou dinheiro de financiamento da campanha para compra de votos.

Como o Brasil passa por uma situação de miséria e desamparo social, a aprovação dessa lei facilitará a fiscalização, para que o emprego não seja usado como moeda de troca na corrupção eleitoral, na compra de votos.

Temos de discutir com transparência a questão do financiamento das campanhas. Existe uma proibição absurda no Brasil com relação a doações, e isso não é tratado de forma transparente. Entidades de classes e representações de trabalhadores são proibidas de apoiar publicamente candidatos ou financiar campanhas. De acordo com a legislação vigente, representações de nenhuma categoria profissional podem se posicionar — mesmo se consultados seus afiliados — sobre campanhas, nem financiar candidatos que poderiam representá-las ou defender seus interesses, seja na área da educação, da saúde, da indústria ou qualquer outra. No entanto, é permitido todo tipo de financiamento por parte de empresários.

É muito importante aprovarmos esse projeto de lei, que recebeu o apoio de mais de 1 milhão de pessoas. Ela visa combater a corrupção eleitoral. Mais do que nunca, neste momento devemos estar atentos ao processo eleitoral, principalmente nos Municípios, pois, repito, com a possibilidade de reeleição dos Prefeitos, sem afastamento do cargo, o uso da máquina administrativa e do Orçamento público nas campanhas eleitorais é uma possibilidade muito real.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas.)

(...)

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT-MG. Sem revisão do orador.) -

(...)

Hoje, temos em pauta a idéia da moralização do processo eleitoral. O Brasil sempre assistiu à eleição como uma espécie de momento único de redistribuição de rendas, quando as potências econômicas financiam candidatos afinados com seus interesses e fazem a distribuição de pequenos benefícios para a população mais carente e desassistida. Esta, por sua vez, retribui com votos e, portanto, realimenta, nesse processo perverso, todo o esquema de dominação política e perpetuação dos privilégios dessas corporações econômicas.

O projeto da CNBB visa lancetar esse tumor, esvaziar esse processo, impedindo que essa aparente bondade em época eleitoral — a exemplo da distribuição de cestas básicas e de pequenos brindes, que leva à escravização política amplas massas da população empobrecida — tenha continuidade. Isso é crime eleitoral, porque, em primeiro lugar, é crime contra a Nação, e crime contra a população que tem o direito de ter consciência política.

Parabéns, CNBB! Espero que esta Casa venha a consagrar essa idéia e que o Judiciário brasileiro venha a transformá-la em prática, através de sua jurisprudência, porque é naquele Poder que a legislação eleitoral tem, por vezes, encontrado espírito excessivamente conservador na aplicação de leis mais inovadoras.

(...)

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos nesta sessão extraordinária na expectativa de votar o Projeto de Lei nº 1.517, de 1999, de iniciativa popular, praticamente organizado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, respaldado por mais de 1 milhão de assinaturas.

O projeto de lei de iniciativa popular foi uma conquista da Constituição. Mas para ser uma conquista de fato e não algo fictício, apenas escrito na Constituição, precisa tornar-se realidade. E o fator mais importante nessa questão é que ela tem um instrumento de organização que permite a efetiva participação dos mais variados setores organizados da nossa sociedade no processo político brasileiro. E não temos, de forma alguma, o direito de frustrar a sociedade nessa

sua expectativa, nessa sua ânsia, nesse seu desejo de se organizar e participar do processo político brasileiro.

Mas temos de ir além desse projeto. Precisamos, neste País, encontrar coragem para debater o tão necessário financiamento público das campanhas eleitorais, para que o Deputado possa chegar aqui com a sua consciência tranqüila, sabendo que foi financiado pela sociedade, pela população, cujos interesses ele deve buscar representar e defender.

O projeto, que busca transformar a compra de votos — hoje considerada crime civil — em crime eleitoral, é uma necessidade urgente para que possamos criar mecanismos eficazes, rápidos e dinâmicos no sentido de moralizar o processo eleitoral brasileiro.

Trago a V.Exas. exemplo acontecido nas últimas semanas no Estado do Rio de Janeiro, na cidade de Angra dos Reis, onde fui Vice-Prefeito e Prefeito. De repente, a cidade ficou assustada, com uma fila de mais de mil pessoas diante da Câmara Municipal, pois dois Vereadores cobravam 2 reais pelo cadastramento dos cidadãos, na promessa de que iria conceder-lhes lotes públicos. O que chamou a atenção do juiz foi que, também no fórum, havia fila quilométrica, porque o requisito para se fazer o cadastro era a apresentação do protocolo de transferência do título eleitoral. Mais de 1 mil e 600 pessoas transferiram seus títulos, cadastraram-se e efetuaram o pagamento a esses dois Vereadores. Isso denota, de forma muito clara, que S.Exas. se utilizaram de mecanismos não-éticos. Tratava-se de crime eleitoral.

Sr. Presidente, para que o processo político possa ser moralizado, é necessária legislação rápida, eficaz, em que se elimine iniciativas como essas, que mancham todos os que honradamente buscam defender um projeto, o povo e o aprimoramento do processo democrático brasileiro.

Quero externar aqui meu apoio ao Juiz Eleitoral da Comarca de Angra dos Reis, Dr. Paulo Roberto Correia, que solicitou ao delegado a abertura de sindicância para investigar o assunto. O juiz não quer fazer pré-julgamento, mas está, na realidade, chamando a atenção de que, só nesse dia, mais de 200 títulos foram transferidos para a zona eleitoral da pessoa que estava pedindo a troca de títulos.

Ressalto a coragem e a postura ética desse juiz, que só tem orgulhado a Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, e, acima de tudo, registro minha indignação em relação a esse fato.

Com isso, espero que a legislação, a ser apreciada no dia de hoje, possa ser aprovada nesta Casa, para que fatos como esse, que envergonham a todos nós, possam ser rapidamente abolidos do processo político brasileiro.

Muito obrigado.

(...)

O SR. ROLAND LAVIGNE (PFL-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Câmara dos Deputados deverá votar hoje projeto que, mesmo de última hora, veio contemplar a sociedade brasileira. Ela clama que as eleições do ano 2000 venham a ser justas e iguais, tanto para os candidatos que disputarão a eleição no poder quanto para os que dele não dispõem.

O modelo de reeleição instituído pelo Congresso Nacional está hoje começando a ser questionado. Evidentemente, uma vez aprovada a possibilidade de reeleição do Presidente da República e dos Governadores, não poderíamos, de forma alguma, retaliar os Prefeitos, negando-lhes a possibilidade de reeleição.

Entretanto, sabemos que os níveis de poder no Brasil são diferenciados. A fiscalização que a imprensa exerce sobre o Sr. Presidente da República e sobre os Srs. Governadores com certeza haverá de proibir que abusos aconteçam na eleição presidencial e na eleição de Governadores.

Contudo, Sr. Presidente, esse alcance para os 5.513 Municípios brasileiros não será possível. E abusos, com certeza, acontecerão. Alguns Prefeitos — embora existam muitos Prefeitos sérios neste Brasil — poderão manchar os sérios, usando a máquina pública em benefício da sua reeleição.

A lei que a Câmara dos Deputados pretende apreciar hoje é dura, e certamente vai diminuir os espaços daqueles que gostam de fazer política dando alguma coisa. E os Prefeitos, por estarem nos cargos e serem os mandatários dos recursos municipais, serão, de certa forma, tolhidos em suas ações.

Portanto, vejo que o espírito da lei é eminentemente público e tenta preservar os espaços igualitários entre os adversários políticos, para que o eleitor possa escolher somente no campo das idéias, dos debates, da filosofia de trabalho de cada candidato o seu preferido. Isso é muito bom, Sr. Presidente, porque passaremos a implantar no Brasil uma nova etapa da democracia, em que o dinheiro vai valer muito pouco nas eleições. É isso que buscamos, porque os candidatos pobres terão, de forma igual, justa e democrática, as mesmas condições de participar do pleito que seus adversários.

Portanto, uma vez reformulados alguns aspectos, que considero excessivos, nessa proposta que está tramitando hoje na Câmara dos Deputados, entendo que ela pode ser melhorada e adaptada à nossa realidade, para que, amanhã, seja eminentemente cumprida pelos juízes e pelo Ministério Público. Não adianta votarmos uma lei tão-somente para a imprensa, para a mídia, e não ser ela exercitada pelos juízes e pelo Ministério Público, que vão, com certeza, em último estágio, julgar os desmandos que vão acontecer na próxima eleição.

É por isso, Sr. Presidente, que estou muito crente de que esse é um passo fundamental para aperfeiçoarmos a cada dia a democracia no nosso País.

Muito obrigado.

(...)

O SR. WALDIR PIRES (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nada é mais importante, para que tenhamos uma democracia que funcione e que seja representativa da vontade popular, do que a plena legitimidade do voto, o funcionamento dos organismos judiciais e a concepção da Justiça Eleitoral.

Temos hoje um projeto de lei de admirável origem — a origem popular —, a mais legítima e que se associa à capacidade de iniciativa no Congresso Nacional para a proposição legislativa. Essa iniciativa teve o apoio de entidades populares, da sociedade civil, de organismos extraordinários, da CNBB, além do meu completo apoio. Com ela pretendemos extirpar da realidade da origem do mandato

legislativo em nosso País a corrupção sob todas as formas — a corrupção do poder econômico, a corrupção que tem origem dentro do Poder Judiciário —, para que resulte, na composição desta Casa e do Senado Federal, na presença da voz legítima do povo brasileiro, idônea, íntegra e respeitável.

Nós sabemos que há muitos juízes decentes e sérios. Mas eu sei, Sr. Presidente, e V.Exa. sabe, Deputado Saulo Pedrosa, honradamente dirigindo esta sessão, que há juízes indecentes, que não cumprem o seu dever e que são prevaricadores.

De modo que vamos votar um projeto de lei que impeça a compra de votos e a compra da consciência de cidadãos para o ingresso no Legislativo, porque não é assim que se organiza grande parcela da representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Votarei a favor da lei de iniciativa popular. Ela atribui, entretanto, à Justiça Eleitoral e ao Juiz Eleitoral o poder extraordinário de, em determinado instante, cassar o registro de um candidato. Cassará muito bem, legitimamente, servindo aos ideais democráticos, se porventura ocorrer efetivamente a fraude da conspurcação do processo eleitoral pela compra de votos. Mas se o Juiz Eleitoral não for sério, não for decente, vamos ter agravada a corrupção neste País.

Imaginem, por exemplo, se ocorrer o caso relatado por V.Exa. quando de sua atuação como Prefeito de Barreiras. O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, da Bahia, destitui o Juiz Eleitoral, em pleno exercício das funções, na sua Comarca, para autorizar a assunção do exercício por outro Juiz, que vai retirar dos cofres da Prefeitura, como V.Exa. honradamente registrava, trezentos e tantos mil reais. Transfere-se isso na calada da noite. Força-se o Banco do Brasil a abrir as portas e transferir a quantia da conta da Prefeitura para a conta da Câmara de Vereadores! E se é um Juiz como o que há quinze dias, no Município de Várzea da Roça, conspurca uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral, nega a recontagem, em que houve uma inversão dos números entre o candidato que era vitorioso e o candidato derrotado? Invertido o processo, saiu o eleito e a recontagem não foi autorizada para desmistificar e restaurar a verdade da posição dos eleitores cidadãos.

Nesta Casa, Sr. Presidente, e no Senado Federal, ninguém pode sentar-se, legitimamente, senão em virtude da vontade dos cidadãos. Portanto, vou votar por essa lei hoje. Mas é preciso que a opinião pública, os tribunais, as entidades civis e a sociedade em geral estejam vigilantes para que a ética da ação do Juiz Eleitoral seja completa e, não, formal, nem mentirosa, que seja a ética dos seus objetivos ao respeitar a posição republicana da constituição do Poder Legislativo e de qualquer Poder neste País.

Vou votar, Sr. Presidente, ressaltando essa importante advertência de que é preciso que haja lisura dos cidadãos e da Justiça Eleitoral na administração do voto, do seu resultado e da constituição do Parlamento e do Executivo em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(...)

O SR. ANTONIO PALOCCI (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queremos registrar a importância da votação que será realizada hoje aqui, na medida em que acolhemos na pauta, por decisão da Presidência desta Casa e das Lideranças de todos os partidos, uma iniciativa popular coordenada pela CNBB, que busca restringir, coibir, limitar, dar sentido claro a qualquer ação de corrupção eleitoral que possa macular os pleitos futuros que ocorrerão no País, em particular o processo eleitoral do ano 2000, em que mais de 5 mil Municípios estarão envolvidos.

É fundamental a atitude desta Casa, que acolheu com a rapidez necessária um projeto dessa envergadura. Cumprimento aqueles que fizeram a coordenação desse trabalho em todo o Brasil, os coordenadores da CNBB, o Sr. Chico Whitaker, por todo o trabalho realizado. Temos certeza de que esta Casa dará o seu voto positivo a esta matéria, criando um instrumento mais eficaz para garantir a transparência do processo político.

Era o que gostaria de dizer, para que possamos tocar os trabalhos.

Muito obrigado.

(...)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Item 1 da pauta:

Projeto de Lei nº 1.517-A, de 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.517, de 1999, que modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 e altera dispositivos da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação com emendas. (Relator: Deputado Eduardo Paes)

(...)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Há oradores inscritos.

Quero anunciar desde logo ao Plenário que houve acordo dos Srs. Líderes no sentido de votar a matéria. De modo que vamos votá-la.

Os Srs. Líderes acolhem este projeto que, como os senhores sabem, é de iniciativa popular, portanto de grande relevância.

(...)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Concedo a palavra, para falar a favor da matéria, ao Sr. Deputado Enio Bacci.

(...)

O SR. ENIO BACCI (PDT-RS. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o projeto de lei em questão vem ao encontro de uma necessidade básica. A cada eleição percebemos que ou a nossa Justiça Eleitoral não tem agido a contento, não tem agido de acordo com o que a sociedade sonha, ou, então, que a nossa legislação é frágil e não consegue coibir a corrupção eleitoral, o uso da máquina governamental, o uso do poder econômico.

Sabemos que este Congresso é um espelho da sociedade e, portanto, não podemos imaginá-lo 100% composto de pessoas íntegras, 100% composto de pessoas sem qualquer envolvimento com a corrupção eleitoral. Ainda que isso seja admissível, esta Casa precisa

lutar com todas as suas forças para reduzir ao mínimo o número de representantes que espelham essa realidade lá de fora.

Ou seja, precisamos de uma legislação dura, não apenas com o político que usa a máquina, o dinheiro e o poder econômico na busca de sua eleição, mas também com os muitos eleitores que apenas votam em quem lhes dá alguma coisa em troca.

Existe a corrupção ativa e a corrupção passiva; temos aquele que oferece e que corrompe, e temos aquele que pede e que exige dinheiro em troca de apoio eleitoral.

Esta proposta, que vem de diversas entidades, subscrita por quase um milhão de assinaturas, muda basicamente a Lei nº 9.504, de 1997, que prevê em seu art. 73, a cassação do registro ou do diploma. A lei previa apenas a cassação do registro, e esta proposta prevê a cassação do registro ou do diploma. Portanto, a eventual diplomação do eleito não lhe garante nada — a qualquer momento, pela nova proposta, seu diploma pode ser cassado.

A proposta também altera o Código Eleitoral em seu art. 299 — que prevê como crime eleitoral corromper ou aceitar corrupção em troca de voto — ao estabelecer pena de até quatro anos e o eventual perdão judicial no caso de eleitor analfabeto ou sem clara consciência do que faz.

Srs. Parlamentares, além da aprovação desta proposta, precisamos de mais duas coisas impossíveis de colocar no papel. Uma delas é a atitude firme da nossa Justiça Eleitoral. Lamentavelmente, seja por falta de estrutura, por falta de condição ou por má vontade, nossa Justiça Eleitoral tem deixado a desejar. Na última eleição houve dezenas, centenas de denúncias graves de corrupção eleitoral, que não foram investigadas a fundo ou sequer foram investigadas pela Justiça Eleitoral. Com a aprovação desse projeto de lei, vai haver condição de se evitar corrupção eleitoral. No entanto, somente a lei não resolve se ela não for cobrada, se não for posta em prática, se não houver fiscalização e firmeza da Justiça Eleitoral.

Outro ponto essencial é o controle dos recursos usados em campanha. Tenho dito que um político que busca recursos, altas somas de dinheiro, junto a empresários, por exemplo, necessariamente se torna representante desses empresários na Casa em que atua. Um

Deputado que busca junto a grupos econômicos altas somas de dinheiro para sua campanha não é livre para votar de acordo com sua consciência, pois quando houver matéria de interesse do grupo financiador, estará comprometido com o grupo, em função do dinheiro que recebeu durante a campanha eleitoral.

Entendemos — e falo em meu nome, e certamente em nome do meu partido, o PDT — que o controle dos recursos gastos em campanha eleitoral é essencial. É extremamente importante saber de onde vêm os recursos que os candidatos gastam e quais exatamente são os compromissos que esses candidatos estão assumindo em função das altas somas que recebem em suas campanhas.

É incompreensível que existam candidatos que gastem 20 mil reais enquanto, nesse mesmo bloco de políticos, outros gastem 500 mil reais, 1 milhão de reais. São valores inestimáveis, e, certamente, por trás desse dinheiro pode haver interesses escusos.

Que esta proposta seja aprovada, que a Justiça Eleitoral aja e que tenhamos muito mais controle sobre o dinheiro em campanhas públicas!

(...)

O SR. ODELMO LEÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

(...)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

(...)

O SR. ODELMO LEÃO (PPB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pelo adiantado da hora, proponho a V.Exa. que consulte os inscritos para falar em plenário se desistiriam de fazê-lo, para que ouvíssemos já o Relator, uma vez que a matéria foi discutida e acordada, e pudéssemos iniciar o procedimento de votação.

Pergunto a V.Exa., portanto, consultados os inscritos, se é possível adotarmos tal medida, para que possamos votar ainda nesta sessão tão relevante matéria.

(...)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Pois não. Acolho a ponderação do nobre Líder Odelmo Leão.

(...)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Prorrogo a sessão pelo prazo suficiente para votarmos a matéria.

(...)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Consulto os Srs. Deputados inscritos. Temos aqui uma longa relação, e, naturalmente, todos apreciariam falar sobre esse tema, que ganhou agora a concordância dos Líderes e que nasceu nas ruas do País.

Pergunto aos Srs. Deputados inscritos se estão de acordo em abrir mão de suas manifestações, a fim de que ouçamos logo o Relator. (Pausa.)

Estando todos de acordo, ficam dispensadas as inscrições e declaro encerrada a discussão.

(...)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Com a palavra o Deputado Eduardo Paes, para emitir parecer sobre as emendas de plenário.

(...)

O SR. EDUARDO PAES (PTB-RJ. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de apresentar o parecer, não poderia deixar de saudar a Comissão de Justiça e Paz da CNBB, que teve a iniciativa de mobilizar uma série de outras instituições e entidades para viabilizar a apresentação, na Câmara dos Deputados, deste projeto, que acabou assinado pelo Deputado Albérico Cordeiro e outros e que traduz a vontade de significativa parcela da população.

Todos sabemos que a compra de votos é um mal que assola a política em nosso País. Isso, muitas vezes, faz com que o processo

legislativo e a representação política não tenham legitimidade suficiente para efetivamente representar os anseios e a vontade da população. Em função da necessidade das pessoas e da situação de miséria por que vem passando há muito tempo a população brasileira, vemos as piores práticas possíveis servindo para legitimar mandatos ilegítimos.

O projeto de lei apresentado, Sr. Presidente, trata de descriminar uma conduta hoje definida e punida no art. 299 do Código Eleitoral, que trata dos crimes eleitorais. Esse artigo, ao longo do tempo, vem se tornando norma impraticável por uma série de razões sociais que todos conhecemos e, principalmente, por não ter conseqüência qualquer punição ou procedimento criminal que se instaure a partir da verificação do processo de compra de voto, captação de sufrágio.

O que a iniciativa da CNBB, de diversas outras entidades e de mais de um milhão de brasileiros propõe é que esse processo, hoje considerado crime eleitoral, passe a ser também um procedimento político-eleitoral-administrativo, para dar mais eficácia à norma e permitir que esta efetivamente se aplique.

Para tanto, a CNBB propõe praticamente a mesma redação do art. 299 para o art. 41, que trata da propaganda eleitoral. E isso para quê, Sr. Presidente? Para que o processo de captação de sufrágio, de compra de voto, possa ser tratado no período eleitoral como procedimento político-eleitoral-administrativo. Ou seja, permite a cassação do registro, em se verificando a captação de sufrágio durante o processo eleitoral, o que certamente vai permitir mais eficácia à norma.

A emenda apresentada pelo Deputado José Roberto Batochio, por meio de acordo feito pelas lideranças, agora, na reunião de Líderes, propõe um procedimento para que esse processo de cassação do registro possa se verificar. Buscou-se o procedimento definido pelo art. 22 da Lei nº 6490, que garante aos candidatos, sobre os quais pese qualquer denúncia, com possibilidade de cassação do registro, ampla defesa. E essa é uma questão importantíssima.

Além disso, Sr. Presidente, o substitutivo apresentado pelo Deputado José Roberto Batochio corrige uma distorção absurda da

atual lei eleitoral. Refiro-me à possibilidade de os candidatos serem notificados através de seus partidos. Quantos de nós aqui, Deputados, quantos candidatos deste Brasil já não deixaram de contestar determinada notificação da Justiça Eleitoral porque o partido, ao recebê-la, não repassou ao candidato? Suprimindo pelo art. 2º do substitutivo do Deputado José Roberto Batochio o § 6º, do art. 96, da Lei 9.504, de 1997, passa-se a permitir somente a notificação pessoal do candidato, no caso da Justiça Eleitoral.

E, finalmente, Sr. Presidente, entendemos por bem suprimir uma das disposições que constavam da proposta apresentada pela CNBB, o perdão judicial para quem — entre aspas — "vendeu" o seu voto. Tivemos o entendimento de que também as pessoas que vendem seu voto, não estando em necessidade, merecem punição. A idéia inicial dos Parlamentares era de que pudéssemos permitir ao juiz conceder o perdão judicial. O fato, Sr. Presidente, é que o art. 23, combinado com o art. 26 do Código Penal, já permite que pessoas em estado de necessidade não sejam punidas de qualquer maneira.

Então, a supressão desse dispositivo inicial da proposta da CNBB vai efetivamente atender àqueles que têm efetiva necessidade.

Sr. Presidente, vários Deputados, quase que por aclamação, manifestaram grande vontade de ver esse projeto aprovado. Citaria como exemplo o Deputado Paulo de Almeida, que, na sua angústia pela injustiça com que se trata o processo eleitoral hoje, apresentou emenda que, inclusive, detalhava, para que fossem proibidos, os abusos que se cometem atualmente durante o processo eleitoral e fora dele. São estes: distribuição de cesta básica, de serviços sociais; uso de ambulância; distribuição de cadeiras de rodas de dentaduras; e todas essas medidas demagógicas que temos de combater.

Asseguro ao Deputado Paulo de Almeida que, da forma como está a matéria, na redação apresentada pelo Deputado José Roberto Batochio, não há dúvida de que esse tipo de conduta passa a ser condenada pela nossa sociedade, coibindo-se que esse tipo de parlamentar tenha acesso a esta Câmara dos Deputados ou a qualquer das instâncias políticas deste País.

Em face do exposto, Sr. Presidente, o meu voto é pela constitucionalidade, juridicidade e legalidade do substitutivo apresentado. E, quanto ao mérito, também o parecer é favorável.

Saúdo, uma vez mais, de maneira muito especial, o Sr. Chico Whitaker, da Comissão de Justiça e Paz da CNBB, que aqui tem levantado a bandeira deste projeto e merece os aplausos e o reconhecimento de todos nós, da Câmara dos Deputados, e de todos os brasileiros.

Este o parecer, Sr. Presidente.
(...)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Consulto V.Exa., Deputado Eduardo Paes, se aprova a emenda apresentada como fruto da reunião dos Líderes pelo Deputado José Roberto Batochio?

O SR. EDUARDO PAES - Aprovo a emenda substitutiva de plenário apresentada pelo Deputado José Roberto Batochio.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - E rejeita a outra emenda?

O SR. EDUARDO PAES - Rejeito a emenda apresentada na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Concedo a palavra ao nobre Deputado José Antônio para encaminhar a favor.
(...)

O SR. JOSÉ ANTONIO (Bloco/PSB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a proposta a que chegamos na reunião de Líderes atende, na essência, ao projeto apresentado pelas sessenta entidades, sob a coordenação da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, da Conferência Nacional dos Bispos do

Brasil, e, principalmente, assinada por mais de um milhão de cidadãos do Brasil inteiro.

Essa proposta, na sua essência, modifica a questão da corrupção eleitoral. A regra prevista no Código Eleitoral de 1965 — há mais de quarenta anos, portanto — é modificada para uma regra que trata da propaganda eleitoral como uma das formas de captação de sufrágio vedadas por lei. A Lei Eleitoral — Lei nº 9.504, de 1997 — estabelece formas de captação do sufrágio. A propaganda eleitoral é uma delas, porém ilícita, o que sujeita o infrator a multa e perda do registro da candidatura, ou perda do diploma, se eleito antes do término do processo.

Nas reuniões da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, das quais tive a honra de participar, e principalmente hoje, na reunião de Líderes, houve um aperfeiçoamento deste projeto. Estabeleceu-se que os gastos eleitorais, previstos no art. 26 da Lei nº 9.504/97, com confecção e distribuição de camisetas e outros brindes, são permitidos por lei; mas a doação direta de dinheiro, de qualquer outra vantagem de caráter financeiro, de emprego ou função pública do candidato ao eleitor deve ser apenada com a cassação do registro ou do diploma, não só porque a questão criminal continua presente, mas, principalmente, porque há uma necessidade de julgamento rápido, de julgamento contemporâneo ao processo eleitoral. Para tanto, acrescentamos o procedimento cabível, previsto na investigação judicial eleitoral, que, apesar de ser um procedimento sumário, preserva, como não poderia deixar de ser, os princípios da ampla defesa e do contraditório.

Nesse sentido, Sr. Presidente, colocamo-nos a favor do projeto pela sua legitimidade, corroborada pela assinatura de mais de um milhão de eleitores. É de se ressaltar que, embora não tenhamos no nosso Regimento regulamentação a respeito de como se processam esses projetos de iniciativa popular e seja muito difícil, pela quantidade de assinaturas e pelos entraves burocráticos, atingir esse nível de assinaturas, o respaldo que os eleitores dão a este projeto de certa forma faz com que os Deputados apressem-se em votá-lo.

Em se tratando de projeto que busca aplicação a partir do processo eleitoral do ano 2000, é necessário que o votemos

imediatamente, para que essa lei possa ser editada até o dia 30 deste mês.

Por essas razões, solicito aos colegas Deputados que votem favoravelmente ao Substitutivo, fruto do acordo de Lideranças que manifestamos neste momento. É preciso resguardar um mínimo de ética na política. E o projeto, que estabelece essa penalidade, esse procedimento único, representa um avanço a mais nesse campo. Estamos, com isso, avalizando essa conduta da cidadania.

Sr. Presidente, quero reiterar as considerações do eminente Relator com relação às entidades que patrocinaram o projeto e resgatar figura da mais alta expressão neste processo, o ex-Vereador Chico Whitaker, de São Paulo. Ele é, vamos dizer, um lobista da cidadania.

Este projeto resgata a nossa cidadania!
(...)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Roberto Batochio para encaminhar a favor.
(...)

O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO (PDT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa hoje está de parabéns. Através deste acordo de Líderes, estamos conseguindo aprovar lei de suma e magna importância para a moralização do processo eleitoral no nosso País.

Sr. Presidente, não posso deixar de me referir ao empenho de V.Exa., que não deixou de envidar esforços para que se obtivesse o consenso, a fim de chegarmos a este texto final e efetivamente modificarmos a disciplina deste tema tão importante para a sobrevivência da própria democracia brasileira e para a moralização do processo eleitoral.

Não posso deixar, também, de sublinhar a atuação incansável do nobre Deputado Eduardo Paes, Relator da matéria, que o tempo todo manteve-se atento e receptivo a todas as sugestões e propostas de modificação do texto para que se encontrasse a fórmula final, tecnicamente compatível com a elevação da cultura jurídica e do apuro técnico na elaboração dos textos legislativos desta Casa.

Sr. Presidente, também não posso deixar de endereçar encômios à CNBB e a todas as entidades da sociedade civil brasileira, que inspiraram a elaboração deste texto, e que, nesse afã e nesse propósito, lograram obter assinatura de mais de um milhão de brasileiros que anseiam por modificações e reformas que introduzam a moralidade no processo eleitoral brasileiro.

Sr. Presidente, espero que o empenho inextinguível de V.Exa. seja observado como paradigma para a Câmara Alta, que receberá, na tarde de hoje, segundo compromisso externado às expressas por V.Exa., esse texto para, na sua função revisora, examinar. Espero também que o esforço e o empenho dos Deputados aqui demonstrados possam ser conhecidos e reconhecidos pela sociedade, porque, em tempo relativamente recorde, examinamos e conseguimos chegar a consenso quanto ao texto final desse importante projeto de lei.

Do ponto de vista técnico, quero crer que a redação do art. 41-A, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e também as alterações introduzidas pelo texto, pela Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que é o Código Eleitoral, conseguiram atingir o melhor possível, ao longo de uma negociação em que presidiu o interesse em servir à causa pública, em que dominou o espírito de obter o consenso, para que efetivamente pudéssemos aperfeiçoar o nosso processo eleitoral. O art. 41-A ficou redigido de maneira objetiva, clara e explícita, de modo a não ensejar qualquer dúvida quanto à sua interpretação.

Diz ele:

Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta lei, o candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição inclusive, sob pena de multa de 1 mil a 50 mil UFIR e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Sem dúvida nenhuma, estamos aqui a contemplar esta modalidade de corrupção eleitoral que tanto ataca, em suas bases e fundamentos, a credibilidade da democracia brasileira e a confiabilidade do nosso processo eleitoral.

Sr. Presidente, fizemos esta alteração, pela qual V.Exa. — não me canso de repetir — empenhou-se com tanto denodo, em nome desta Casa, sem prejuízo de ficarem na legislação eleitoral aquelas figuras típicas, delituosas, sancionadas com pena privativa de liberdade.

Estamos aqui dando tratamento administrativo a esta matéria que, na esfera penal, configura crime. Acrescentamos um **plus** a esta legislação, no intuito de aperfeiçoá-la. Em suma, com este texto, instrumentalizamos o Poder Judiciário e a sociedade para que impeçam manobras soezes, que tanto atacam a credibilidade do nosso processo eleitoral.

Por isso, espero que a matéria seja aprovada nesta Casa e que, com a mesma rapidez com que foi aqui examinada, possa ser aprovada na Câmara Alta em benefício do povo, da cidadania e da democracia do Brasil.

(...)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Em votação a Emenda de Plenário nº 1, com parecer favorável aos destaques.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, considero este um avanço do ponto de vista político, porque demos consistência a quase 1 milhão de assinaturas de eleitores, à chamada lei popular, estabelecida pela Constituinte de 1987/1988 e pela promulgação da Constituição em 5 de outubro de 1988.

Em segundo lugar, participaram mais de 60 organizações não-governamentais, tendo à frente organizações respeitadas, como CNBB, OAB e tantas outras.

Em terceiro lugar, gostaria de fazer um apelo às Lideranças dos diferentes partidos para que não parássemos nesse avanço. A lei que desejamos ensejará ampla discussão, que é a complementação com financiamento público das campanhas eleitorais na sua inteireza; e não o sistema misto, como se desejou, porque esse, sim, ensejaria maior abuso do poder econômico.

Sr. Presidente, acho que a lei aprimorou-se. Num primeiro momento, queriam votar de afogadilho. O projeto não estava claro. Pedimos uma reunião com V.Exa., pródigo em reunir os Líderes nos momentos difíceis, quando sempre surge uma matéria melhor. A distribuição de camisa e de brinde poderia ser enquadrada, mas a ressalva no art. 26 explicita realmente a distribuição de camisas e de brindes dentro dos limites fixados pela legislação eleitoral.

Em segundo lugar, o nobre Deputado Gerson Peres, eu e o Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do PMDB, levantamos algumas questões em relação aos projetos de assistência social institucionalizados. Não é possível que, durante campanha eleitoral, a Comunidade Solidária deixe de distribuir remédios e cestas básicas para as populações carentes e que se interrompa o programa de cestas básicas no Nordeste, mais uma vez acometido pelo flagelo da seca. São programas já institucionalizados. Não me refiro à ampliação ou à institucionalização desses programas durante o processo eleitoral. Acredito que, do registro da candidatura até a apuração, os programas devem ficar restritos às condições fixadas pelo projeto.

Sr. Presidente, considero que isso foi bom para o País. Pelo menos despertou, do ponto de vista político, a necessidade de perseguirmos cada vez mais a verdade eleitoral.

Louvo aqui todos que se empenharam no projeto. Quero louvar o Relator, Deputado Eduardo Paes; o Deputado José Roberto Batochio; o Deputado Antonio Carlos Biscaia; o Deputado José Antonio; o Deputado João Paulo, que hoje apareceu e, como grande **expert** em legislação eleitoral, deu uma importante contribuição; enfim, a todos.

Este projeto tem a assinatura do Deputado José Roberto Batochio, grande jurista e Parlamentar. Eu também, como Líder do PFL, o subscrevi, com o sentimento de que este é o primeiro

aprimoramento da legislação que desejamos para o Brasil, para chegarmos à definitiva verdade eleitoral. Que os eleitos representem a vontade livre e independente do eleitorado de nosso País!

Louvo a Câmara dos Deputados pela aprovação deste projeto. Espero e tenho certeza absoluta de que o Senado Federal também vai votar a matéria com esses aprimoramentos realizados pela Câmara, o que funcionará para as próximas eleições, já que o instrumento da reeleição em 5.500 Municípios do nosso País era contestado porque poderia haver abuso do poder econômico.

Com esta lei, Sr. Presidente, a sociedade brasileira dá um avanço, para que os candidatos à reeleição — e os Prefeitos, em sua maioria, são novamente candidatos — não possam usar a máquina eleitoral em benefício de sua candidatura, em benefício da eleição e não dos sagrados interesses do povo brasileiro.

Com esse sentimento, o PFL encaminha o voto "sim", com muita honra e orgulho, esperando outros aprimoramentos para que a verdade eleitoral do Brasil seja definitivamente implantada em benefício da nossa democracia, em benefício do verdadeiro Estado de Direito que todos perseguimos.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Como vota o PV?

O SR. FERNANDO GABEIRA (PV-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PV vota "sim".

O SR. IVAN PAIXÃO (PPS-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS vota "sim", acredita que avançamos o máximo possível e que este projeto trará benefícios ao processo eleitoral no Brasil.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PST-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco PL/PST vota "sim".

Ainda queremos deixar as seguintes palavras: vemos a democracia brasileira progredindo e crescendo; e a corrupção eleitoral acabará de vez quando o voto for facultativo e esta Casa tiver a coragem de estabelecê-lo!

A SRA. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero registrar aqui o significado histórico e político da aprovação deste projeto de lei de iniciativa popular. Trata-se da consagração de grande conquista da Constituição de 1988, e isso se deve à sensibilidade de V.Exa., que, de acordo com suas competências, agilizou os procedimentos e possibilitou que hoje à tarde esta Casa pudesse estar certamente marcando presença definitiva na história democrática deste País.

Espero que o Senado Federal tenha a mesma abertura e receba o projeto com a mesma prontidão e compreensão desta Casa, compreendendo que a vitória deste projeto de lei é a vitória da democracia, da sociedade civil e da cidadania política.

Certamente, este projeto será um norte para que se consiga até simplificar os procedimentos na Constituição Federal, a fim de que o cidadão, por percentual de eleitores, possa expressar-se no Legislativo, encaminhando iniciativas de leis como esta, que estamos aprovando nesta Casa, contribuindo para a consolidação da democracia em nosso País. É uma vitória também desta Casa, das Lideranças, da CNBB, da OAB, da ABI e demais entidades.

Ressalto também o empenho, a dedicação e determinação de uma figura extraordinária, o companheiro Francisco Whitaker, que tive o privilégio de ter como Líder do nosso Governo na Câmara Municipal de São Paulo.

Parabéns a todos nós!

Sr. Presidente, V.Exa., sem dúvida nenhuma, teve um papel determinante para que esta proposta tramitasse em tempo recorde a fim de, aprovada, vigorar já nas próximas eleições. Esse projeto de lei consagra avanços importantes.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O Bloco PSB/PCdoB vota "sim". Como vota o PDT?

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT reconhece o importante papel do Deputado Albérico Cordeiro e do Relator, Deputado Eduardo Paes, bem como o

excelente trabalho que representa o substitutivo do nosso Deputado do PDT, José Roberto Batochio.

A aprovação da proposta significa um avanço no combate ao poder econômico nas eleições, instrumento a ser utilizado já por ocasião da reeleição de Prefeitos. Reconhecemos o poder no combate ao uso abusivo da mídia, à distorção das pesquisas eleitorais em proveito próprio. Mas ressaltamos um fato que é de fundamental importância: o fortalecimento do Poder Judiciário, da Justiça Eleitoral, que tem de ser ágil para impedir que a lei não se transforme em letra morta.

Portanto, é com esse sentimento que o PDT vota favoravelmente ao projeto.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o abuso do poder econômico cede espaço à força da fé, a um projeto de inspiração da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). O poder econômico sucumbe, como deve ser, diante da força da fé, dos sotainas, os homens que se vestem de negro e arrostando moralidade e dignidade pública neste País!

O Relator é do PTB, que é a favor. Portanto, vamos votar favoravelmente ao projeto, porque no PTB ninguém ganha eleição com abuso de poder econômico. Mas também não ganha, abusando da fé. No nosso partido, o PTB, não há corretores do céu — graças a Deus! —, os que vendem a salvação em vida para aqueles que se vão. E o PTB não tem também o apoio da CNBB, que usou a Igreja, que é universal, para se colocar ao lado de uma facção político-ideológica no País. A CNBB aplaude a invasão de propriedades e o treinamento de guerrilha, como vimos em grandes matérias publicadas pela **Folha de S. Paulo** e **O Estado de S. Paulo**. No Estado do Mato Grosso do Sul, dava o sítio para que treinadores vindos, inclusive, da Bolívia e da Colômbia, preparassem integrantes do movimento dos sem-terra no Brasil.

Ainda não fizemos aqui, com todo o respeito aos sotainas, uma lei que estabeleça o abuso do poder da fé, a manipulação das consciências dos fracos, dos tíbios, dos medrosos, dos que têm sobre

si, a lhes esmagar, um pecado que é gerado como mercado permanente para a venda do discurso, da salvação.

Sr. Presidente, apoiamos o projeto, mas duvidamos da boa intenção dos autores na CNBB. Pelo que tenho visto, hoje eles se colocam à margem da sociedade universal. Eles têm partido, têm postura ideológica, pregam o Estado que repele o indivíduo, e vivem a incensar aqueles que defendem o Estado autoritário, ditatorial, que esmaga até credos.

Sr. Presidente, porque a CNBB pediu nós vamos fazer? O projeto é bom, mas desconfio das intenções dos autores. Tenho uma profunda antipatia por esses que bancam os puritanos, que alardeiam a moralidade pública.

Repare bem, Sr. Presidente, aqueles que vivem do discurso da moral. "Nós estamos ao lado da ética e da moral" – dizem. Todo mundo está. Mas aqueles que projetam a moral, que é uma coisa ideal, como se fosse uma prática real de si mesmos, normalmente escondem vícios. Eles podem até não roubar, mas abusam de crianças e querem esconder isso. Eles podem não roubar, mas gostam do chicote da Tiazinha. Repare nos puritanos, nos moralistas, todos os que eu vi nesta Casa e que, depois, descobri que eram piores na prática do que no discurso ideal que vendiam.

Sinceramente, Sr. Presidente, cansei de ouvir esse discurso puritano, moralista, dos "reis", dos "campeões da ética" — entre aspas. Eu olho e digo: ele não rouba, mas abusa de criança, maltrata velhos, invade propriedade produtiva, prega o ódio, a revolução, o derramamento de sangue, diferentemente daquele que os inspirou, que está na cruz, que doou o sangue pela nossa salvação.

Sr. Presidente, o PTB vota a favor do projeto e cumprimenta o nosso Relator, Deputado Eduardo Paes, mas espera que daqui a pouco tenhamos a coragem, inspirados em Deus, que não tem partido, é de todos nós, para elaborar uma lei que coíba os abusos, o uso indiscriminado, político-eleitoral, pessoal, em favor das finanças pessoais que fazem da fé hoje no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PTB vota "sim".
Como vota o PPB?

O SR. ODELMO LEÃO (PPB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com as modificações contidas na emenda substitutiva, o PPB encaminha o voto "sim".

O SR. JOÃO PAULO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de destacar, em nome da bancada do PT, duas figuras de grande importância nesse processo.

Primeiro, V.Exa., que se comprometeu com as entidades que saíram pelo País afora colhendo assinaturas e explicando o ideal do projeto. Quando o apresentaram a V.Exa., receberam de pronto a promessa de que seria votado já para valer nas eleições do ano que vem.

Em segundo lugar, as entidades, particularmente a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que descobriu a importância das eleições, reconhecendo que no Brasil o mercado do voto é forte, que as nossas experiências recentes de "salvadores da pátria" não podem continuar, que pessoas não somente comercializam o voto, mas, depois de ascenderem ao poder, comercializam as coisas públicas, enriquecem às custas do Erário e projetam pessoas no próprio Parlamento para defendê-las.

A CNBB, a CUT, o MST, a ABI e a OAB tiveram a coragem de propor a esta Casa uma mudança simples, simbólica, mas forte: a possibilidade de punir os que negociam e compram votos, os que trocam a cesta básica, a telha, o bloco, a dentadura, o par de botinas e os que querem trocar o chapeuzinho, a camisa do time de futebol, e assim por diante.

O objetivo do projeto é fazer com que o eleitor se sinta cidadão e, dessa forma, torne-se consciente, a fim de que, por meio do seu direito de votar, busque fazer as mudanças que tanto deseja para o nosso País. Este é o objetivo do projeto, que, evidentemente, não agrada a todos.

Aqueles que utilizam estes mecanismos ficam, de fato, incomodados. Haverá um juiz, promotor, partido ou candidato concorrendo, de olho na propaganda que o candidato faz; de olho na

hipocrisia: passadas as eleições, ele presta contas do que gastou — uma mixaria!

Os que se valem da prática de comprar votos vão, sem dúvida, incomodar-se, da mesma forma que se incomodam com a CNBB, que cumpre o legado de Jesus Cristo, quando, nas paróquias, conscientiza as pessoas para que reivindiquem os seus direitos e, assim, consigam mudar o mundo.

Estão incomodados, é evidente, porque, a partir da votação desta lei, haverá mais facilidade para promover punições e cassar registro e diplomação. Tudo isso será mais fácil porque estamos concordando.

Esse projeto não passaria com 513 Deputados imunes a ele. É evidente que não passaria, porque aqueles — insisto nisso, Sr. Presidente — que têm receio da campanha eleitoral, na qual é preciso olhar nos olhos e estabelecer compromissos, ficariam irritados, agrediriam os autores, na tentativa de, na realidade, criar uma névoa, criar uma nuvem nesta Casa. Mas essa nuvem já foi dissipada na Mesa dos Líderes, pois estabelecemos um acordo para aprovar a matéria.

Ao aprovar o projeto, esta Casa cumpre importante papel: assimila a opinião da sociedade civil, não tem medo de enfrentar, faz o debate e busca, por intermédio da legislação, aproximar o eleitor do eleito.

Concluo, Sr. Presidente, concordando com o que disse o Líder Inocêncio Oliveira. Muitas outras coisas estão por ser feitas no Direito Eleitoral, bem como nas regras que estabelecem as eleições no nosso País. Uma delas é o financiamento público, e de pronto a bancada do PT assume o compromisso com o Líder Inocêncio de conduzir esta questão nesta Casa.

Muito mais temos para fazer. E vamos começar a agir, mesmo que isso doa àqueles que utilizam esses mecanismos para garantir o voto.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Como vota o PMDB?

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA (PMDB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, participamos de exaustivas discussões a respeito do projeto, sempre com o intuito de aprimorá-lo. É evidente que ainda temos algumas discordâncias quanto ao seu conteúdo e à sua forma, mas não podemos deixar de reconhecer sua importância do ponto de vista político. Ele sinaliza para a sociedade uma preocupação que é de todo o Parlamento, de todos os partidos com assento nesta Casa, no sentido de fazer com que o processo eleitoral seja cada vez mais isento de influências maléficas do ponto de vista da busca da verdade na representação popular.

Registro, de forma clara, o nosso desejo de que essa discussão tivesse sido mais aprimorada, mais aprofundada, a fim de fazer com que esse projeto não tivesse alguns aspectos demagógicos, que, a nosso ver, ainda persistem. Ainda assim, o PMDB votará favoravelmente, apenas porque sente que essa sinalização política é importante. Desejamos que o Senado ainda possa debruçar-se com mais cuidado sobre o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PMDB vota "sim".

Como vota o PSDB?

O SR. SAULO PEDROSA (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB trabalhou ativamente no sentido de melhorar a redação desse projeto de iniciativa popular, atendendo ao que justificou plenamente a determinação de V.Exa. de transferir a votação de quinta-feira para hoje.

Congratulando-nos com a iniciativa popular, louvamos três autoridades eclesásticas muito importantes para nós na Bahia, especialmente na região oeste: Dom Luís, Dom Francisco Batistela e Dom Ricardo Weberberger, Bispos Diocesanos das cidades da Barra, de Bom Jesus da Lapa e de Barreiras.

Essas autoridades trabalharam intensamente pela ética e pela moral na política e contra a corrupção. O projeto visa realmente a dar um caminho inicial para que esses problemas sejam sanados. Esperamos que não seja letra morta. Assim como a iniciativa popular

chegou a este momento, que nos ajude também, durante as campanhas, na fiscalização e no cumprimento da lei.

Portanto, Sr. Presidente, o PSDB vota favoravelmente a esta iniciativa. O nosso voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PSDB vota "sim". Como vota o PFL?

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, creio que o projeto é bom, aprimora a legislação tanto em relação ao Código Eleitoral quanto em relação à Lei nº 9.504, de 1997, que trata da propaganda eleitoral. Logicamente, ela ainda contém alguns vazios, não trata de todo o conteúdo para se chegar à verdade eleitoral.

Repito: precisamos de fazer o financiamento público das campanhas na sua inteireza, para que a verdade eleitoral prevaleça no País.

Mas este já é um grande avanço.

Quero aqui louvar o trabalho de V.Exa., Sr. Presidente, que reuniu os Líderes, pois a lei está muito melhor do que a anterior, porque ressalva os casos de distribuição de camisas, de brindes etc., que constituem a verdadeira campanha eleitoral, e tira a responsabilidade de terceiros, para que um inimigo político não chegue a utilizar-se desse instrumento para prejudicar determinado candidato.

Por isso, acredito que foi um avanço. Dessa maneira, oferecemos uma satisfação à sociedade brasileira.

Acredito no direito do povo de legislar por meio de envio de projetos e assinaturas. Neste projeto, há mais de 950 mil assinaturas, dentre as quais as de sessenta entidades da sociedade civil organizada, sobretudo a CNBB e OAB, pelas quais tenho grande respeito e consideração.

Portanto, o projeto merece nosso apoio, nossa consideração e apreço. As ressalvas foram feitas e o projeto foi aprimorado.

Quero louvar o Relator, Deputado Eduardo Paes, assim como os Deputados José Roberto Batocchio, José Antonio, João Paulo,

Antonio Carlos Biscaia e tantos outros que contribuíram para que o projeto se tornasse realidade.

Também participei desde a primeira hora, quando assinei como Líder para que o projeto pudesse tramitar, e sou solidário a que sigamos, nas várias legislações, aprimorando cada vez mais o processo eleitoral em nosso País, para que assim os eleitos representem a vontade livre e independente do nosso povo.

Por isso, Sr. Presidente, o PFL, com muita satisfação e orgulho, recomenda o voto "sim". Esperamos que não se utilizem da assistência prestada hoje, com a distribuição de cestas básicas, quer pelo Comunidade Solidária, quer pelas frentes de emergência, com vistas a benefício eleitoral. A sociedade brasileira, a Justiça Eleitoral e os Tribunais de Contas, dos Estados ou da União, precisam fiscalizar, assim como o Poder Legislativo, fiscalizador maior do Executivo.

Com esse projeto, acredito que o temor de que a reeleição pudesse tornar-se um instrumento de abuso da máquina administrativa em benefício eleitoral será definitivamente varrido em nosso País.

Por tudo isso, Sr. Presidente, louvamos o projeto e votamos com muita satisfação em nome do Partido da Frente Liberal. Recomendamos à nossa bancada o voto "sim".

O SR. AÉCIO NEVES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apesar de o ilustre Vice-Líder Deputado Saulo Pedrosa, em nome do partido, já haver encaminhado a votação de forma extremamente apropriada — não usarei todo o tempo que me caberia como Líder do partido, apenas um minuto —, gostaria de falar da importância não apenas da aprovação da proposta, mas de uma interação maior que ela propicia do Congresso Nacional, mais particularmente da Câmara dos Deputados, com a sociedade que representa.

Essa iniciativa popular, patrocinada pela CNBB e aprimorada aqui pela Câmara dos Deputados, sem dúvida nenhuma, ao mesmo tempo em que nos dá uma maior segurança no enfrentamento das próximas eleições, inicia uma relação que certamente irá estender-se a outros setores organizados da nossa sociedade, fazendo com que essa nossa representação seja cada vez mais a representação do sentimento da sociedade brasileira em todas as suas estratificações.

Não tenho dúvida da excelência do trabalho do Deputado Eduardo Paes e daqueles que colaboraram, como o Deputado José Roberto Batocchio e tantos outros, propiciando o aprimoramento da proposta original e uma segurança maior para que possamos, de forma extremamente tranqüila e afirmativa, enfrentar as próximas eleições.

Como Líder do PSDB, manifesto o meu apoio e saliento que esse é o início de uma nova relação da Câmara dos Deputados com a sociedade brasileira. Por isso mesmo merecem os nossos cumprimentos todos os que participaram da elaboração deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - O PSDB vota "sim".

Como vota o Governo?

O SR. DUILIO PISANESCHI (PTB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo acompanha a união dos partidos e encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Em votação a Emenda de Plenário nº 1, com parecer favorável, ressalvado um destaque existente.

Quem estiver de acordo permaneça como se acha. (Pausa.)

Aprovada.

Estão prejudicadas as demais proposições. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Há sobre a mesa um requerimento de destaque.

Votaremos, em primeiro lugar, o requerimento. Se aprovado, votaremos o destaque, já que se trata de destaque simples, apresentado

pelo nobre Deputado Vivaldo Barbosa, que requer a supressão da expressão inicial da emenda substitutiva do Plenário ao Projeto de Lei nº 1.517, de 1999, art. 41-A, nos seguintes termos: "Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, creio que esse dispositivo aprimora o projeto, porque explicita o que pode ser feito. Ele não acrescenta absolutamente nada ao que está na Lei nº 9.504, de 1997, que trata da propaganda eleitoral. Ele apenas torna explícito — repito — o que pode ser feito, como a distribuição de camisas, brindes, uso de carro de som e assim por diante. Acredito que retirar isso fere o acordo realizado, e, por isso, o PFL vota "não" ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Para encaminhar como autor do requerimento, concedo a palavra ao Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, permita-me sublinhar que este projeto efetivamente representou um avanço muito grande no enfrentamento do abuso do poder econômico nas eleições, que tem infelicitado a vida da democracia no Brasil. No entanto, essa ressalva permitiu a continuidade de um aspecto do abuso do poder econômico, que o projeto poderia ter contemplado: a distribuição de brindes de altíssimos custos, como camisetas, canetas, régua escolares e outras práticas que somente um candidato possuidor de enorme quantia em recursos poderá sustentar em campanha, em desfavor dos candidatos menos dotados de recursos.

O projeto original, bem como as emendas oferecidas ao projeto, até há pouco tempo, contemplaram essa proibição, ao disciplinar que nenhum candidato pode fazer doação de qualquer bem de qualquer natureza. Essa vedação ficou expressa.

Sr. Presidente, a ressalva feita na última versão da emenda permitiu que se abrisse a porta para a continuidade dessa prática que permite ao poder econômico continuar influenciando de maneira deletéria, negativa, no processo eleitoral e na formação da consciência livre dos eleitores.

Esta é a razão de ser do destaque: explicitar e demonstrar ao Plenário que este acréscimo feito eliminou uma grande vantagem, uma grande conquista do projeto.

Sr. Presidente, também compreendo que qualquer Parlamentar tem que conhecer e examinar as circunstâncias em que apresenta as suas proposições. Entendo que o acordo feito torna difícil, praticamente impossível, avançar no desejo deste destaque.

Registrando a pena que sinto em não avançarmos nessa direção e compreendendo também que não há ambiente em plenário para sua votação, retiro o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Retirado o destaque, em votação a redação final.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Tenho o prazer de assinar o autógrafo, remetendo a matéria neste exato momento ao Senado Federal, tal como ficou estipulado na reunião que fizemos na última quinta-feira. (Palmas.)

Meus parabéns aos Srs. Parlamentares desta Câmara dos Deputados.

(...)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
SESSÃO ORDINÁRIA DE 22/09/1999:

(...)

O SR. CARLITO MERSS (PT-SC. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o episódio de cassação do Deputado Hildebrando Pascoal, por falta de decoro parlamentar, deve servir como um alerta para o debate de mérito sobre o processo eleitoral. Assim como o ex-Deputado Talvane Albuquerque, cassado e preso pela Polícia Federal, acusado que foi de assassinar a combativa Deputada Ceci Cunha, o Deputado Hildebrando Pascoal também vem sendo acusado por inúmeros depoimentos e pelo conjunto de provas da CPI do Narcotráfico de envolvimento em uma série de atividades ilegais. Além disso, em sua defesa, o próprio Parlamentar confessou na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação o abuso de autoridade e a cumplicidade com criminosos de toda ordem.

Esses fatos deverão ser analisados pelos fóruns judiciais apropriados, momento em que esperamos que a lei seja plenamente cumprida. Esta Casa Legislativa, entretanto, vai debater hoje a cassação da representação política conferida pelo processo eleitoral. De nossa parte, estamos convencidos de que o Deputado praticou irregularidade graves que afrontam o Código de Ética e Decoro Parlamentar e, por isso, deve ser cassado.

E é sobre a importância política desse cargo que queremos debater. Diferente dos que generalizam a idéia de que todo político não presta, postura que reproduz a passividade política e a manipulação, acreditamos que a representação política deve ser fortalecida. O Parlamentar, consideradas suas responsabilidades constitucionais, deve representar o cidadão na tarefa de legislar, de fiscalizar, de construir laços democráticos participativos, de emancipação política da cidadania e de construção de uma nação. Além disso, o político é um dos agentes públicos dos mais fiscalizados pela imprensa e pelo voto do eleitor.

É aqui, entretanto, que reside o problema. Por que alguém vota em alguém? Por que alguém é ou não é candidato? Que motivos

levam alguém a perseguir a vida pública? Lamentavelmente, nossa cultura política não permite ainda que essas escolhas se dêem em face de programas partidários, com escolhas de projetos. A omissão da Justiça Eleitoral tolera o mercado eleitoral, arena onde, com as honrosas exceções do campo popular, impera o princípio da vantagem econômica, corporativa ou do tráfico de influência para obtenção de prestígio, poder e benesses. É por isso que os Parlamentares são canonizados como autoridades inatingíveis, um nefasto culto ao poder que marginaliza muitos segmentos da participação política.

Por isso, louvamos o projeto de lei apresentado através de emenda popular com um milhão de assinaturas, já aprovado na Câmara dos Deputados, que visa a coibir o abuso econômico no pleito eleitoral. Esse é um importante passo para inibir deturpações de Deputados eleitos exclusivamente através do **merchandising** político, da profissionalização da arte de ganhar votos vendendo ilusões.

Acreditamos, entretanto, que essa questão só será significativamente superada com a adoção do voto facultativo e do financiamento público de campanhas. A proibição de uso de verbas privadas no processo eleitoral, sua sustentação pública como investimento democrático e a valorização do voto como um instrumento de consciência e não um imperativo legal são fundamentais para que nossos Parlamentares, efetivamente, representem determinada base social e o conjunto da sociedade se faça representar com fidedignidade.

Além disso, precisamos retomar o debate sobre a importância da organização social como indicador da qualidade democrática. Para isso é importante uma eleição limpa, transparente. A transição conservadora que promoveu a abertura política do País, a farsa do Governo Collor e o engodo do Plano Real, com a assunção ao Poder da mesma elite conservadora e liberal que hegemoniza uma dominação apassivadora e desestruturante do tecido social, apenas produziu uma sociedade economicamente dividida, socialmente desestruturada e politicamente refém de práticas como o coronelismo, o paternalismo e a barganha de clientela. Para os dominadores, a população deve ficar no "seu lugar", submissa, aplaudindo o farisaísmo das elites. Este modelo serviu para privatizar o patrimônio

público e associar com subalternidade nosso País como periferia da globalização, deixando-nos permanentemente inseguros perante a volatilidade dos capitais especulativos. Os reflexos deste destroçamento da Nação aparecem nas mazelas sociais, nos indicadores de desenvolvimento humano e nas pesquisas de opinião que demonstram um recorde de 65% na desaprovação do Governo FHC. Este é o momento de reagir. É hora, portanto, de refletirmos sobre os Talvanes e Hildebrandos e buscarmos caminhos que valorizem a ética e fortaleçam as instituições democráticas.

(...)

SENADO FEDERAL
SESSÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA E DE REDAÇÃO EM 22/09/1999:

(...)

Com a palavra, pela ordem, o Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Sr. Presidente, em razão de compromisso inarredável não poderei ficar até o final dos trabalhos. Está em pauta o Projeto nº 5, cujo relator é o Senador Lúcio Alcântara e com relação ao qual o meu voto é divergente. Peço à Mesa a inversão da ordem de apreciação dos projetos, para que seja discutida agora esta proposição de nº 5 - está à página 65.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) - É o Item 5 da pauta. V. Ex^a submete à apreciação do plenário a inversão de pauta.

Antes de submeter o pleito de V. Ex^a à consideração dos Srs. Senadores, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Pedro Simon..

O SR. PEDRO SIMON - Já tínhamos concordado que, chegando aqui o projeto que veio da Câmara - projeto de iniciativa popular de combate à corrupção eleitoral -, após a apresentação do parecer do relator, ele seria votado, porque é um projeto que tem que ser votado com urgência, urgentíssima, porque se não for sancionado pelo Presidente até o dia 1º, cai no ostracismo.

Então, creio que – e o Senador de Minas Gerais haverá de concordar – o seu projeto poderia ser logo depois, mas agora, tendo o projeto já chegado a esta Casa e o Relator já estando em condições de proferir seu voto, voltemos imediatamente, para que hoje ou amanhã seja aprovado no plenário, em urgência urgentíssima, para que vá à sanção do Presidente e não tenha nenhuma interrogação, nenhum percalço de percurso que impediria que esse processo fosse votado já para as próximas eleições.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) - Quero prestar um esclarecimento aos Membros da Comissão e ao Senador Francelino Pereira. Esse é um projeto que vem da Câmara e que foi objeto de consenso geral dos partidos. De modo que é urgente, porque trata de crimes eleitorais, e é consensual. Creio que, colocado em pauta,

poderia ter apreciação muito rápida, pelo fato de se tratar de uma matéria que transita por todos os partidos sem maiores restrições.

V. Ex^a, portanto, concorda em que se inclua, extrapauta, o projeto de lei...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Projeto de lei de iniciativa popular, primeiro projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) - Faço uma retificação: projeto de lei de iniciativa popular já tramitado na Câmara dos Deputados.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Projeto de Lei nº 45, de 1999.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) - Peço ao Senador Lúcio Alcântara que passe à Mesa o espelho do projeto, para que eu possa anunciá-lo oficialmente e, em seguida, passá-lo a V. Ex^a, para que seja proferido o parecer. V. Ex^a poderia tomar assento à Mesa, já que isso facilitaria os nossos trabalhos e a leitura do relatório poderia ser feita pela Mesa.

Trata-se de Projeto de Lei da Câmara, do Deputado Albérico Cordeiro e outros Srs. Deputados, nº 45, de 1999, que altera dispositivo da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, do Código Eleitoral, de acordo com o **caput** do art. 65 da Constituição Federal.

Passo a palavra ao Relator, que emitirá parecer oral sobre a matéria.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está em elaboração parecer escrito que será anexado ao processado e, evidentemente, mesmo em regime de urgência, o projeto será debatido ainda no plenário do Senado, de forma que vou apresentar um parecer, uma manifestação oral, até porque esse projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados consensualmente, por um amplo acordo de todos os partidos políticos, e remetido para o exame do Senado. Como disse o Senador Pedro Simon, se não o aprovarmos, ou melhor dizendo, se o Presidente não o sancionar até o dia 30 de setembro, ele não poderá vigorar para as eleições do próximo ano. E apesar da leitura do Senador José Agripino ter feito menção à autoria do Deputado Albérico Cordeiro e outros Srs. Deputados – o que

significa que houve regimentalmente uma tramitação conjunta de projetos, já que o nobre Deputado Albérico Cordeiro tinha uma iniciativa também semelhante a essa –, esse projeto ganha uma dimensão política muito importante, porquanto se trata de um projeto de iniciativa popular.

Como se recordam muitos dos Srs. Constituintes à época e que hoje estão aqui, inclusive neste plenário, a Constituição de 1988 consagrou a possibilidade de projetos lei de iniciativa popular, reunindo um número mínimo de assinaturas de eleitores, serem apresentados para tramitação no Congresso Nacional. Salvo engano, foram um milhão de eleitores.

Então, já houve anteriormente um projeto desse tipo ao Congresso, mas, praticamente, não teve tramitação. Salvo engano, tratava de habitação popular, não é, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sim, um projeto de iniciativa popular referente à habitação deu entrada no Congresso Nacional, mas está tramitando na Câmara dos Deputados. Portanto, não veio ainda para o Senado.

Senador Lúcio Alcântara, no histórico dos projetos de iniciativa popular, aquele referente à habitação popular foi o primeiro; este é o segundo projeto, mas é o primeiro votado na Câmara dos Deputados que vem para o Senado Federal.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Estamos muito esperançosos de que ele irá se converter em lei. Portanto, é histórico.

Nos debates e discussões em que somos chamados a, eventualmente, comparecer, sempre se diz que esse dispositivo da Constituição tem sido muito pouco utilizado. Ao contrário de alguns que pensam que o princípio da representação fica alcançado quando se dá essa possibilidade à população, eu penso que não. É importante que estimulemos essa participação. Isso não diminui a representação atual, clássica, tradicional na qual estamos investidos.

Portanto, se esse projeto vier a se transformar em lei, será a primeira lei oriunda de iniciativa popular.

Invoco o Senador Bernardo Cabral, nosso Relator: a nossa Constituição, tantas vezes citada muito mais porque nela enxergam

deficiências ou falhas, entre outros mecanismos de participação, permite a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular.

Como disse o Senador Jefferson Péres, o Deputado José Roberto Batocchio, PDT/SP, ex-Presidente da Ordem dos Advogados, apresentou uma emenda, acolhida pelo relator, que contribui para o aperfeiçoamento do projeto. Foi suprimido um dispositivo existente no projeto inicialmente apresentado pela CNBB - que inspirou a coleta das assinaturas -, que previa o perdão ao eleitor que vendesse seu voto. Tal dispositivo foi retirado, porque se quer introduzir um princípio educativo de não simplesmente perdoar aquele que eventualmente tenha transacionado com esse importante instrumento para o exercício da cidadania.

O SR. BELLO PARGA - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Concedo a palavra ao Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA - Suprimiu-se, também, a proibição da oferta de brindes.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Passo a ler um pequeno trecho da manifestação do Deputado Eduardo Paes, Relator do projeto na Câmara dos Deputados, que nos coloca claramente a mudança que irá acontecer:

“O que a iniciativa da CNBB, de diversas outras entidades e de mais de um milhão de brasileiros propõe é que esse processo, hoje considerado crime eleitoral, passe a ser também um procedimento político, eleitoral, administrativo, para dar mais eficácia à norma e permitir que esta efetivamente se aplique.”

Senão ocorrem a campanha eleitoral, a diplomação, a posse e a impunidade permanece.

“Para tanto, a CNBB propõe praticamente a mesma redação do art. 299 do Código Eleitoral, para o art. 41, que trata da propaganda eleitoral.” Para que isso, Sr. Presidente? “Para que o processo de captação de sufrágio - de compra de voto - possa ser tratado no período eleitoral como procedimento político, eleitoral, administrativo”. Ou seja, permite a cassação do registro, em se verificando a captação de sufrágio durante o processo eleitoral, o que certamente vai permitir mais eficácia à norma.

“A emenda apresentada pelo Deputado José Roberto Batochio, por meio de um acordo feito pelas lideranças, propõe o procedimento para que esse processo de cassação do registro possa se verificar.

Assim, Sr. Presidente, essas foram as nossas breves considerações e o nosso parecer é favorável ao projeto, sem emendas, sem alteração.

O SR. PRESIDENTE(José Agripino) - O parecer conclui pela aprovação.

Estão inscritos para discutir o Senador Romero Jucá, o Senador Edison Lobão e o Senador Jefferson Péres.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, vou ser rápido. Sei que muitos Senadores estão inscrito e é importante a votação deste projeto hoje.

Quero, primeiro, registrar, com felicidade, que a primeira lei de iniciativa popular que será aprovada com certeza por esta Casa trata exatamente de proteger o voto popular e proteger a vontade política do eleitor.

Portanto, por uma feliz coincidência, na verdade nós estamos aqui hoje fazendo história. É fato que com a reeleição dos governantes ocorreu neste País todo um abuso do poder econômico muito grande. Sem dúvida nenhuma essa lei vai no sentido de coibir esse tipo de abuso.

A CNBB e a população fizeram a sua parte, entregaram o abaixo-assinado e a proposta. A Câmara votou e nós, do Senado, vamos votar, mas sem dúvida nenhuma é importante aqui registrar que a Justiça e o Ministério Público vão ter um papel importante no sentido de coibir essas questões. A legislação eleitoral de certa forma já previa, mas não tão claramente, uma série de punições. Na verdade o que se viu neste País, inclusive nos Estados mais pobres e no meu Estado de Roraima, foi um abuso sem precedentes, até com distribuição de dinheiro em palanque público de campanha eleitoral.

Na verdade, demos um passo importante. Meu voto é favorável. Nós estamos fazendo a nossa parte, mas efetivamente é importante que o Tribunal Superior Eleitoral, os tribunais regionais

eleitorais e o Ministério Público se aparelhem para efetivamente fazer com que essa lei, que será uma vontade de todos, possa transformar-se numa realidade que coíba a venda dos votos.

Portanto, sou favorável à matéria. Quero registrar meu voto de louvor à CNBB pela sua ação e também aos segmentos da sociedade que coletaram as assinaturas, à Câmara e ao Senado pela rapidez com que agiram, tendo em vista que houve a assinatura de todas as Lideranças, inclusive pela Liderança do Governo, que represento nesta Comissão. A posição do Presidente Fernando Henrique com relação a esse projeto de lei é favorável e recomenda o voto favorável. Meu voto também é sim.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) - Para discutir, concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, tramita na Câmara e também no Senado uma emenda constitucional que estabelece a desincompatibilização dos atuais prefeitos para poderem candidatar-se à sua própria reeleição .

Esse projeto, tanto o do Senado quanto o da Câmara, não terão tramitação a tempo de atenderem à eleição do próximo ano. Desde logo, eu entendo que seria uma iniciativa injusta, se concretizada, no que diz respeito aos atuais prefeitos, desde que o Presidente da República, os governadores já se elegeram ou se reelegeram dentro do mesmo procedimento constitucional legal.

Mas essa lei que estamos examinando e que tem o parecer do Senador Lúcio Alcântara é extremamente oportuna. É preciso que haja uma lisura, haja uma transparência verdadeira nas eleições. Nós não podemos continuar assistindo a esse espetáculo da compra de votos. Isso tem sido normal na vida pública brasileira. Embora haja algumas leis que coíbam esses abusos, a Justiça não consegue acompanhar todos, o que aliás vai ocorrer também com essa lei. Dificilmente o Poder Judiciário estará suficientemente aparelhado para dar cumprimento integral a essa lei. Todavia, é uma lei a mais, uma lei que visa a conter os abusos que todos nós registramos.

Meu voto será francamente favorável. Quero cumprimentar à CNBB e também aos Deputados por essa iniciativa. A iniciativa dos Deputados não frutificou a tempo, mas a iniciativa popular veio se

juntar a ela. Isso fortaleceu a iniciativa dos Deputados. O resultado será essa lei que seguramente será sancionada pelo Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) - Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, vou ser rápido. Não é o caso nem de se discutir, porque creio que é consensual a aprovação desse projeto. Como bem disse o Relator, Senador Lúcio Alcântara, eu creio que é um momento histórico que vive o Congresso Nacional em termos de legislação eleitoral. Primeiro, pela iniciativa partida de uma entidade como a CNBB, subscrita por mais de 1 milhão pela primeira vez prevista na Constituição e pela primeira vez efetivado. Em segundo lugar, Sr. Presidente, porque passou por um acordo de lideranças, consensual, com a aprovação de todos os partidos da Câmara dos Deputados. Provavelmente, o mesmo acontecerá aqui, no Senado. Em terceiro lugar porque dá à Justiça Eleitoral, agora, um instrumento que realmente pode ser de grande eficácia. Muitas vezes, eu creio, que a Justiça Eleitoral não agia porque sabia que seria inócuo autuar, iniciar um processo que até pelo tempo, muitas vezes a condenação vinha depois que o infrator cumpria o seu mandato. A transformação, portanto, de crime em infração eleitoral é realmente altamente positiva. Creio que, promulgada essa lei, sancionada pelo Presidente da República e publicada, tornando-se lei esse projeto, como creio que ocorrerá a tempo de vigorar para a eleição do próximo ano, se a ele se seguir, Sr. Presidente, infelizmente já não para a próxima eleição, o financiamento público de campanha, no plano legislativo se seguir a esse o Projeto de Lei que institui o financiamento público de campanha e no plano administrativo o aparelhamento da Justiça Eleitoral com recursos, sobretudo humanos, creio que teremos dado um passo gigantesco para moralizar o processo eleitoral e reduzir a desigualdade na disputa das eleições. Só ficará faltando, Sr. Presidente, algo que não está ao alcance nosso e nem de ninguém mudar: uma revolução cultural também. É mudar a cabeça de magistrados e às vezes de membros do Ministério Público para que eles tenham coragem e disposição para cumprir a lei.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) - Com a palavra para discutir o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, a intenção da CNBB nessa iniciativa popular, sem a menor sombra de dúvida, é das melhores. O resultado a ser obtido por esse fraco texto legal talvez não tenha o mesmo alcance. É um texto genérico, que deixa a legislação dos detalhes nas mãos dos tribunais. Ele se reporta ao art. 22 da Lei Eleitoral, que permite a impugnação de candidaturas, por exemplo, por excesso de utilização de recursos públicos ou publicitários. Isso não aconteceu no Brasil nas últimas eleições. Não aconteceu o julgamento, não aconteceu a punição. No caso específico do Paraná, e quem quer ser universal que cante a sua aldeia, o Governo gastou 500 milhões de reais em propaganda, e a representação feita pelos partidos de oposição aos tribunais foi simplesmente ignorada pela Justiça Eleitoral. O texto é genérico. “Ressalvando o disposto no art. 26 e em seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por essa lei, o candidato doar ou oferecer, prometer ou entregar ao eleitor com o fim de obter-lhe o voto, bem como vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive sob pena de multa e cassação do registro.” Uma flâmula, um chaveiro, uma folhinha são crimes eleitorais, mas e a promessa, por exemplo, de fazer um conjunto habitacional em determinada região da cidade ou do Estado durante o período eleitoral? É infração ou não? A lei genérica deixa ao alvitre dos juizes dos tribunais locais a decisão.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Permite-me um aparte, Senador?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Pois não.

O SR. JEFFERSON PÉRES - V. Ex^a falou em um brinde. Parece-me que foi acatada uma emenda que exclui camisas, brindes pequenos, coisas desse tipo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - A dificuldade que temos de votar de afogadilho um projeto desses. A emenda, por exemplo, não foi abordada pelo Senador Lúcio Alcântara, que relatou a matéria. Não tenho conhecimento dela.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Eu li pelos jornais.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sim, mas emendas pelos jornais não são exatamente aceitáveis.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Senador Roberto Requião, o projeto ainda irá a Plenário.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sim, mas como vou votar um projeto que tem uma emenda que não conheço?

O SR. JEFFERSON PÉRES - Um projeto que passa por quase unanimidade da Câmara dos Deputados não pode ser tão ruim assim.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Não. Acho que a intenção é das melhores. O texto que tenho em mão está extraordinariamente mal redigido: “deixando ao alvitre dos tribunais eleitorais a punição e o estabelecimento das suas condições”.

Há uma emenda. Queria que o Sr. Relator localizasse a emenda, uma vez que não fez a ela referência no seu breve relatório. Estaríamos votando um projeto que foi relatado sem emenda e estaríamos votando a emenda sem conhecê-la.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) - Se o Senador Roberto Requião permitir, enquanto o Senador Lúcio Alcântara consulta o processado do projeto, passaremos a palavra ao próximo orador inscrito. Tão logo o Senador Lúcio Alcântara esteja em condições de manifestar...

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, permita-me uma observação: sou integralmente favorável ao espírito do projeto. A iniciativa é magnífica, só que estou acreditando que da forma como está redigida não vai atingir seus objetivos.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) - O esclarecimento que V. Ex^a requer é importante e será objeto de apreciação do Relator. Continuaremos a discussão do projeto com a concessão da palavra aos oradores inscritos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Só desejo colaborar com o nobre Relator. O Senador Lúcio Alcântara poderia ler para todos nós, já que não conhecemos o texto integralmente, a redação final proposta pela Câmara dos Deputados. A redação final

tem, como o próprio nome diz, o texto definitivo da proposta. E nós não o conhecemos.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) - Isso será feito. Nesse meio tempo, passo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Já formulei a solicitação da inversão da pauta, para discutirmos agora o projeto do item nº 5, que tem como Relator o Senador Lúcio Alcântara, com voto em separado de minha autoria.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Vamos aprovar. Se, no plenário, houver alguma emenda se faz.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Senador Lúcio Alcântara, permita-me uma observação. Estamos aprovando mais uma idéia do que um projeto. Seja como for, necessitando ou não de um aperfeiçoamento, o projeto é da maior importância. É um projeto devastador. Vai causar uma devastação no Brasil, vai derrubar tantos políticos, tantos compradores de votos, tantos corruptores que pode ser o projeto mais histórico que tenhamos aprovado nesta Casa. Atingirá quem furta, quem rouba e quem se elege pelo voto comprado. A compra é devastadora - toda a Casa sabe disso. Estamos votando contra nós mesmos? Não, estamos votando a favor do Brasil, da cultura deste País. Vamos aprovar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) - Com a palavra o Relator.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, a dúvida que o Senador Requião levantou...

Pois não, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY - Está aqui, Sr. Presidente, o ex-Vereador Chico Whitaker que tem colaborado com a CNBB em todo o processo de informação e de coleta de assinaturas. Ele nos informa que, na redação final, com a colaboração do Deputado Batochio, houve o aperfeiçoamento dos problemas sobre os quais o Senador Roberto Requião manifestou preocupações - em boa parte, pelo menos. Eu gostaria de ressaltar isso e reiterar a importância de aprovarmos isso de maneira a poder ser sancionado em tempo hábil para ter validade para as eleições municipais do ano que vem, ainda que possam ficar aperfeiçoamentos por serem realizados.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) - Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Quero deixar bem claro que vou votar favoravelmente na Comissão e no plenário também. Mas quero esclarecer que há um certo constrangimento que me impede de exercer a minha função legislativa, porque estou sendo forçado a aprovar um projeto, ao qual me encontro constrangido - não muito docemente, porque é um constrangimento via opinião pública inclusive -, um projeto imperfeito, que delega a tribunais, como o de Mato Grosso, por exemplo, a decisão sobre candidaturas.

Toda lei que não detalhar as suas punições de forma clara, delegará ao Poder Judiciário, à Justiça Eleitoral, boa, na maioria das vezes; péssima em algumas vezes, o poder de definir a punição e a quem pune. É um projeto genérico, extraordinariamente bem intencionado e pessimamente redigido. Esse projeto devia fechar o combate à corrupção de uma forma mais clara. Porém deixa aberto, deixa ao alvitre do juiz, e se alguém acompanha a CPI do Judiciário - e acredito que todos acompanham - já teriam tido tempo suficiente para verificar que as decisões, quando deixadas por conta dos tribunais sem texto de lei, sem a lei que oriente e que dê segurança às partes que participam do processo eleitoral, serão tomadas, conforme conveniências de grupos locais.

Já fui vítima do Judiciário do Paraná dezenas de vezes. Só não tive o meu mandato cassado porque o Tribunal Superior Eleitoral tem-se comportado com uma isenção e uma firmeza absolutas. Mas estamos deixando uma lei mal redigida por conta dos tribunais. E quero dizer aos senhores que voto a favor, porque é impossível votar contra uma lei que vai restringir abusos, mas é uma lei populista, porque não se fecha de forma completa, não define com clareza quais são os crimes e deixará a capacidade de legislar à jurisprudência dos tribunais. A intenção é das melhores, mas faltou um pouco mais de trabalho em cima desse magnífico projeto de lei.

O meu voto é favorável, mas voto constrangido.

O SR. IRIS REZENDE - Permite-me V. Ex^a a palavra?

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) - Com a palavra o Senador Iris Rezende, para discutir a matéria.

O SR. IRIS REZENDE - Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho observado, ao longo dos anos, uma profunda preocupação por parte das pessoas que militam na política, movidas pelo ideal, que agem de boa-fé, buscando o melhor para a sua comunidade, o seu Estado, o seu País, em relação ao processo, aos costumes político-eleitorais, sobretudo quanto à influência do poder econômico por ocasião das eleições.

Na verdade, isso nos preocupa, porque quantas vezes temos observado pessoas totalmente desconhecidas numa Unidade da Federação, que chegam no Estado, com o bolso cheio de dinheiro e vêm para Brasília com um mandato de deputado federal? Isso tem acontecido. Nós, na realidade, temos que buscar meios que coíbam esses abusos, essas extravagâncias.

Coloco-me inteiramente favorável à aprovação desse projeto. Louvo a atitude da CNBB, mas deixo bem claro que não posso iludir a mim mesmo que esse projeto seja uma solução para esses abusos, com os quais estamos convivendo ao longo dos anos.

Isso não irá solucionar ou colocar um paradeiro naqueles que buscam, pelo dinheiro, a compra da consciência. Fala-se que o projeto, **en passant**, mostra uma preocupação com a compra do voto do eleitor, mas – salvo engano – não faz referência à tradicional compra do apoio de líderes políticos, classistas e religiosos. O projeto preocupa-se com aquele candidato que distribui um par de botina, um caderno ou um presentinho qualquer, mas não se preocupa com a ação daqueles que, nas caladas da noite, nas salas dos sindicatos, nas associações de classe, nas Igrejas, conseguem o apoio do líder maior.

Lembro-me bem de que, certa vez, um líder religioso importante, de um dia para outro, mudou a sua opinião referente a um Deputado Federal. Após as eleições, constatou-se que o candidato ofereceu o forro da igreja e a construção da sede do sindicato.

Temos, pois, votado leis que não coíbem esses abusos e que dão oportunidade – quase sempre, dizia o Senador Roberto Requião – ao Ministério Público principalmente, quando se encabulam com um determinado candidato, de azucriná-lo durante as eleições e durante o resto da sua vida.

Não nego que fui vítima, Sr. Presidente. Denunciei isso publicamente durante a campanha passada. No segundo turno, por exemplo, o Vice-Prefeito do segundo município em eleitores do meu Estado aderiu. Publicamente, nossos companheiros soltaram um boletim divulgando, inclusive, a importância por ele recebida pela sua mudança de posição: R\$300 mil. O Ministério Público não procurou apurar aquela denúncia que se tornou ação pública e notória naquele município.

Denunciou-se publicamente que, às vésperas das eleições, inventaram um outro meio de comprar voto, não distribuindo botinas, óculos ou remédios, mas contratando as pessoas para bocas de urna. Contrataram vinte mil num só município, a R\$50 por pessoa. Também o Ministério Público não cuidou disso, porque o Ministério Público se colocava, àquela altura, abertamente, criminosamente contra nós.

Sendo assim, Sr. Presidente, sou a favor desse projeto. Louvo a atitude da CNBB, mas não me iludo com a aprovação desse projeto. Essa não é a solução. Precisamos continuar atentos, buscando o aperfeiçoamento da nossa legislação, valorizando aqueles que praticam a política com seriedade e procurando banir do meio político aqueles que enchem o bolso de dinheiro às vésperas das eleições e que buscam o seu mandato iludindo a boa-fé deste querido povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE(José Agripino) - Concedo a palavra ao Senador Bello Parga para discutir.

O SR. BELLO PARGA - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos caminhando para a solução de um dilema. Estamos com um fato consumado – a aprovação do projeto na Câmara dos Deputados – e um prazo mortal, fatal até 30 de setembro para votar o projeto nesta Casa e encaminhá-lo ao Presidente da República para sanção. Não nos restam muitas opções.

Desejo ainda me referir a um fato muito bem lembrado pelo Senador Roberto Requião. Vou recorrer a uma imagem clássica: estamos aqui em um barco, entre dois rochedos, entre Silas e Caríbedes. Quais são esses rochedos? O primeiro, Sr. Presidente, é a permanência desse sistema nefasto da corrupção do voto do eleitor, por meio do dinheiro, da promessa de emprego, fato corriqueiro nas eleições brasileiras. E me reporto, agora, à tese do Senador Requião: é

preciso cantar a própria aldeia para chegar à universal. O que se tem feito de repressão a esse abuso da corrupção da vontade popular?

Sr. Presidente, citarei dois casos no Maranhão, na eleição municipal de 1996: em São Luís, um vereador falsificou carteira de identidade, uma série de coisas; só agora, dois anos depois, chegou-se ao final, e ele perdeu o mandato que tinha adquirido por meio dessa fraude. Nessa mesma eleição, no Município de Caxias, foram necessários dois anos para que fosse reconhecido pela Justiça Eleitoral que o candidato vencedor, que exerceu dois anos de mandato, não tinha direito a isso, porque havia recorrido também à corrupção eleitoral.

Então, Sr. Presidente não é perfeito — reconheço isso —, mas temos que nos arriscar em um rochedo, que é esse sobre o qual fico um pouco na dúvida, quando diz: deixe-se ao alvitre do juiz da localidade cassar o registro de determinado candidato que possa ser acusado dessa corrupção. No entanto, conforme o que está posto, devemos arriscar. Se, efetivamente, esse risco redundar em perigo maior, posteriormente deveremos corrigi-lo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. BELLO PARGA - Pois não, Senador.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - A lei cassa o mandato de um vereador que der de presente ao eleitor um par de botinas, mas não mexe em quem receber R\$10 milhões de um banco ou uma empreiteira.

O SR. BELLO PARGA - O problema são os dois, Senador Requião: o fato consumado da aprovação na Câmara e o que se vai consumir, o prazo fatal.

Portanto, concluindo, sou favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) - Com a palavra, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Confesso a V. Ex^a que o Senador Requião e o Senador Iris me tiraram um pouco o entusiasmo que tinha com esse projeto. Vinha acompanhando e, orientado por entidades autoras do projeto, de iniciativa popular, via com muito otimismo a sua aprovação. Uma das argumentações que me era apresentada é a de

que se tinha encontrado uma fórmula por meio da qual não aconteceria o que existe hoje. Quer dizer, comprovada uma tese de compra de voto ou coisa parecida, a questão seria julgada antes da eleição, o processo seria aberto antes da eleição. Isso era um fato. Em vez de se ir para o Código Civil, em vez de se entrar com uma ação ordinária, que sempre termina em nada, não, o processo teria um trâmite urgente antes da eleição.

Vejo, agora, no projeto — fui dar uma lida nele —, que, ou porque foi considerado inconstitucional ou muito difícil, a Câmara retirou esse item, que previa que o julgamento por qualquer fato envolvendo candidato seria antes da eleição, quer dizer, o candidato não concorreria. Esse item desapareceu. Então, vai-se cair na vala comum. Quer dizer, depois da eleição é depois da eleição.

Na minha opinião, o aspecto que parecia principal desapareceu. Portanto, não há muito a alterar, porque se vai cair na vala comum. Eu até estranhei, quando vi a Câmara aprovar por unanimidade, com tanta rapidez. Eu achei que o divino espírito santo tinha batido ali, que era uma coisa espetacular. Mas vi que ele não baixou direito. Ele baixou, mas aprovaram um projeto que não era aquilo que se imaginava. Realmente, seria um corte vertical e radical, se houvesse um trâmite rápido, de urgência urgentíssima, e pudéssemos cortar o mal antes da eleição.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Como está, é um tigre sem dente.

O SR. PEDRO SIMON - Sim. No entanto, depois da eleição, estou como o meu amigo Requião, vamos falar com toda a sinceridade: não temos nem como votar contra, Sr. Presidente. Formou-se, dentro da sociedade, uma unanimidade, com a manchete de que esse projeto vai combater a corrupção, e também não tenho como votar contra. Posso até achar — até porque não vejo que ele piore. Pode não melhorar, mas piorar não piora. Agora, penso, com toda sinceridade, que é um projeto que, passada a eleição, vamos ter de alterar profundamente, em termos de futuro.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Penso que é esse o compromisso, Senador.

O SR. PEDRO SIMON - Esse é o compromisso.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Aprovar este projeto e providenciar um projeto mais completo.

O SR. PEDRO SIMON - Exatamente. Um compromisso de, imediatamente depois, aprovar.

Há outra questão, como também diz o Senador Iris Rezende. Ficar só com uma parte... Claro que é sério e grave a botina, a bicicleta, a camisa, mas, vendo as prestações de conta, há candidato a Deputado que ganhou não sei quanto de dinheiro da empreiteira tal, não sei quanto do banco tal. Hoje é ao contrário do que era antigamente - isso é doloroso. O que acontecia anteriormente já era algo sério. O que era anteriormente? A lei determinava quanto um candidato a Deputado Federal podia gastar, assim como um candidato a Governador, um candidato a Presidente da República, um candidato a Deputado Estadual. Nessa última lei, liberou. Cada Partido coloca quanto quiser, o céu é o limite. Foi isso que se votou na última lei. Anteriormente, havia uma certa ética, porque se dizia o quanto. Não valia, era de mentira, ninguém cumpria, não tinha fiscalização, não tinha nada, mas havia uma lei.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Um fingimento, pelo menos.

O SR. PEDRO SIMON - É, mas tinha. Na última, não tinha nada. Não tinha nem diretriz nacional. O diretório estadual dizia: "Cada candidato a Deputado Federal pode gastar tanto, cada candidato a Deputado Estadual pode gastar tanto, cada candidato a Senador pode gastar tanto, cada candidato a Governador pode gastar tanto e cada candidato a Presidente da República pode gastar tanto." Houve um retrocesso enorme na eleição que passou, um retrocesso que vai vigorar nessa que está aí. Quanto um candidato a Prefeito pode gastar? Quanto um candidato a Vereador pode gastar? O céu é o limite. Agora, inclusive, vai ser cada Município que determinará o quanto. Na que passou, era o diretório estadual, porque era uma eleição estadual. O diretório nacional fixava o quanto o candidato a Presidente da República podia gastar e o diretório estadual fixava quanto os candidatos a Deputado Estadual, a Deputado Federal e a Senador podiam gastar. Agora, não; agora, o diretório municipal vai dizer quanto o candidato a Vereador e o candidato a Prefeito podem gastar.

Então, não vai ser na base de dar sapato ou não. É importante isso daí, não vamos tirar a importância do que está aí, mas, se não dá sapato e dá cheque para o cidadão, como é que fica?

Penso, Sr. Presidente, com toda a sinceridade, que estamos a caminho de buscar algo, que lamentavelmente Fernando Henrique Cardoso e as lideranças neste Congresso não quiseram aprovar, que é um projeto meu e do Senador Edison Lobão. Era um projeto em que fixávamos só haver dinheiro público na campanha. No momento em que fixarmos só dinheiro público na campanha, será a última gota em termos de moralização real da campanha.

Aí, por exemplo: Pedro Simon e Antônio Ermírio de Moraes são candidatos. Todo mundo sabe, em primeiro lugar, que Antônio Ermírio de Moraes é um homem sério, da maior seriedade e da maior dignidade; e todo mundo sabe que ele é milionário, que ele tem o dinheiro dele que ele pode gastar. Nesse projeto, ele não pode gastar nem o dele. É dele, não é de ninguém, mas nem o dele ele pode gastar, porque o modelo de dinheiro público de campanha é fixar que o cidadão pode gastar tanto e que o dinheiro é público. Então, são todos iguais perante a lei. Lamentavelmente, isso não foi aprovado para a eleição passada. O Governo e as lideranças não deixaram que o nosso projeto fosse aprovado. Para essa eleição, também não vai ser. Então, tenho medo, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Concede-me um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON - Pois não.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Antigamente, havia a necessidade obrigatória de todas as despesas, mesmo as dos candidatos da eleição proporcional, serem realizadas e contabilizadas pelo partido político. O candidato, em si, individualmente, não podia realizar despesas. Estava na lei, antes. Agora, o candidato, individualmente, pode assumir e realizar despesas.

O SR. PEDRO SIMON - Eu tinha me esquecido desse detalhe, que é da maior importância. É outra inovação que foi feita.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Quando as coisas passam pelo partido, há um crivo único de fiscalização.

O SR. PEDRO SIMON - O que o Senador José Fogaça está dizendo é muito importante. Quando o dinheiro para o candidato a deputado estadual ou federal passava pelo partido, diz o Senador José Fogaça com razão, o partido fazia uma fiscalização, porque um candidato do próprio partido controlava o outro. Havia essa fiscalização. Agora, não é mais assim.. Cada candidato tem o seu comitê, tem o seu dinheiro, gasta o seu dinheiro e não acontece nada. Olha, Sr. Presidente, não sei o que acontecerá nessa eleição. Com a reeleição para prefeito, eu não sei o que acontecerá.

Agora voto favorável a esse projeto. Mesmo que esteja longe, e aí acerto com o Senador Roberto Requião, o projeto é uma proposta belíssima, uma bela idéia, mas os nossos...

Em primeiro lugar, até vou fazer justiça. Fui olhar porque pensei que esse era um daqueles projetos que, após ter ficado na gaveta da Câmara por dois anos, foi mandado correndo, mas não foi o que aconteceu. Vou fazer justiça com a Câmara. A emenda popular entrou faz muito pouco tempo, entrou no dia 14 de agosto.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Entrou andando e saiu correndo.

O SR. PEDRO SIMON - Vamos fazer justiça. Não há culpa alguma. Não foi a Câmara que ficou com a emenda na gaveta, guardou e saiu com ela correndo. Não é verdade! Chegou na última hora, e a Câmara aprovou correndo, e é o que estamos fazendo aqui.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Entrou mal redigida e saiu pior porque incorporou o art. 26 que permite tudo.

O SR. PEDRO SIMON - Sim, mas afirmo que a Câmara não teve tempo para estudar. Não é que a Câmara tivesse ficado com o projeto na gaveta. Justiça seja feita à Câmara: ela votou correndo tentando acertar. Claro que essa emenda de que estou falando, é uma emenda que as Lideranças entenderam. Passar, entrar e, de repente, julgar antes da eleição era uma revolução, e para isso as Lideranças foram suficientemente competentes, até porque é complicado definir questões de jurisdição ou garantir que esse processo seja feito sem os direitos de defesa, e, com base nessa complexidade, a Câmara tirou.

Então voto como o meu amigo Roberto Requião. Também não posso votar diferente, porque se apresentar alguma emenda, morre

o assunto. Não temos nenhuma outra opção. Tem o mérito de votar, mas quero também assumir o compromisso de mudar o projeto e fazer as alterações, ainda que seja para a eleição presidencial que vem adiante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) - Para encerrar a discussão, com a palavra ao nobre Relator.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, serei muito breve. Só quero deixar bem claras as inovações do projeto, as mudanças que ele introduz.

Em primeiro lugar, o projeto, valendo-se do conceito de captação de sufrágio, que é justamente a compra do voto, explicita as hipóteses, as situações em que isso se dá, caracteriza o que é essa captação do sufrágio. Ressalva, tranquilizando aquela indagação inicial do Senador Roberto Requião, o disposto no art. 26 e seus incisos.

De que trata o art. 26 e seus incisos? O art. 26 estabelece justamente aquilo que é despesa de campanha, os brindes, a propaganda, a distribuição do material de campanha, que não estão dentro dessas hipóteses. Aqui está se referindo, e o Senador Roberto Requião falou na botina, a botina, o tijolo, o dinheiro, a telha, o que for. É isso que está justamente caracterizado aqui no art. 1º.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Relator, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - O projeto não prevê, por exemplo, a proibição de o candidato ou o partido político poder distribuir no dia da eleição camisas aos eleitores.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Não, Senador. Essa hipótese não está aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Ora, mas a camisa, pelo menos na nossa região, tem um grande simbolismo. Acima de tudo, a pessoa que usa uma camisa na nossa região é boca de urna comprada, voto comprado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - E o projeto espera isso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - As praças das nossas cidades se enchem de bocas de urnas com camisas dadas pelos candidatos, bonés, sob a capa de uma publicidade de um candidato ou de um partido. Na realidade, são eleitores comprados pelos partidos políticos ou pelos candidatos. E o projeto lamentavelmente permite a distribuição de camisas, que é, vamos dizer assim, a senha da compra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - E uma botina impressa com o nome do candidato ou do partido é brinde também, não é um chaveiro.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, eu queria concluir apenas para que todos nós tenhamos a compreensão exata do que o projeto inova, o que ele modifica. Quanto ao mérito, quem quiser vota a favor ou contra, emenda, faz o que bem entender, no arbítrio do livre exercício do seu mandato. A minha obrigação é dizer o que o projeto modifica. O projeto detalha o que constitui a captação do sufrágio, mantém o art. 26 e seus incisos, que é o material justamente de propaganda constante do art. 26 da Lei Eleitoral. Depois, o projeto mantém todo o procedimento previsto no art. 22 da Lei complementa nº 64.

De que trata o art. 22? O Senador Pedro Simon tem razão quando fala na questão da cassação antes que se dê a eleição. Diz o art. 22 que “qualquer partido político, coligação ou candidato o Ministério poderá apresentar à Justiça Eleitoral...” E segue-se todo o ritual, todos os procedimentos que visam a representação à Justiça Eleitoral e ao Corregedor-Geral. Portanto, não muda, não altera o art. 22. Ressalva, justamente, esses procedimentos previstos no art. 22.

A outra mudança está justamente no § 5º do art. 73 da Lei nº 9.504. Acrescenta os incisos I, II, III, IV e o VI, para justamente caracterizar as situações em que o candidato ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma. A alteração do Código Eleitoral é justamente para prever a hipótese do art. 41, **a**, da Lei nº 9.504 - Lei Eleitoral de setembro de 97. É isso que o projeto quer.

O projeto tem justamente esse mérito, o condão de procurar caracterizar bem a transação que há entre candidatos, partidos e eleitores com vistas à captação do sufrágio. As imperfeições existem.

O Senador Roberto Requião quer a Constituição de Capistrano de Abreu, o grande historiador cearense:

”Art. 1º - Todo brasileiro é obrigado a ter vergonha na cara.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.”

Porque não adianta. Os organismos de controle, as instituições estão aí. Há a Justiça Eleitoral, há o Ministério Público, há tudo isto. Se elas não funcionam, se há imperfeições humanas – a condição humana é imperfeita por si mesma, e as instituições, muitas vezes, também o são –, é impossível prever todas essas hipóteses na lei. Mas esse projeto, evidentemente, representa um avanço para se coibir isso, e essas transações dão-se inclusive valendo-se da condição econômica e da fragilidade de um grande contingente, de uma grande legião de eleitores, que são os pobres, os excluídos, aqueles que têm a sua cidadania comprometida no processo eleitoral em função da sua fragilidade econômica, da sua condição social.

Se o projeto explicita a captação do sufrágio, a compra do voto justamente nessa grande massa do eleitorado brasileiro que é pobre, humilde e excluída, ele tem mérito e contribui para reduzir a influência do poder econômico nas eleições.

Ouçó V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Senador Lúcio Alcântara, eu gostaria de dizer a V. Ex^a que respeito toda a argumentação e, também, de elogiar a iniciativa da CNBB. Mas caberia à Câmara dos Deputados, que tem um corpo técnico-legislativo da melhor qualidade, ter feito um projeto melhor, que atendesse às ponderações dos Srs. Parlamentares que falaram aqui, como o Senador Roberto Requião e o Senador Pedro Simon. Todos eles mostraram falhas gritantes nesse projeto. A falha não é da CNBB, a falha não é dos eleitores - dos mais de 1 milhão de eleitores - que acreditaram no processo legislativo. A falha, sim, é da Câmara dos Deputados, que não fez um projeto adequado, que pelo menos atendesse às expectativas de uma Casa que está recebendo um projeto defeituoso.

Meus parabéns, então, à CNBB e aos eleitores.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Nobre Senador, eu fui o Relator da última Lei Eleitoral e fiz uma jura comigo mesmo: nunca

mais, na minha vida, eu vou ser Relator de uma lei eleitoral. É impossível fazer uma lei que vede, que impeça, enfim, que estabeleça as condições ideais para a disputa de uma eleição. Eu não digo que essa lei não possa ser melhorada; ela pode ser melhorada.

Mas eu quero dizer que ouvi de colegas nossos todo o tipo de coisas. Eu dizia: “Bom, mas essa hipótese já está prevista, há o Tribunal de Justiça.” E ele: “Mas no meu Estado não adianta, lá não tem Tribunal.” O que eu posso fazer?

Se as instituições estão de tal modo apodrecidas que aqueles com quem devemos procurar o remédio legal já não o podem fornecer, não é colocando num papel que nós iremos conseguir. Proibiram forró, proibiram as coisas mais...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Eu fui o autor e não foi forró, foi inauguração com **shows** artísticos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Mas foi assim.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que, realmente, há muito ainda por se fazer, por caminharmos nessa direção. Mas o projeto, evidentemente, tem méritos e pode contribuir para a melhoria dos nossos costumes político-eleitorais, e vamos prosseguir nessa tarefa. O Senador Pedro Simon falou: “Olho lá e Fulano recebeu tanto de um banco, Beltrano recebeu tanto de uma empreiteira!”

Nobre Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem muito mais tempo e mais experiência do que eu em política, na vida pública, e sabe que, hoje, pelo menos, nós estamos sabendo que alguém recebeu. E se não tudo, uma boa parte do que recebeu. E antigamente, quando não se sabia de coisa alguma? Nós, então, estamos avançando, mas, sem dúvida, ainda há muita coisa por ser feita.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) - Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador Lúcio Alcântara, que opina pela aprovação do projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

SENADO FEDERAL
SESSÃO ORDINÁRIA DE 22/09/1999:

REQUERIMENTO Nº 551, DE 1999

Requeremos, nos termos do inciso II do art. 336 do regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1999 (nº 1.517/99, na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 e da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral.

Sala das sessões, em 22 de setembro de 1999.

- Jader Barbalho - Jose Roberto Arruda – Sérgio Machado - Hugo Napoleão - Marina Silva - Leomar Quintanilha – Roberto Requião – Ney Suassuna - Ademir Andrade - Pedro Simon - José Fogaça - Nabor Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Consulto os Srs. Líderes se aceitam colocá-lo na Ordem do Dia de amanhã, e não na de terça-feira, em virtude da urgência desses projetos sobre crimes eleitorais.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT - AC) – O Bloco está de acordo, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB - CE) – O PSDB está de acordo, Sr. Presidente.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL - PI) - O PFL concorda, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS) - O PMDB concorda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Pelo visto, os Líderes estão de acordo. Entrará na Ordem do Dia de

amanhã.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT- SP) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao Sr. Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, assim como eu, nem todos os Srs. Senadores puderam estar presentes no plenário na segunda-feira, quando o Senador Roberto Requião explicou inteira e satisfatoriamente os fatos divulgados na última edição da revista Veja. Dessa forma, recomendo a aqueles que como eu não puderam estar presentes que leiam o pronunciamento de S. Exa, pois ele desvenda inteiramente o episódio e coloca os termos claros em que S. Exa e sua esposa agiram. Gostaria, também, de expressar solidariedade ao Senador Roberto Requião diante do que foi divulgado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhaes) - A Presidência comunica ao Plenário que o projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1999, constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 551, de 1999, oportunidade em que poderão ser oferecidas emendas, até o encerramento da discussão.

SENADO FEDERAL
SESSÃO ORDINÁRIA DE 23/09/1999:

(...)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE. Pela ordem.) - Sr. Presidente, gostaria apenas de uma informação. O projeto da compra de votos será discutido hoje?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) - O projeto está na pauta da sessão de hoje e, com a permissão do Plenário, foi invertida a ordem de apreciação dos itens.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) - Assim sendo, aguardo a discussão desse projeto.

(PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, DE 1999 (Em regime de urgência - art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 551, de 1999).

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1999 (nº 1.517/99, na Casa de origem), que *altera dispositivos da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral* (tipifica a captação de sufrágio como crime eleitoral), tendo Parecer favorável, sob nº 651, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara. Sobre a mesa, emenda que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.)

(...)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) - Cópias da emenda foram distribuídas aos Srs. Senadores e se encontram sobre suas bancadas.

Tem a palavra o Relator, Senador Lúcio Alcântara, para emitir parecer sobre a emenda.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB - CE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de me manifestar diretamente sobre a emenda apresentada pelo Senador Antonio Carlos Valadares, cumpre-me fazer alguns esclarecimentos e observações sobre o projeto de lei ora em apreciação no plenário do Senado Federal, até para esclarecer alguns aspectos da proposição que julgo de grande importância e que, devido a sua tramitação acelerada no Senado, podem não ter sido corretamente percebidos pelos Srs. Senadores ou pela opinião pública.

Na verdade, esse projeto tem uma enorme importância sob o ponto de vista histórico e sob o ponto de vista da cidadania, na medida em que se trata de uma iniciativa popular, uma iniciativa da população brasileira, nos termos previstos pela Constituição de 1988. Os Constituintes de 1988 inseriram na Carta um dispositivo segundo o qual um milhão de eleitores, no mínimo um milhão, podem subscrever um projeto de lei e apresentá-lo para exame do Congresso Nacional.

Antes da promulgação da Constituição de 1988, essa era uma competência exclusiva e privativa dos Srs. Congressistas e dos Chefes dos Poderes Executivo e Judiciário, mas depois passou a ser também uma prerrogativa da população, desde que cumprido o número mínimo de eleitores. Já existe um projeto sobre habitação popular que foi apresentado ao Congresso Nacional com fundamento nesse dispositivo da Constituição - que, todavia, não prosperou - e, agora, estamos apreciando este projeto, já aprovado pela Câmara dos Deputados, de iniciativa popular, originado na inspiração de várias entidades, mas sob a coordenação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Portanto, a Igreja Católica do Brasil resolveu mobilizar a população para apresentar este projeto, que tem como objetivo estabelecer regras que reduzam, diminuam e impossibilitem a corrupção eleitoral.

Este é um fato da maior importância: é a primeira vez que o Senado Federal aprecia um projeto com essa origem, com esses antecedentes. E, se aprovado pelo Senado sem modificações, ou mesmo devolvido à Câmara com modificações que o Senado entenda fazer, e posteriormente submetido ao Presidente da República, que o

poderá transformar em lei, será a primeira lei que vamos ter no Brasil fruto de um projeto decorrente de iniciativa popular.

Muitos, por ocasião da elaboração daquela Constituição, viram na inserção desse dispositivo traços de demagogia. Alguns acharam até que estávamos - e digo nós porque fui autor de uma proposta nesse sentido e fui também constituinte - como que diminuindo a nossa competência, abrindo mão de uma prerrogativa nossa. Estávamos perdendo o monopólio, a exclusividade da representação. Ora, isso não é verdade, porque nós, de fato, temos a última palavra até porque somos representantes do povo. Então, por que o próprio povo, por um número expressivo, não pode formular diretamente os seus projetos, as suas aspirações com vistas à elaboração de uma lei?

Daí a grande mobilização na coleta dessas assinaturas e, hoje, essa grande expectativa sobre a aprovação do projeto.

Há alguns dias, Sr. Presidente, compareci à igreja para assistir a missa dominical e, antes que a missa começasse, vi uma senhora dirigir-se ao padre e indagar-lhe onde estava a lista de assinaturas para apresentação de um projeto contra os políticos. E o padre respondeu que já havia devolvido as listas, encaminhado-as para apresentação. Nesse diálogo, percebi claramente aquilo que todos já sabemos: o desprestígio dos políticos. Ela usou a expressão “lei contra os políticos”.

Logo que o projeto foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, um jornalista perguntou-me a que eu atribuí a rápida tramitação do projeto, pois ele ingressou na Câmara no dia 18 de agosto, salvo engano, onde tramitou com uma certa rapidez; e aqui no Senado tramita também com bastante celeridade. Disse-lhe que acreditava que se devia, primeiro, ao fato de se tratar de um projeto de iniciativa popular. Os Congressistas estão sendo sensíveis à iniciativa da população. Não é fácil arregimentar um milhão de assinaturas para apresentar um projeto de lei! Em segundo lugar, aos patrocinadores da iniciativa, ao prestígio da Igreja Católica e das outras entidades que a ela se uniram para mobilizar o eleitorado, ao prestígio da própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Em terceiro lugar, porque todos estamos convencidos de que há por parte

da população brasileira uma grande cobrança pela ética, pela moralidade, não só em relação aos políticos, aos governos, aos servidores públicos, por mais graduados que sejam, mas há uma cobrança pela ética, pela moralidade, por comportamentos austeros de todos em qualquer atividade que estejam exercendo, é claro, com muito mais rigor, em relação aos homens públicos, em relação aos políticos.

Portanto, é importante que se dê alguma resposta neste fim de século, neste fim de milênio, a um antigo problema, o da ética e da moral, principalmente quando nele estão envolvidos os agentes públicos.

O Sr. ARTUR DA TÁVOLA (Sem partido - RJ) - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB - CE) - Sr. Presidente, indago à Mesa se o Regimento permite aparte neste caso.

O Sr. ARTUR DA TÁVOLA (Sem partido - RJ) - É uma consulta ao relator, não é um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - A Mesa informa que, lamentavelmente, não pode haver apartes a pareceres, porque este parecer, inclusive, será publicado junto ao projeto. Mas o Senador Artur da Távola poderá falar no encaminhamento da votação.

O Sr. ARTUR DA TÁVOLA (Sem partido - RJ) - Era apenas uma consulta; não era um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Posteriormente, V. Ex^a falará pela ordem e poderá dar a sua opinião.

O Sr. ARTUR DA TÁVOLA - Perfeito. Se V. Ex^a me garante a palavra, está certo.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Então, Sr. Presidente, por tudo isso é que creio o projeto está tendo essa rapidez em sua tramitação, e acredito que será aprovado, pelo sentimento geral que tenho percebido no Senado.

Muitos indagam sobre o que se quer de fato com a apresentação do projeto. O projeto altera a Lei nº 9504, de setembro de 1997, e altera o Código Eleitoral, no sentido de acrescentar, basicamente, um artigo - o art. 41A - a essa lei eleitoral, a Lei nº 9504.

Esse artigo explicita, detalha o que é esse eufemismo chamado “captação de sufrágio”?

A captação sufrágio nada mais é do que aquilo que se conhece popularmente por compra de voto, a mercancia, o comércio de voto. Quer dizer, alguém que dá ao eleitor um bem, ou promete um bem, ou uma vantagem para obter o seu voto.

Todos sabemos, na periferia das grandes cidades, nas regiões mais pobres, o quanto há de oferta de bens: material de construção, tijolo, telhas, redes, cortes de fazenda e outros tantos que são dados muitas vezes para a obtenção do voto, em troca do voto. O projeto, quando acrescenta esse artigo 41-A à lei eleitoral, detalha, explicita o que é essa captação de sufrágio, quer dizer, a compra do voto, e diz que isso pode determinar a cassação do registro ou do mandato. Caracteriza bem essa condição e diz que pode decorrer daí a cassação do registro do candidato ou a cassação do seu mandato se ele já tiver sido eleito.

É colocada uma situação nova, que não é apenas um crime eleitoral, que, depois, inclusive, demanda um pedido de licença ao Supremo Tribunal Federal para que a Câmara dos Deputados ou o Senado dê licença para que o parlamentar eleito seja processado. No caso, haverá um rito político-administrativo no âmbito da Justiça Eleitoral, que é aquele determinado no art. 22, que o projeto não altera. Quer dizer, haverá então a mesma necessidade de representação à primeira instância da Justiça Eleitoral, ao Tribunal Regional. Nem poderia ser diferente, por uma razão: a Constituição refere-se à presunção de inocência e ao amplo direito de defesa. Sendo assim, não podemos fazer nada que cerceie o direito de defesa que cada um deve ter.

Por outro lado, o projeto também determina uma alteração no Código Eleitoral. No art. 222, inclui as hipóteses de perda do registro ou perda do mandato decorrente da chamada captação de sufrágio ou compra do voto.

Alguém poderia dizer - e com toda razão - que, na verdade, isso já faz parte da legislação eleitoral. Porém, se esse projeto vier a se transformar em lei, veremos que não estava tão explícito, tão caracterizado, tão detalhado, de forma a permitir que a Justiça

Eleitoral, comprovando a captação de sufrágio, pudesse determinar, em prazo curto, a perda do mandato ou a perda do registro eleitoral, ou seja, a cassação do registro ou do próprio mandato.

O projeto também altera o art. 73 da Lei nº 9.504, que é a Lei Eleitoral, para incluir essas hipóteses de cassação do registro e do diploma justamente em caso de captação do sufrágio.

Sr. Presidente, trata-se de um projeto que avança. Sempre se poderá argumentar com as suas imperfeições, que nunca serão da lei, porque são antes de tudo imperfeições humanas. Imperfeições daqueles que estão envolvidos num processo passional, de grande carga emotiva, que é o processo eleitoral.

Ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, eu disse que a minha experiência como Relator de uma lei eleitoral leva-me a não desejar repetir essa experiência nem a querer que um amigo a ela se submeta. A minha experiência leva-me a prever tantas hipóteses, tantas situações em que o processo pode ser desvirtuado, em que o processo pode ser contaminado pelo abuso do poder, pelo facciosismo e por outras tantas situações e condições humanas que é impossível prever o que resultará de todo o processo.

Eu dizia, repetindo as palavras de Capistrano de Abreu, uma grande figura brasileira, que a Constituição deveria ser reformada para ter somente dois artigos. O primeiro diria: “Todo brasileiro é obrigado a ter vergonha na cara”. E o segundo: “Revogam-se as disposições em contrário”.

Não é possível, sobretudo em se tratando de matéria eleitoral, preverem-se todas as hipóteses, inclusive a parcialidade da Justiça. O Senador Requião dizia: “Então, vou-me entregar nas mãos de uma Justiça corrupta, uma Justiça que não é digna desse nome?” E citava um determinado Estado, cujo nome não quero repetir porque a afirmação foi de S. Ex^a. Bom, temos que ter instâncias, instituições para julgar, para controlar. Mas vamos ter também, graças a esse projeto e à mobilização que o precedeu, o controle social.

Está presente um representante da CNBB que tem sido um apóstolo dessa causa, e faço questão de citar o seu nome para homenageá-lo: trata-se do Sr. Francisco Whitaker, que foi Vereador em São Paulo, mas desistiu da investidura do mandato popular para

trabalhar quase anonimamente por uma causa como essa. É mais homem público do que muitos que ainda hoje detêm um mandato. Tem legitimidade para fazer uma cruzada como essa. Disse-me ele que, se a lei for aprovada, o Tribunal Superior Eleitoral e a própria CNBB pretendem fazer cartilhas para serem distribuídas pelo País inteiro.

Há muitos Senadores que são contrários à reeleição ou que querem, pelo menos, a desincompatibilização dos prefeitos que desejam concorrer na próxima eleição. Se esse projeto for aprovado e transformado em lei, será um importante freio para coibir isso que acontece principalmente nas pequenas comunidades, nas comunidades pobres do interior, essa captação de sufrágio - que, volto a dizer, é um eufemismo, é uma forma elegante de se referir à “compra de votos”. O eleitorado vítima dessa condição é justamente o maior contingente: são os pobres, os excluídos, os incultos, aqueles que vivem em difícil condição econômica. Portanto, tornam-se presas fáceis para serem atraídos por um corte de fazenda, por um par de chinelas.

A lei tem esse mérito. Não vamos dizer que será perfeita, que abrangerá todas as hipóteses, como muitos gostariam, mas é um passo importante.

Lembro aqui as palavras do Padre Vieira quando falava sobre o sal da terra. Para combater a corrupção, ou o sal não salga, ou a terra não se deixa salgar. Pois bem, essa lei é sal que salga, e essa terra está-se deixando salgar porque está sendo apresentada por políticos. Melhor dizendo, apreciada e aprovada por políticos, muitas vezes injuriados, muitas vezes caluniados, muitas vezes injustamente acusados.

Temos aqui um instrumento importante para pôr cobro à corrupção e dar maior legitimidade e maior transparência ao processo eleitoral.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que há uma emenda do nobre Senador Antonio Carlos Valadares - e penso que S. Ex^a tem razão no mérito de sua emenda - que visa a cassar o registro ou o mandato daqueles que violarem o dispositivo que impede a chamada boca-de-urna; ou seja, a mobilização que se dá mediante propaganda

eleitoral ou distribuição de bens e valores no dia da realização das eleições.

Ficaremos - e não poderia ser diferente - na dependência das decisões da Justiça, por mais falha que seja. Temos que considerar que é possível, por exemplo, que alguém compre votos ou distribua bens em troca de votos simplesmente para causar problemas e dificuldades a um candidato que não é o seu. É possível que alguém saia por aí distribuindo bens e dizendo que está fazendo isso em nome de fulano de tal, justamente o candidato que ele deseja prejudicar. A Justiça terá de ter cuidado para apurar os fatos, obter as provas e tomar sua decisão. Por isso é preciso amplo direito de defesa. Não pode haver rito sumário em uma matéria como essa.

Da mesma forma, alguém pode organizar uma distribuição de bens e valores no dia da eleição para prejudicar determinado candidato, para fazer com que ele seja objeto de um processo que possa levar à perda do seu registro ou à cassação de seu mandato. A Justiça, evidentemente, vai ter de tomar todas as cautelas na apuração dos fatos, na conclusão do processo e na elaboração da sua sentença.

Para concluir, Sr. Presidente, apelei para que o nobre Senador Antonio Carlos Valadares retirasse a sua emenda e a transformasse em um projeto autônomo, que caminhará, é verdade, com os percalços e as dificuldades que caminham os projetos no Congresso Nacional. Isso ocorre por uma razão muito simples. Não vamos nos enganar e pensar que a unanimidade que está havendo em torno desse projeto signifique uma vontade sincera e um compromisso definitivo de todos os parlamentares com o projeto de lei que estamos votando. Alguns podem estar votando por se sentirem constrangidos. Não se podem insurgir, ser contrários a matéria dessa natureza. Mas, certamente, se surgir algum artifício de natureza regimental ou um obstáculo de natureza temporal que impeça a aprovação do projeto a tempo de permitir que a lei possa vigorar para as próximas eleições, isso poderá perfeitamente acontecer e teremos perdido o clima que se gerou e que está permitindo a tramitação rápida, acelerada do projeto e, possivelmente, a sua aprovação.

Portanto, fiz este apelo para o Senador Antonio Carlos Valadares porque, no mérito, a sua emenda tem, realmente,

sustentação jurídica e ética, mas temo que a sua aprovação possa resultar em que o projeto não venha a ser aprovado a tempo de vigorar para as próximas eleições.

Era isso, Sr. Presidente. Mais do que o parecer sobre a emenda, vou deixar aqui um apelo ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - O parecer de V. Ex^a é favorável?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB - CE) - Agora, V. Ex^a fez uma pergunta difícil, porque eu teria que ouvir o autor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Mas V. Ex^a tem que oferecer um parecer conclusivo.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB - CE) - Vou ser conclusivo, Sr. Presidente, mas pediria a V. Ex^a, se o Regimento não for contrário, que ouvíssemos o autor da emenda acerca do meu apelo para retirá-la. Se S. Ex^a o fizer, estou dispensado de emitir o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Como V. Ex^a já fez seu relatório, o que pode haver é, posteriormente, V. Ex^a dar uma nova opinião, em função do que ouviu.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB - CE) - Especificamente sobre a emenda. Somente sobre a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Sobre qualquer assunto. V. Ex^a, como Relator, pede a palavra.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB - CE) - Eu me resguardo, se houver alguma outra colocação, mas quero me pronunciar sobretudo sobre a emenda, porque espero que S. Ex^a ainda possa retirá-la.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares. V. Ex^a dispõe de 10 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todo e qualquer projeto que tenha como objetivo estancar ou coibir o uso da máquina, o abuso do poder econômico e a compra

de votos, naturalmente, tem o apoio de todos os políticos que fazem parte do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Tanto isso é verdade que o projeto ora em tramitação recebeu, unanimemente, opinião favorável dos Srs. Deputados Federais e quero crer que acontecerá o mesmo no âmbito do Senado. Inclusive, votarei favoravelmente ao projeto que estamos a discutir, logicamente usando da prerrogativa, do direito que tem o Senador de colocar em discussão uma questão que considero das mais importantes para a lisura do processo eleitoral, qual seja a admissão, de forma escancarada, escandalosa e fraudulenta, da arregimentação durante o pleito, das famosas bocas de urna. Essa é a expressão para a compra clandestina de voto, principalmente nas regiões menos favorecidas e nas periferias das grandes cidades, onde a pobreza leva as pessoas a trocar o seu voto por dinheiro, por vantagens ou por empregos, nem que depois haja um arrependimento total da sua posição eleitoral naquele dia.

Na verdade, Sr. Presidente, apresentei a emenda sem o objetivo de procrastinar o andamento normal de uma outra, de um projeto que obteve a assinatura de mais de um milhão de brasileiros. No entanto, depois de passar pela Câmara dos Deputados, a quem cabia fazer uma proposta mais abrangente, com o corpo técnico da melhor competência que tem, o projeto aqui chegou incompleto, com muitas lacunas, com muitas dúvidas, inclusive entrando em choque com leis já existentes no País, como a própria Lei Complementar nº 64/90, que trata das inelegibilidades. Seus artigos 19 e seguintes estabelecem a possibilidade de, por meio do Corregedor-Geral ou dos representantes da Justiça Eleitoral nos Municípios, fazer-se uma representação. Julgada procedente a representação, a Justiça punirá o responsável pelo abuso do poder econômico, pelo uso da máquina de forma escancarada, como estabelece a própria legislação, com a perda do mandato e decretando, portanto, a inelegibilidade do uso indevido do poder econômico.

No entanto, nem por isso deixarei de votar favoravelmente à proposição da CNBB, aprovada por mais de um milhão de brasileiros. As falhas, como disse o nobre Relator, resultam da natureza humana, que procura corrigi-las na medida do possível. E o meu dever, como Senador, como legislador, é o de apresentar uma proposta para que,

pelo menos, esse assunto escandaloso da boca de urna, no momento em que se discute a compra de votos, venha a ser discutido profundamente. Derrubem a emenda de Antonio Carlos Valadares, mas vamos discutir o problema da boca de urna.

A emenda tem a seguinte redação:

Art. - Ficará sujeito à mesma pena prevista no **caput** do art. 90-A desta Lei (ou 41-A, existe uma divergência sobre este número), e à cassação do registro e do diploma, todo aquele que, no dia da eleição, arregimentar bocas de urna para o trabalho de propaganda em favor de candidatos, de partidos políticos ou de coligações, ainda que a título gratuito.

§ 1º - Excetuando-se os candidatos, delegados e fiscais de partidos ou coligações, é proibido ao eleitor, no dia do pleito, usar camisetas, bonés, botons ou qualquer outro material de propaganda;

§ 2º - Aos delegados e fiscais partidários, nos trabalhos de votação, só é permitido nas vestes utilizadas o nome ou a sigla do partido ou a coligação a que sirvam.

Sr. Presidente, em determinado instante da justificação, dizemos:

No entanto, para que tal liberdade de expressão seja praticada de forma cristalina e limpa, em consonância com os princípios éticos que devem reger o processo político, pensamos necessária uma disciplina, emanada da lei, no sentido de coibir qualquer abuso, sempre nocivo ao exercício da democracia. Esse abuso, infelizmente, tem-se verificado a cada pleito, mediante o uso de um artifício que na prática representa um grande instrumento para a compra de votos em massa: a chamada boca de urna.

A boca de urna é a artimanha mais utilizada pelos candidatos, principalmente os de maior poder aquisitivo, para disfarçar a efetiva e vergonhosa compra de votos, sob a capa de propaganda voluntária de eleitores em favor de candidatos a cargos eletivos.

O Sr. AGNELO ALVES (PMDB - RN) - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) - Daqui a instantes concederei o aparte a V. Ex^a, com muito prazer.

Continuando:

Para participar de uma arregimentação de boca de urna, basta que o candidato ou o partido político ofereça ao eleitor um **kit** contendo camisetas, bonés, etc, para identificação do “trabalho” e posterior recebimento em dinheiro, sob promessa de voto certo no candidato que fez a doação do material.

A senha para o pagamento é o material de propaganda.

Tal prática, aparentemente sem maldade, na verdade acaba por acarretar a realização de um pleito em condições de desigualdade, fraudulento, contribuindo para burlar o resultado da eleição através de uma compra de votos escancarada, em prejuízo dos candidatos menos afortunados.

Por tais razões, decidimos apresentar esta emenda ao Projeto de Lei nº 45, acrescentando dispositivos que atacam de frente um dos maiores escândalos dos pleitos eleitorais, até o presente momento cometidos sem qualquer providência eficaz.

Sr. Presidente, é uma pena, pois sempre que uma proposta chega nesta Casa exige-se que, a “toque de caixa” e a “repique de sino”, os Senadores votem para o projeto não retornar à Câmara. Ou seja, o Senado Federal, a cada dia, perde a sua competência como órgão revisor do processo legislativo brasileiro, uma vez que cedemos à Câmara esse poder que nos pertence.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a meu ver, se houvesse vontade das Lideranças políticas em favor da proibição da compra de votos, terça-feira, no mais tardar, este Projeto de Lei do Bispo estaria aprovado. Não tenho a menor dúvida! Houve ocasiões em que fatos semelhantes a este que relatamos ocorreram. Por exemplo, quando a legislação eleitoral precisava urgentemente ser aprovada; o Senado fez as alterações necessárias e, de acordo com as Lideranças partidárias, o projeto de lei voltou à Câmara, e, havendo uma combinação, o projeto de lei foi aprovado a tempo e levado ao Presidente da República para sancioná-lo. Pode acontecer a mesma coisa se as Lideranças partidárias se dispuserem a isso. Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se não se dispuserem e se V. Ex^{as} descobrirem que não há vontade das Lideranças de coibirem a boca-de-urna, derrubem a Emenda do Senador Antonio Carlos Valadares!

Sr. Presidente, indago se há tempo para conceder um aparte ao Senador Agnelo Alves?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - O tempo está esgotado. Existem outros oradores inscritos e a sessão pode até ser suspensa na fase de discussão para voltarmos, posteriormente, a uma sessão do Congresso.

Lamento não poder atender a V. Ex^a

Com a palavra ao Senador Francelino Pereira.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Sem Partido - RJ) - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - V. Ex^a está inscrito para discutir, mas, infelizmente, é o sétimo da lista. Agora, se algum Colega permutar, V. Ex^a...

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Sem Partido - RJ) - Tudo bem! Eu havia entendido mal a menção da Mesa. Desculpe-me V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS) - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - V. Ex^a não está inscrito. Quer se inscrever? (Pausa)

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL - MG. Para discutir a matéria. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o debate deste projeto constitui-se em um momento rico na atividade Parlamentar do Senado da República.

Já não é mais possível tolerar a corrupção e a enganação no processo eleitoral.

É intolerável que, no limiar de um novo milênio, as práticas políticas neste País sejam manchadas por comportamentos que violam os mais elementares princípios de honradez .

Obter votos distribuindo favores transforma o efetivo exercício do poder pelos cidadãos em um negócio de balcão.

O projeto que estamos discutindo é de extrema importância para o esforço de moralização dos pleitos eleitorais.

Representa um passo significativo no sentido de punir exemplarmente, com a cassação do registro ou do diploma, os candidatos que oferecerem qualquer vantagem pessoal em troca do voto do eleitor.

Mas o significado deste projeto remonta à sua própria origem: trata-se de uma iniciativa popular, sustentada por mais de um milhão de eleitores.

A idéia partiu da CNBB, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que contou com o apoio de entidades não menos representativas como a ABI, a OAB, a Federação dos Jornalistas e o Pensamento Nacional das Bases Empresariais.

Outro fato singular a destacar, Sr. Presidente, é a rapidez com que o Congresso respondeu a esse verdadeiro clamor popular em defesa da verdade eleitoral.

Assinado por 60 Deputados, o projeto deu entrada na Câmara no dia 14 do mês passado. Duas semanas depois era aprovado e remetido ao Senado, onde a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o acolheu e hoje o estamos votando em Plenário.

Tudo isso para permitir que, sancionado pelo Senhor Presidente da República até meados da próxima semana, possa efetivamente ser aplicado já nas próximas eleições municipais de outubro do ano 2.000.

Algumas vozes se levantaram para reclamar da superficialidade do projeto, outras temem que, tentando com a Justiça Eleitoral, como exige o procedimento democrático, a adoção das providências punitivas sejam reduzidas as chances de punir os maus candidatos.

No entanto, Sr. Presidente, este projeto, que amanhã certamente será lei, valerá mais pelo seu conteúdo simbólico de representar uma irada reação de mais de um milhão de eleitores brasileiros contra a corrupção no processo eleitoral. Ele tem uma peculiaridade que empresta especial significação: permitirá que o processo de apuração e punição do infrator do Código Eleitoral seja sumário e eficaz.

O candidato fica proibido de doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, com o fim de obter o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública. Essa proibição valerá desde o registro da candidatura até o dia da eleição, ficando o infrator sujeito a pena de multa de até 50 mil Ufirs e cassação do registro ou do diploma.

Ora, a cassação do registro ou do diploma pressupõe que a punição ocorrerá em tempo recorde, até mesmo antes que o acusado assuma efetivamente o mandato adquirido fraudulentamente.

Evitar-se-á, com isso, os demorados processos investigatórios que, muitas vezes, demandam anos, resultando, na prática, na absolvição do acusado, até por prescrição do crime.

E os juízes, Sr. Presidente, certamente entenderão o claro recado dado pelo Congresso e por essa massa de um milhão de eleitores que patrocinaram o projeto.

Até os menos avisados pensaram duas vezes antes de tolerar ou omitir-se diante da corrupção.

É verdade que nessa operação há sempre um corruptor e um corrupto.

Porém, nessa relação, forçoso é reconhecer que o corrupto é o elo mais frágil.

Muitos eleitores, às voltas com carências cruciais, associadas à própria sobrevivência, são tentados a trocar o seu voto por alguns quilos de alimentos, o pagamento de uma conta atrasada, algum dinheiro para comprar remédio urgente.

Sim, Sr. Presidente, são os mais pobres e os mais desassistidos as vítimas preferidas dos candidatos inescrupulosos e endinheirados.

Eleitos, certamente nada farão para minorar a situação de abandono e de pobreza a que estão relegados os eleitores que trocaram seus votos por migalhas.

Os pobres precisam continuar cada vez mais pobres para que possam, no pleito seguinte, submeterem-se, novamente, à ofensiva dos fraudadores da vontade popular.

Portanto, se tais candidatos continuarem com seus mandatos adquiridos fraudulentamente, com toda certeza nada farão em favor da eliminação da pobreza.

Sr. Presidente, entendo, assim como muitos de meus Colegas, que a punição, por mais grave que seja, jamais será suficiente para eliminar a corrupção eleitoral.

Trata-se de uma questão cultural, que está enraizada na gênese da nossa formação política, e tem na pobreza, na miséria e no subdesenvolvimento a sua forte base de apoio.

Medida das mais salutares, acolhida pela Comissão Especial da Reforma Política, que, em sua fase final, tive a honra de presidir, é o financiamento público das campanhas eleitorais. Existe um projeto nesse sentido tramitando nesta Casa. Trata-se da proibição, pura e simples, de qualquer candidato, com ou sem dinheiro, de gastar um centavo sequer de seus próprios recursos em sua própria campanha eleitoral.

Naturalmente, o financiamento público das campanhas eleitorais pressupõe a existência de uma rigorosa e exemplar legislação punitiva. Não serão poucos os que, sem apoio popular, tentarão burlar a lei e insistir na compra de votos como forma de obter um mandato popular por via fraudulenta.

Entendo que a moralização é um processo lento, mas acredito também que ele será inexorável, e sua marcha em muito dependerá de iniciativas como essa que estamos aprovando agora.

Sr. Presidente, essa é uma decisão que, partindo do povo, da base popular, há de ter um respaldo inclusive do ponto de vista programático e psicológico na conduta dos eleitores e dos próprios candidatos às eleições de todos os tempos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra a Senadora Heloisa Helena.

A SR^a HELOISA HELENA (Bloco/PT - AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero manifestar a imensa satisfação que sinto por estarmos apreciando o primeiro projeto de iniciativa popular. Sem dúvida, todos nós que defendemos uma sociedade justa, igualitária, fraterna e solidária, que defendemos, a cada momento, o aprimoramento das instituições, a participação popular, de uma forma geral, das mulheres e dos homens de bem e de paz deste País, a participação direta nas instâncias de decisão política e nas instâncias de poder, ficamos profundamente felizes com esse belíssimo movimento, realizado nacionalmente pela CNBB e por várias

entidades da sociedade civil, para aprimorar a legislação eleitoral e garantir a ética na política. Queríamos nós que não fosse necessária uma legislação. Queríamos nós dizer aquela velha e bela frase de Dom Pedro Casaldáliga: “Ética na política é vergonha na cara e amor no coração”. Queríamos nós não precisar de uma legislação para garantir a dignidade e o respeito à cidadania das pessoas que almejam disputar um espaço de poder e nas instâncias de decisão política.

Mas não posso deixar de fazer referência a algumas questões do projeto. É de fundamental importância que façamos algumas observações para que o Senado, como Casa Legislativa, possa um dia aprimorar a legislação eleitoral, com o objetivo de coibir o abuso do poder econômico no processo eleitoral, que, infelizmente, por mais bela e nobre que seja a intenção do projeto, não será efetivamente coibido. Por quê? Porque permanecem inalteradas algumas ações abomináveis e absolutamente desrespeitosas para com o cidadão comum, do ponto de vista da compra de voto.

O projeto ainda considera lícito o pagamento de despesas com transporte ou deslocamento de pessoal a serviço de candidaturas. Sabemos o que isso significa. Especialmente nós, do Nordeste, vemos os coronéis arrastando milhares de trabalhadores rurais e pessoas pobres da periferia das cidades. Esses coronéis e políticos se apropriam da dor, da fome e da miséria do povo e trocam o voto por um prato de comida. Esse tipo de transporte ainda é considerado lícito, assim como o pagamento de cachês a artistas ou animadores de eventos relacionados à campanha eleitoral. E sabemos como o poder econômico pode realizar gigantescos comícios e mobilizações pagando cachês a determinados artistas. Mas isso, infelizmente, não configura crime eleitoral, bem como a confecção de camisetas, chaveiros e outros brindes de campanha. De repente, dar um sapato a alguém, pode caracterizar crime eleitoral. No entanto, dar um sapato a alguém com o nome do candidato, como brinde de campanha, não será crime eleitoral. Imaginem a ambigüidade que isso representará.

Portanto, voto favoravelmente ao projeto. Compartilho o sentimento do Senador Antonio Carlos Valadares. Espero que possamos aperfeiçoar esse projeto aqui nesta Casa para podermos dizer à sociedade que estamos aprovando algo que vai coibir a

corrupção eleitoral e o abuso do poder econômico. Temos a obrigação de dizer à sociedade que esse projeto ainda não está aprovado. Temos a obrigação de dizer à sociedade que esse foi apenas um passo — um passo de generosidade, de firmeza, de coragem e de solidariedade aos oprimidos e aos marginalizados —, que foi dado pela CNBB e por mais de um milhão de pessoas que assinaram esse projeto. Temos a obrigação de dizer também à sociedade que, infelizmente, o projeto ainda não coíbe o abuso do poder econômico.

Exatamente por isso devemos aprová-lo, não criando obstáculos formais e regimentais que impeçam a sua aprovação. Devemos aprová-lo, mas temos a obrigação de dizer à sociedade que o projeto não coíbe o poder econômico. E isso exigirá de nós, da sociedade civil organizada, dos cristãos deste País, das forças políticas da sociedade, um embate muito maior a cada processo eleitoral para mudar o que ainda não está caracterizado como crime eleitoral, como a questão dos brindes, que é gravíssima. Por exemplo, dar uma dentadura ou um sapato, dizendo que é brinde. É o mesmo que comprar a dignidade de milhares de pessoas dizendo que é brinde, e isso continua não sendo caracterizado como crime eleitoral.

O meu voto, portanto, é favorável ao projeto. Espero que ele seja aprovado, sem obstáculos do ponto de vista regimental. Reafirmo que compartilho as preocupações do Senador Antonio Carlos Valadares. Mas devemos estabelecer o primeiro passo, firme e decidido. Reitero que temos a obrigação, perante a sociedade, de aprimorar a legislação para combater a corrupção eleitoral; coibir, combater e enquadrar como crime eleitoral ações, como, por exemplo, a distribuição de brindes; cassar registro de candidaturas, e cassar parlamentares que usam o poder econômico para comprar a dignidade de milhares de pessoas do nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT - AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero apenas dar um breve testemunho a favor desse projeto, que representa uma dimensão enorme para este País, que fortalece e consolida, com

um mérito fantástico, uma democracia com ética verdadeira e plena, e da realidade que se vive nos pequenos Estados do Brasil. É muito difícil fazer política no Estado do Acre, na Região Amazônica, onde se enfrenta uma estrutura de poder organizado que já está fincada há algumas décadas naquela região.

É muito difícil conseguirmos realizar uma eleição com o peito aberto, com a coragem afirmada de enfrentar milhões. A frase célebre que se ouve na Região Norte do Brasil é que o dia-a-dia de um processo eleitoral é o tostão contra o milhão. Confesso que é profundamente difícil ter coragem para enfrentar isso. Em algumas eleições, nós, da Região Norte, testemunhamos, no dia da eleição, o sorriso largo, a arrogância de alguns setores da elite que dominam politicamente aquela região, dizendo: “— É no dia da eleição que a ganhamos; é no dia da eleição que agimos e que a levamos do jeito e da maneira que queremos”.

Esse projeto de lei apresenta uma recuperação da dignidade da vida pública e da vida política. Creio que será um basta àquela imagem de que política é uma coisa suja. Esse projeto fortalece muito a democracia. Só lamento que ele não tenha a abrangência de intenção que propõe o nobre Senador Carlos Valadares, que daria uma decisão completa ao fortalecimento de fazer deste projeto o maior escudo da democracia que já pudemos testemunhar nas últimas décadas neste País. Fico muito feliz com a iniciativa da CNBB, com a luta de mais de um milhão de brasileiros, e espero que esse exemplo possa ter continuidade, que muitos projetos de lei de iniciativa popular cheguem ao Senado Federal, a fim de que esta Casa externe a sensibilidade que teve agora, de acolher este projeto de lei, sabendo que ele fortalece a democracia no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra, por permuta com o Senador Paulo Hartung, o Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Sem Partido - RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este é um dos projetos difíceis de votação nesta Casa, porque, embora sendo um projeto aparentemente simples, sem grandes

complexidades, ele toca no centro do problema eleitoral brasileiro, e o faz com as melhores intenções, razão pela qual votarei favoravelmente. Porém, temo que a qualidade das suas intenções não seja compatível com a eficácia do projeto na prática e até, de certa forma, com o risco corrido por certas leis de, em alguns casos, obterem um resultado contrário ao pretendido.

Uma parte dessas observações, a Senadora Heloísa Helena já as fez com brilho, com precisão, praticamente tornando desnecessárias as minhas palavras; a outra parte precisa ser meditada por nós. Ela não tem a ver, diretamente, com o político e o processo eleitoral. Não há aí dois pólos; há aí três: existem o político, o candidato, a lei eleitoral e o eleitor.

Todos aqui já estão cansados de ver o quanto medra, em todo o País, sobretudo em estratos de baixa politização, a idéia de que o político existe para fazer favor, ele só existe para prestar favor. E até é curioso - acredito que na biografia de todos isso seja claro -, grande parte das pessoas que vivem a falar mal dos políticos em geral os procura para tratar de assuntos pessoais. Verdade que ocorre a todos nós: quando alguém tem um problema, a idéia é procurar o político para resolver, o que nos transforma em espécie de despachantes de luxo e cria evidentemente um tipo de político ajustado a essa prática, porque ela é eficaz. Numa campanha eleitoral, isso se dá então de maneira a mais ampla e terrível possível. Quantas vezes, ao se chegar num determinado reduto eleitoral, ali está uma fila, um verdadeiro pátio dos milagres, a exigir dos políticos solução, naquele instante, para o problema pessoal de cada um.

Lembrávamos, em conversa aqui paralela, com a Senadora Heloísa Helena, que colocou, com muita clareza, com muita verdade, o caso, por exemplo, de alguém que chegue numa comunidade, numa eleição e ali seja procurado por uma mãe, com a filha enferma, a precisar, naquele momento, de um atendimento. Isso acontece! E se a criança estiver morrendo? Dizia a Senadora muito bem:

- Bom, eu a indico para um hospital público.

E ela acrescentou:

- Mas se o hospital público não tiver o remédio, eu darei o remédio correndo o risco de ser acusada de estar a fazer uma fraude de natureza eleitoral.

É lógico que essa é uma argumentação que se passa na linha da boa-fé, de pessoas que não fazem dessa prática a sua ação política. Mas, sem dúvida, tais fatos ocorrem concretamente.

Há uma passagem do texto em que ele fala que “ressalvado o art. 26, bens de qualquer natureza”. Ora, na ressalva do art. 26, o poder econômico - a Senadora acentuou - estará presente na medida em que ele possa fazer os **shows**, os comícios, etc. Portanto, a ressalva não ressalva; a ressalva ajuda a que o poder econômico abata-se no momento de uma campanha eleitoral, abata-se sobre o processo, esteja presente no processo, contrariando a própria disposição do projeto em questão.

Simulo uma outra questão muito comum no ódio que se estabelece, ou na raiva, ou na disputa, ou no conflito, ou na conflagração que se disputa, em um terreno eleitoral. Como a lei proposta não tem consigo uma proposição de procedimento, não há nenhuma proposta de processo, ela simplesmente entrega ao juiz a decisão num caso. Suponhamos atendê-la em plenitude. O que ocorrerá quando um candidato pagar a alguém - e isso acontece - para denunciar o outro como se estivesse a usar dinheiro e outros recursos para obter voto? Como fica? Quem decide, o juiz? Quem poderá adivinhar e saber que o acusador, também ele, recebeu dinheiro para acusar?

Portanto, o que quero dizer, apenas com esses poucos exemplos, mas que todos nós devemos tê-los vivenciado na campanha, é que estamos buscando uma lei de alta qualidade para um processo eleitoral, político e de representação que é em si profundamente viciado, por razões e por causas que não estão abarcadas na lei. Ali entra todo o atraso ancestral brasileiro; ali entra toda a consequência da concentração de rendas; ali entram os anos e anos e anos nos quais as elites políticas brasileiras não fizeram por onde educar a população; ali entra a despolitização profunda do nosso País; ali entra a presença de pessoas que buscam na política apenas a luta pelo poder e o enriquecimento pessoal. Enfim, todo o lado negativo, todo o lado

enfermiço da representação política no Brasil, no momento da eleição, aparece; não creio, sinceramente, que será com uma lei tão bem intencionada como essa que iremos eliminar esses vícios da política.

É lógico, temos o dever de votar leis que constituam princípios de ação. E é por isso que votarei a favor, e é por isso talvez que os Srs. Senadores e as Srs. Senadoras estão a votar a favor, leis que representem princípios de ação, princípios morais.

Recordo-me de que, no tempo da Constituinte, fiz uma emenda que - aliás está no texto da Constituinte - à época foi combatida, mas conseguimos ganhá-la. Ela está lá na Constituição brasileira e dizia o seguinte: aos pais cabem a educação, a guarda e o cuidado com os filhos, da mesma forma que cabem aos filhos o cuidado e a guarda dos pais na idade adulta ou na enfermidade. Esse é um princípio da Constituição chinesa que eu adaptei. Eu era o relator dessa matéria e ela passou. Ali se tem um propósito de ação. Nunca houve uma lei para regular. É um propósito. A lei pode ter propósitos éticos, deve ter propósitos éticos. Porém, eu tenho a impressão de que se nós tivéssemos a oportunidade de laborar mais sobre este projeto, não se faria apenas uma lei com excelentes propósitos éticos e sim uma lei com alguma eficácia na prática concreta dessa eleição.

Estamos numa posição difícil. Este é um projeto que vem da sociedade. É importante para a Casa acolher projetos que venham da sociedade, admitir que a democracia participativa crescentemente se ombreie à democracia representativa. É um projeto de boas intenções, tem um propósito moralizador, ainda ao qual se acrescenta a emenda do Senador Valadares. Ao mesmo tempo, estou com a sensação - acredito que muitos nesta Casa - de que nada obstante à sua qualidade a sua eficácia é relativa, até porque, como está aqui dito, ela pode se voltar contra exatamente quem esteja a cumprir a lei. Basta que uma acusação desonesta, obtida por corrupção, obtida por interesses políticos, macule enormemente o processo eleitoral apenas porque vai ficar muito mais fácil, pelo texto da lei, caracterizar o que seja doação de bens.

A velha camiseta com o nome do candidato é ou não a doação de um bem? É. Estamos cansados de ver nas eleições, quando chegamos aos lugares, as pessoas cercarem o político, e nenhuma

outra reivindicação senão: “A minha camiseta!”. É evidente que ele vai levar a camiseta, porque precisa dela. O político vai dar a camiseta e não vai ter o voto, porque ninguém vota em quem dá camiseta e muito menos em quem dá camisa de jogo de futebol – que é uma das ilusões maiores que existem na classe política, e é o momento em que os clubes de várzea se aproveitam para reformar os seus uniformes, no que até fazem muito bem.

Por isso, Sr. Presidente, a meu juízo, devemos apoiar a matéria e, se for oportuno, estudá-la melhor, aprimorá-la em um outro diploma legal que não esse, porque está repleto de boas intenções, mas tenho dúvidas muito sérias a respeito da sua eficácia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Senado Federal está examinando a primeira iniciativa popular que foi objeto de votação pela Câmara dos Deputados e que chega ao Senado. É a primeira que chega ao Senado, porque, na verdade, em 1993, houve outra iniciativa popular, uma proposta de projeto de lei referente à habitação popular que a Central de Movimentos Populares e os movimentos de moradia em todo o País encaminharam à Câmara dos Deputados. Não foi apreciada por aquela Casa e, portanto, não chegou ao Senado.

Esta iniciativa da CNBB, de grande relevância, contou com o apoio de inúmeras entidades populares, inclusive todas as centrais sindicais, além do grande empenho pessoal do ex-Vereador Chico Whitaker, que se encontra aqui presente e que foi meu colega na Câmara Municipal de São Paulo. Naquela ocasião, pude observar a sua preocupação com o modo como conseguimos eleger pessoas que, de forma alguma, poderiam ser eleitas pela distribuição de bens e benesses de maneira pessoal aos potenciais eleitores.

Gostaria de cumprimentar, nesta oportunidade, o ex-Vereador Chico Whitaker, que, assessorando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, tem mostrado uma extraordinária dedicação a essa causa. A

tramitação rápida do projeto deve-se, em grande parte, ao empenho pessoal que ele tem demonstrado.

Certamente, na medida em que esse projeto proíbe os candidatos de doarem qualquer tipo de benefício pessoal, seja material de construção, seja pagamento de aluguel, pagamento de contas, ou benefício em dinheiro, em espécie, cesta básica para conseguir o seu voto, isso representa um passo muito significativo para o aperfeiçoamento do processo de democratização.

O Sr. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PSB - RJ) - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) - Com muita honra, Senador Roberto Saturnino.

O Sr. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PSB - RJ) - Senador Eduardo Suplicy, este aparte até servirá para eu pedir ao Presidente o cancelamento da minha inscrição. Este projeto me traz muitas dúvidas, porque fala explicitamente em benefício pessoal. Por exemplo, o candidato que chega a uma comunidade e promete colocar manilhas, uma capinha de asfalto, distribuir benesses, ou implantar um ambulatório - nos seis meses da campanha ele, por sua conta, doa um posto médico à comunidade -, isso será considerado? E o candidato que promove **show** com artistas pagos para a comunidade, isso é vantagem pessoal? Há muitas dúvidas. Esse projeto demandaria mais tempo para sua discussão. Essas coisas não estão explicitadas no projeto, assim como na emenda do Senador Antonio Carlos Valadares. A coisa mais praticada hoje por candidatos ricos é contratar pessoas a tanto por dia para fazerem a boca de urna. Essas coisas não estão explicitadas, e receio que esse projeto venha — claro que vamos votar a favor — a criar uma ilusão em todos os seus subscritores de que a corrupção vai ser extinta e, na verdade, acho que ficaram muitas brechas abertas nessa proposição.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) - Prezado Senador Roberto Saturnino, acho que a ponderação de V. Ex^a faz com que venhamos a ter maior cuidado e prudência, mas também a própria Justiça Eleitoral estará procurando dirimir o que seria contrário ao espírito desse projeto e aquilo que realmente não pode acontecer.

Aqui se diz com clareza:

“Constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição...”.

Ora, o que se está obviamente aqui dizendo é que não poderá um candidato, por exemplo, chegar a uma comunidade e prometer pelo voto recebido a concessão de benefícios de natureza pessoal, ou pagamento de contas, ou distribuição de recursos monetários, ou algo que possa efetivamente confundir o que são proposições de interesse público, que representem a melhoria de bem-estar da comunidade, com vantagens simplesmente pessoais para aqueles eleitores especificamente. Busca-se com isso impedir seja totalmente frustrado o objetivo de termos uma escolha democrática de pessoas que representem o povo no Congresso Nacional, nas câmaras municipais, nas assembleias legislativas, ou mesmo de prefeitos, governadores e presidente da república. Os representantes do povo devem estar preocupados com a melhoria do bem-estar, a busca de justiça, a melhoria do bem comum de toda a comunidade, de toda a sociedade, e não apenas com a concessão de vantagens pessoais a potenciais eleitores.

O Sr. AGNELO ALVES (PMDB - RN) - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT - SP) - Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. AGNELO ALVES (PMDB - RN) - Senador Eduardo Supply, estou com a sensação de que esse projeto deve ser aprovado em homenagem a seus subscritores. É a primeira vez que o Congresso recebe e vota uma iniciativa popular. A partir daí, surgirão vários problemas, inclusive o uso e abuso do poder econômico. Como? Quem vai contratar e pagar os advogados? Será necessária uma enorme quantidade de advogados para cuidar, de um lado e de outro, das ações e denúncias que irão ocorrer em razão da maneira como a lei trata os problemas: o que é permitido, o que não é, o que pode ser por debaixo do pano, o que pode ser acima do pano, e assim por diante. A meu ver, a grande contribuição para a lisura dos pleitos e da política

seria a reforma eleitoral e política, que, infelizmente, não foi votada aqui nesta Casa e nem na Câmara dos Deputados. Realmente, é lamentável, pois escoimaria, e muito, o processo político-eleitoral de vícios. Há omissão hoje e, na próxima eleição, isso já não será mais possível.

Vamos votar esta matéria hoje somente em homenagem à iniciativa da CNBB e aos milhões de brasileiros que subscreveram o projeto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) - Certamente, Senador Agnelo Alves.

Complementando a resposta às observações do Senador Roberto Saturnino, avalio que este projeto, uma vez aprovado, vai permitir, primeiro, uma consciência maior para evitar o tipo de procedimento a que aqui se faz referência.

Mas precisamos levar em consideração outros aspectos, como, por exemplo, o mencionado pelo Senador Antonio Carlos Valadares. S. Ex^a propõe que seja extinto algo que hoje é uma prática comum por parte de candidatos e partidos: pagar pessoas para fazer boca-de-urna, o que constitui uma outra modalidade de abuso de poder econômico e que precisa ser restrita, precisa ser eliminada.

Quero manifestar meu apoio à proposição do Senador Antonio Carlos Valadares, mas, assim como outros Colegas e o próprio Relator, Senador Lúcio Alcântara, também gostaria de fazer um apelo no sentido de que o seu projeto possa se tornar um projeto de lei. Dessa maneira, não estaremos prejudicando a sua iniciativa e também não deixaremos de votar o projeto de iniciativa popular tal como veio da Câmara, a fim de que possa ser sancionado e colocado em prática já nas eleições municipais do ano 2000.

Devemos ainda estar muito atentos para eventuais abusos dos tribunais eleitorais com respeito a certas candidaturas - ainda ontem nos chamou a atenção para esse aspecto o Senador Roberto Requião, em virtude da experiência vivida por ele próprio quando candidato no Estado do Paraná. Devemos estar muito atentos à maneira como este projeto será implementado e à própria atuação da Justiça Eleitoral.

O meu voto, acompanhando o Bloco e todo o Senado, é a favor da matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PSB - RJ) - Sr. Presidente, já fui atendido nas minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon. (Pausa)

Com a palavra o Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB - PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que grande parte dos que se manifestaram já disseram de maneira clara que não devemos nos iludir com este projeto.

Desejo manifestar o meu voto favorável, o voto do meu partido, mas quero dizer que, além de ser um projeto extremamente limitado e que não resolve o problema do abuso do poder econômico no processo eleitoral, é um projeto que foi modificado pelo Congresso Nacional.

A primeira observação que faço com relação ao projeto diz respeito a uma expressão que constava do projeto original e que foi modificada. O projeto de autoria popular, o original, propõe, modificando o art. 41: "... que constitui processo de captação de sufrágio, vedado por esta lei, doar, oferecer ou prometer o candidato ou alguém por ele...". Lamentavelmente, a Câmara dos Deputados tirou esse "alguém por ele", deixando claro que deixam de ser punidos o Presidente da República, se interferir na eleição municipal, um Governador de Estado, um Prefeito que não seja candidato ou o seu chefe de gabinete, por exemplo. Quer dizer, essas pessoas poderão doar, poderão brindar, poderão prestar benefícios aos eleitores - comprar votos - e essa atitude não será tipificada como cooptação. A Câmara dos Deputados modificou de maneira radical o que pretendia a emenda popular da CNBB, com o apoio de mais de um milhão de assinaturas.

Cometeu um erro grave a Câmara dos Deputados ao suprimir aquela expressão. Essa é uma questão extremamente grave. Oferecendo, prometendo, ou doando prêmios o Presidente, Governadores, Prefeitos ou outros podem, em tese, procurar favorecer

a eleição de seus candidatos, porque não serão punidos por essa norma penal.

Além disso, essa lei não tipifica os crimes de maneira clara, algo a que, antes de mim, outros parlamentares já se referiram. Por exemplo: a questão do transporte do eleitor. Se ele for patrocinado pelo candidato - o que normalmente acontece -, pode ficar caracterizado um abuso de poder econômico; ele não está a cargo da Justiça Eleitoral, quem o faz, normalmente, é o candidato e isso não está tipificado como favorecimento pessoal. A questão da alimentação do eleitor: embora a lei proíba, na prática, continua sendo feita e não é a Justiça Eleitoral que a patrocina.

Hoje acontece o absurdo de a Justiça Eleitoral pedir contribuição financeira aos candidatos para fazer determinadas despesas. É muito comum, no interior do nosso Estado, acontecerem coisas desse tipo.

Posso ainda falar sobre os **shows**. Imaginemos que o prefeito de uma cidade leve as duas sheilas do Tchan para fazer um comício em benefício de determinado candidato e vinte mil pessoas se reunam numa praça para assistir àquelas belas dançarinas. O povo se impressiona com o poder daquele candidato, que foi capaz de levar o Tchan a uma cidade do interior - uma cidade que nunca teve oportunidades, que só sonhava em ver o Tchan pela televisão, mas de repente o vê ali na sua frente, trazido pelo candidato a prefeito. Quanto custa realizar um evento como esse? Quanto se coloca, na verdade, na prestação de contas junto à Justiça Eleitoral? Qual é o valor real daquele **show**?

Ninguém pode pensar que o que está sendo aprovado aqui acabará com a corrupção eleitoral.

O SR. AGNELO ALVES (PMDB - RN) - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB - PA) - Eu pediria...

O SR. AGNELO ALVES (PMDB - RN) - Só um segundo.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB - PA) - Se for realmente breve, porque eu gostaria de...

O Sr. AGNELO ALVES (PMDB - RN) - Tudo que for proibido ao candidato da oposição será permitido ao prefeito, porque é dever dele, como candidato e como prefeito, atender às necessidades: dar cesta básica, dar remédio. O prefeito pode tudo. E o candidato da oposição?

O SR. ADEMIR ANDRADE(Bloco/PSB - PA) - O prefeito que é candidato deixa de poder. Mas, na prática, o que a gente acompanha no interior...

Ao suprimir a expressão “o candidato ou alguém por ele”, a Câmara cometeu um erro gravíssimo. Com a supressão, a Comunidade Solidária, o famoso Projeto Comunidade Solidária, ao distribuir cestas básicas, pode ser um veículo de propaganda eleitoral: na época de eleições é comum vermos filas de eleitores esperando para pegar a cesta básica e encontrar dentro dela um cartaz, um documento ou uma cédula eleitoral do prefeito responsável pela distribuição das cestas. Não é ele, o candidato, que está doando as cestas, mas ele vai se beneficiar desse processo.

E, finalmente, a questão da boca-de-urna. É muito comum nas nossas eleições o cidadão pagar mil pessoas - R\$ 20,00 ou R\$ 15,00 para cada um ou, em alguns municípios, até R\$ 10,00 - para fazer propaganda na boca da urna. Na situação de miséria e de dificuldade em que vive o povo brasileiro, a oportunidade de ganhar R\$ 10,00, R\$ 15,00 ou R\$ 20,00 por um dia de trabalho atrai multidões. Os vereadores fazem isso, não são nem os prefeitos. As pessoas recebem aquele dinheiro, um prato de comida para passar o dia com a camisa do candidato, distribuindo a cédula na porta da seção eleitoral e assim por diante. Tudo isso não é abuso de poder? Tudo isso não é favorecimento pessoal? Aquele cidadão que vai prestar um serviço à época da eleição para ganhar R\$10, R\$15 ou R\$20 não está incluído em favorecimento pessoal? A lei não está clara; o projeto não é claro. Lamentavelmente, então, o poder econômico vai continuar prevalecendo na legislação eleitoral do nosso País. E o que pode fazer com que isso mude é a população compreender a importância da política, a importância de exercer o seu direito de cidadão, recebendo a informação correta e podendo escolher melhor.

O Brasil ainda está dando os primeiros passos no processo de aprendizado político. O povo brasileiro, lamentavelmente, ainda não tem a informação correta, porque os meios de comunicação praticamente são monopólios de grandes grupos econômicos ou de políticos normalmente aliados ao Governo, beneficiando-se, portanto, dessa força e dessa estrutura para continuarem no Poder, distorcendo a vontade popular.

Sr. Presidente, considero que o projeto tem boas intenções, mas, na prática, não resolve o problema das nossas eleições. A única vantagem que vejo nesse projeto é o fato da consciência que ele pode criar, porque há leis que são feitas e não pegam, e pode haver leis que são feitas e até extrapolam, como pode acontecer com essa. Portanto, a grande vantagem da aprovação dessa lei não é a sua perfeição, não é o que ela pode impedir de corrupção, mas o que ela pode fazer para que a sociedade compreenda o que está acontecendo no processo eleitoral.

A CNBB, a Igreja Católica em todo o País, pode aproveitar a oportunidade da aprovação dessa lei, que não é, evidentemente, perfeita, repito, nem corrige as nossas dificuldades e os nossos problemas, e obter um elevado nível de consciência política da nossa população e mobilizá-la para impedir, na prática, a corrupção eleitoral.

O que me preocupa também é que as coisas, de certa forma, ficam na mão dos juízes eleitorais. As decisões sobre tudo o que vai acontecer a respeito do que se pratica aqui passam a estar na mão dos juízes eleitorais, que muitas vezes não são isentos, que muitas vezes obedecem a quem está no Poder, porque têm as benesses e as recebem de quem está no Poder, principalmente com a reeleição, onde os prefeitos sustentam praticamente todo o fórum, sustentam, em muitos casos, os juizes eleitorais, que podem viajar semanalmente à capital do Estado com passagens custeadas por prefeitos, recebem casas, empregados, funcionários custeados pelo prefeito municipal, e se não for um juiz de boa formação, de boa consciência, que tenha ética no procedimento, pode vir a se sentir influenciado por todas essas benesses que recebe de quem está no Poder.

A lei em si é apenas um postulado de boas intenções. Na prática, não resolve o problema. Entretanto, como essa lei pode vir a

criar uma grande mobilização na sociedade, creio que seja extremamente positivo o que estamos fazendo aqui.

Lamento que não possamos oferecer emendas a esse projeto. Eu tinha duas emendas prontas. Gostaria, inclusive, de deixá-las registradas em meu pronunciamento, tratando da questão da proibição de pessoas agirem em nome do prefeito e retirando aquele prazo, que considero um erro, porque a corrupção eleitoral não está limitada entre o registro da candidatura e o dia da eleição. A corrupção eleitoral já se dá na época das convenções, ou seja, muito antes, e também posteriormente às eleições, no momento das apurações. Quanta corrupção existe no processo de apuração!

Portanto, creio que o prazo colocado na origem da lei, entre o registro da candidatura e o dia da eleição, de certa forma, foi um erro cometido por quem elaborou a lei. Mas espero que no decorrer do tempo e do processo possamos aperfeiçoá-la e aprofundá-la, se não para as eleições do ano 2000, mas pelo menos para as eleições de 2002. Aproveitamos o objetivo ético e fundamental que a CNBB e o movimento popular criaram em torno dessa lei, mas esperamos que esse objetivo possa ser aperfeiçoado para as eleições do ano 2002.

Sendo assim, voto favoravelmente e não vou apresentar a minha emenda, porque compreendo as dificuldades da sua aprovação, já que o projeto teria que voltar à Câmara dos Deputados e o tempo é muito curto para se resolverem tantos problemas. Deixo, portanto, a minha emenda para posterior modificação do projeto, para que possa vir a prevalecer para as eleições do ano 2002.

Era esta a nossa manifestação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha para discutir. (Pausa)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Requião para discutir.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há um

velho ditado popular que diz que de bem intencionados o inferno está cheio. Sem a menor sombra de dúvida, a lei proposta é bem-intencionada, mas é absolutamente inócua e vazia.

Chegou malfeita na Câmara Federal e foi liquidada com a introdução do respeito ao art. 26 da Lei Eleitoral, que viabiliza a compra de votos através dos mais diferentes brindes: uma camiseta é um bem pessoal - com a impressão de uma sigla partidária, do nome e do número do candidato, transforma-se em um brinde eleitoral. E isso vale para um chaveiro, para uma botina, para um agasalho olímpico, para um jogo de camisas de time de futebol e, por extensão, vale para uma bicicleta, para um liquidificador ou para qualquer outro eletrodoméstico. A lei não fecha, da forma como foi apresentada, a possibilidade da corrupção eleitoral.

Pior do que isso, no entanto, deixa ao arbítrio e ao alvitre do Poder Judiciário o impedimento, o julgamento ou a cassação do mandato. E o Judiciário pode ser composto pelos juízes indicados pelo Juiz Leopoldino, assassinado em Mato Grosso. Acredito que, hoje, com o andamento da CPI do Judiciário, ele está dessacralizado. Estamos entendendo que a corrupção, que contamina o Legislativo, que contamina o Executivo, não poupou o Poder Judiciário brasileiro.

Uma montagem, com testemunhas pagas, pode colocar um candidato **sub judice** durante todo o período eleitoral, embora existam recursos suspensivos da decisão do juiz, mas os eleitores jamais saberão se estarão votando em um candidato que poderá assumir um mandato que lhe foi outorgado pelo povo ou ser cassado. Desmoraliza uma candidatura.

Sempre que uma lei não define com clareza o que está cominado como crime e o que é lícito e permitido, o Judiciário passa a legislar no lugar do Poder Legislativo. Estamos viabilizando a possibilidade de o Judiciário, ao sabor dos seus interesses corporativos ou do entendimento solitário de cada juiz, suprir as falhas de um projeto de lei de iniciativa popular que nos chega de afogadilho, sem nos dar o tempo necessário para a reflexão, e para o qual se exige e se postula aprovação imediata, sem um exame sistemático e inteligente, que poderia aproveitar a boa intenção do projeto e corrigir os seus erros.

Sr. Presidente, vai aqui um exemplo pessoal: fui candidato ao Governo do Paraná; todos os meus pedidos de retirada do ar de programas eleitorais do meu adversário foram negados, e todos os pedidos do meu adversário foram sistematicamente concedidos por medidas liminares. É evidente que por trás disso estava um conflito do Judiciário comigo, enquanto Governador do Estado, que lhes neguei o pagamento de um salário absurdo, sem o amparo de uma lei, decidido pelo tal órgão superior da magistratura. O conflito é evidente e a retaliação existe a cada momento. Recorri às instâncias superiores e, no último dia da programação eleitoral, quando já não havia a possibilidade de colocar no ar nenhum programa eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral, com lisura e limpeza, mas com atraso e a destempo, deu-me ganho de causa em todas as postulações. Mas já não havia mais espaço para colocar os programas no ar; já não havia mais espaço para responder às acusações de campanha que me haviam sido feitas. O Judiciário é lento, o Judiciário não deve legislar; o projeto é rigorosamente inócuo, permite tudo e, quando não permite, deixa ao alvitre do Poder Judiciário.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, votei a favor do projeto; e me disse “não” muito docemente constrangido, porque se votasse contra, poderia ser retaliado pelos organismos que viabilizaram as assinaturas num projeto popular.

Mas, refletindo melhor, volto à postura que sempre orienta o meu comportamento político. Acredito que, acima de tudo, em primeiro lugar, um agente político deve agir segundo a sua consciência; em segundo lugar, dever atender aos interesses do seu País; em terceiro lugar, ao Partido e, logo depois, às pressões populares.

Há uma pressão popular inequívoca, há uma pressão social também inequívoca; redes nacionais de televisão endossaram o projeto. Mas a minha consciência, a minha inteligência de advogado e a minha experiência de político dizem que o projeto não é bom, embora tenha sido encampado pela CNBB; não era bom na origem, embora fosse bem-intencionado, e foi liquidado com a emenda da Câmara Federal.

Portanto, resolvi ceder à visão da minha consciência política. Não votarei em um projeto que entrega ao Judiciário a cabeça de todos os agentes políticos que se pretenderem candidatos a um mandato eleitoral. O projeto é ruim. O projeto é mal redigido. O projeto não atende aos interesses da moralização da estrutura política. É bem-intencionado, mas de bem-intencionados o inferno está cheio.

Mudarei o voto que proferi na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Fico com a minha consciência, com o entendimento técnico e jurídico. O projeto não tem condições de ser aprovado. Poderia ser melhorado, mas veio de supetão, no constrangimento da publicidade que em torno dele se realizou. É uma iniciativa popular - é maravilhoso que o povo se manifeste -, mas isso não significa que eu tenha que votar numa besteira jurídica. O meu voto é contrário.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS) - Sr. Presidente, é possível ainda falar?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - É, logo após dois oradores que estão inscritos.

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRª MARINA DA SILVA (Bloco/PT - AC. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sou daquelas que acreditam que os avanços políticos se realizam a partir de processos que geram uma visão cumulativa, a qual nos faz perceber que, mesmo em iniciativas que não são perfeitas, podemos estar dando o primeiro passo para uma grande contribuição.

Compreendo que as imperfeições do projeto de iniciativa popular, articulado pela CNBB e com a participação da sociedade brasileira, contendo mais de um milhão de assinaturas, fazem parte de um processo, com certeza, politicamente louvável. Desde a Constituição de 1988, esse é o primeiro projeto de iniciativa popular apreciado pelas duas Casas do Congresso Nacional. Para mim, é um grande mérito a Constituição de 1988 ter estabelecido, ainda que de forma precária, um misto de democracia representativa com democracia direta, ao possibilitar à sociedade brasileira apresentar leis ao Congresso Nacional.

No entanto, as leis que a sociedade brasileira gostaria de ver aprovadas no Congresso Nacional são aqui modificadas, pois o Congresso é foro diverso. Infelizmente, ainda não temos as regras que possibilitem aquilo que a CNBB e os subscritores do projeto gostariam de evitar.

Há falhas no projeto de lei? Com certeza, mas ele tem mérito. E o maior mérito é criarmos o precedente para que a sociedade possa se manifestar. Afinal de contas, sou defensora da idéia de que as instituições brasileiras precisam ser renovadas, de que muitos dos abusos praticados, dos quais somos vítimas na época das eleições, são processos que estão na raiz da cultura política brasileira. E não é apenas o mecanismo das leis eleitorais que pode evitar tais abusos.

Posso dizer isso de cadeira, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque durante quase 20 anos da minha vida política enfrentei problemas que não ocorriam apenas no momento da eleição. Lembro-me, por exemplo, em 1986, quando me preparava para disputar a Assembléia Nacional Constituinte. Com apenas 26 anos, ousei candidatar-me a Deputada Federal Constituinte. Um dos meus adversários - não vou citar o seu nome -, um homem muito rico, disse-me em um debate dentro da universidade: “Essa é a beleza da nossa democracia, essa nossa democracia é fantástica, porque eu, um homem rico, com uma casa de 700 metros quadrados, posso estar aqui competindo com a Professorinha Marina, que ganha em torno de R\$300”. Disse-me, ainda, que o compromisso dele terminava após as eleições. Ele comprava os votos, pagava-os e, depois, não queria ouvir os eleitores ou mesmo ver a cara deles.

Naquele período, perdi as eleições, porque nem eu nem meu Partido fizemos a legenda, mas acumulamos politicamente, defendendo a idéia de que é possível que as pessoas votem sem serem compradas. É possível fazer com que as pessoas mudem sua opinião política, a partir de um processo intenso de debate com a sociedade.

O Sr. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB - PA) - Senadora Marina Silva, V. Ex^a me permite um aparte?

A SR^a MARINA SILVA - Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB - PA) - Senadora Marina Silva, quero-me somar às palavras de V. Ex^a e contraditar

frontalmente as alegações do Senador Roberto Requião, porque não podemos pressupor ou imaginar a exceção. Essa lei está sendo criada com um objetivo ético, um objetivo de combate à corrupção. Não é possível que a sociedade não compreenda isso e vá permitir que um juiz use essa lei para inverter um resultado ou para acusar algum inocente. Não podemos partir desse princípio para condenar a lei. A argumentação do Senador Roberto Requião é absurda, não faz sentido. Portanto, o Senado deve aprovar essa lei, ainda que não seja perfeita, ainda que não acabe com a corrupção no nosso País. Ela é um grande passo, como coloca V. Ex^a, e é com passos que se avança. Dessa forma, entendo como uma manifestação absolutamente sem fundamento a argumentação do Senador Roberto Requião.

A SR^a MARINA SILVA (Bloco/PT - AC) - Incorpo o aparte de V. Ex^a.

Tenho um grande apreço e respeito pelo colega Senador Roberto Requião, mas respeito também a posição daqueles que trabalharam incansavelmente para apresentar essa iniciativa popular no Congresso Nacional. Registro aqui a presença de um companheiro, batalhador da CNBB e ex-Vereador de São Paulo, que desistiu da carreira política dentro do Parlamento para fazer política na sociedade, o Chico Whitaker, que trabalhou incansavelmente, acreditando que é possível fazer mudanças concretas a partir dessa visão cumulativa de avanços.

Creio que o niilismo político não contribui com absolutamente nada. Uma visão niilista com relação aos processos, aos acúmulos, às vezes, favorece exatamente aqueles que não gostariam de ter regra alguma, porque compreendo que regras são estabelecidas entre interesses diferentes. Se tivéssemos os mesmos interesses, não precisaríamos de regras, mas temos interesses diferentes, e é exatamente por isso que não podemos construir aqui o texto adequado para combater a corrupção eleitoral.

Se o Congresso Nacional tivesse aperfeiçoado o texto da CNBB, hoje teríamos um resultado melhor com relação ao que se está pretendendo, que é combater a corrupção eleitoral. Mas a corrupção eleitoral passa por vários processos que precisam ser combatidos, desde as instituições que têm obrigação de tomar conta dela, como no

caso dos tribunais eleitorais e dos meios de comunicação que, muitas vezes, principalmente nos Estados, criam certo favorecimento para determinadas posições políticas e uma série de outros aspectos, sem falar no abuso do poder econômico.

Há um avanço concreto na apresentação dessa lei, mesmo com todas as imperfeições, pois já é um grande avanço a possibilidade de, pela primeira vez após a aprovação do Texto Constitucional de 1988, estarmos apreciando uma lei de iniciativa da sociedade brasileira, ainda que essa lei não seja perfeita, porque também não é perfeita a participação da sociedade dentro das instituições fechadas, herméticas, como é, inclusive, o Congresso Nacional, que se abre, pela primeira vez, para que a sociedade se manifeste por intermédio de um projeto de lei.

Sr. Presidente, com essas palavras, respeitando aqueles que de mim divergiram, quero dizer que acredito que o misto de democracia representativa e a possibilidade de democracia direta poderão inovar as estruturas políticas deste País. Sempre repito uma frase que aprendi com os lagos da Amazônia: os melhores lagos não são aqueles que se fecham, Senador Requião, os melhores lagos são aqueles que, de vez em quando, são invadidos por novas águas para serem nutridos por novos peixes, novas algas, novas espécies. Talvez o Congresso Nacional esteja sendo invadido por uma espécie muito positiva, que se chama sociedade brasileira, por meio de uma iniciativa popular, fazendo valer aquilo que diz o art. 61 da nossa Constituição Federal, que possibilita a manifestação dos cidadãos.

Quero parabenizar a CNBB, a todos aqueles que trabalharam e aqueles que têm a coragem de acumular processos, porque um açude não nasce feito. A partir de várias gotas d'água é que se tem esse acúmulo. É só olharmos como começam as cabeceiras do rio Amazonas no Peru: apenas algumas gotinhas. Vamos até a pororoca, no Amapá, e verificaremos a força que essas gotinhas têm.

Espero que essas primeiras gotinhas tenham a força do povo brasileiro e da construção da democracia de que precisamos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra o Senador Bello Parga.

Faria um apelo aos ilustres Senadores para, na medida do possível, diminuir o seu tempo, o que agradeço, pois temos que fazer uma sessão do Congresso antes das 14 horas, horário que começa a sessão da Câmara dos Deputados.

O SR. BELLO PARGA (PFL - MA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, procurarei atender a observação de V. Ex^a. Serei breve.

Quero salientar, Sr. Presidente, que, como se apresenta a lei, ela é imperfeita no seu enunciado. Sabemos nós todos que quando as leis são imperfeitas, quando as leis não são claras, quando não são precisas, recai sobre a Justiça, sobre o Judiciário, a função, até mesmo, de legislar pelas decisões tomadas por uma legislação imperfeita ou incompleta.

Esse é um exemplo típico da diferença, da distância que vai entre a intenção e a execução, entre o pensamento e a expressão. Não vejo como, Sr. Presidente, possa prosperar o combate à corrupção da maneira como a lei se apresenta. Entretanto, vamos apoiá-la na esperança de que a Justiça Eleitoral tenha alguma consciência e decida bem, mas é um risco que vamos correr e que deveremos, de acordo com o resultado de aplicação dessa lei, reformá-la e melhorá-la posteriormente à eleição.

Cito apenas um exemplo dentro daquele axioma de que toda lei tem que ser clara, precisa, sem superficialidade, sem abundâncias. Diz claramente, querendo evitar a corrupção eleitoral - mal que todos nós devemos ter sempre em mente combater - o art. 1º do texto que modifica a Lei 9.504 que o candidato, desde a data do registro até a eleição, não pode oferecer bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego, desde o registro da candidatura. Mas faz uma ressalva clara e expressa: “com o fim de obter-lhe o voto”. Se isso está aqui na lei, Sr. Presidente, é porque o legislador admitiu a possibilidade de fazer essas doações, ajuda ou seja o que for sem a finalidade de obter voto. Desde que admita que não há tal finalidade, não vejo como possa ser útil e eficaz o combate à corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (PFL - SE. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este momento é muito importante, porque inova o processo legislativo. Estamos votando uma matéria de iniciativa popular, a primeira que chega a esta Casa depois da Constituição de 88. Como disse, a iniciativa é importante e o assunto ainda muito mais, uma vez que diz respeito a todo um processo que visa coibir a corrupção eleitoral. Embora eu vote a favor do projeto em respeito a um milhão de assinaturas, à CNBB - porque sou católica apostólica romana praticante, atendendo à emenda do nobre Senador Pedro Simon -, ao meu órgão de classe, a OAB, e tantos órgãos que participaram dessa iniciativa, entendo que o cerne da questão não é esse.

O art. 299, do Código Eleitoral, tipifica o que é crime eleitoral, no entanto, o que estamos assistindo? Tipificados os crimes eleitorais, recorre-se aos juízes do Tribunal Regional Eleitoral ou do Superior Tribunal Eleitoral e nada acontece. A questão, portanto, não é tipificar em outra lei como a que estamos votando hoje, pois ela vem se contrapor ao que já existe. Trata-se de uma lei que não vai resolver o grave problema da corrupção eleitoral. Há o problema da boca de urna, como lembrou o Senador Antonio Carlos Valadares, o problema do custeio das campanhas e tantos outros. A Justiça Eleitoral conhece todos e tem ações que passam até o candidato deixar o seu mandato.

Por isso, apenas em respeito aos signatários dessa proposta, a CNBB e as demais entidades, é que voto a favor do projeto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente agradeço a V. Exª a oportunidade pois, quando fui chamado, não me encontrava no plenário.

Vamos analisar com tranqüilidade e franqueza a questão que estamos votando. É uma vergonha que tenhamos que votar essa matéria, pois não conheço outro país em que se faça uma lei eleitoral a cada eleição, como se dá no Brasil. O normal é que haja regras eleitorais para a campanha, e que durem através do tempo. Pode ser

feita uma emenda aqui ou acolá, para aperfeiçoar, como ocorreu quando se extinguiu a cédula individual e se criou a cédula única, foi uma revolução, algo verdadeiramente espetacular; quando se criou os espaços eleitorais gratuitos, outra revolução. Mas fazer uma lei a cada eleição, de dois em dois anos uma nova lei eleitoral?! Isso é uma vergonha! Nós temos que chegar a um tempo Sr. Presidente, de votarmos uma lei eleitoral e pronto. Será a lei definitiva.

Um outro aspecto é que estamos aqui a criticar a CNBB e um milhão de assinaturas porque o projeto é ruim. Mas que autoridade moral temos nós para criticar quem quer seja, meu amigo Requião, se estamos aqui há quarenta anos fazendo projetos ruins?! Quem deu esse exemplo foi o Congresso Nacional, nós, Senadores e Deputados, eu, Pedro Simon, que há quarenta anos estou na política e fazendo projetos ruins. Essa é a realidade.

A intenção desse um milhão de assinaturas foi a melhor possível. Ingênuo o nosso amigo em São Paulo pode ser. O mérito desse projeto - com que vibrei e considere uma revolução - era que a votação do incurso deixaria de ser crime para ser responsabilidade decidida não em um processo posterior, mas decidida na Justiça Eleitoral antes da eleição. Isso era uma revolução. Mas é claro que foi ingenuidade minha porque, na hora da votação na Comissão de Justiça, os Deputados perceberam que aquilo não podia, que precisava ter um prazo para defesa, e a questão ficou para depois. Então, vai ficar igual. Mas o projeto que veio da CNBB visava uma legislação revolucionária: Há irregularidade? Então julga antes! Essa história de julgar quatro anos depois, quando o mandato já acabou, esse negócio de ficar na gaveta é o absurdo. Esse é o absurdo!

A última eleição foi a pior da história do Brasil, porque houve um recuo quanto aos espaços e ao dinheiro. Os valores que o Presidente da República, o governador, o deputado federal, o deputado estadual, o prefeito e o vereador podiam gastar eram fixados por uma regra; o Partido se reunia e determinava o quanto cada candidato podia gastar. A última lei eleitoral liberou, o candidato gasta o que quiser, está completamente liberado. Havia um freio ético - digamos assim -, o partido assumia o risco, o deputado pode gastar 200 mil; no Rio Grande do Sul, o PT definia um valor pequeno; outros já tinham medo

de registrar um valor muito alto. Podiam até gastar mais depois, mas a norma determinava a obrigatoriedade de dizer quanto iam gastar todos os candidatos do partido. Isso terminou!

Sr. Presidente, é muito bom esse debate. É muito bom que a sociedade esteja assistindo e participando desse debate com sua proposta e seu projeto. Dizer que o projeto recua, não concordo; dizer que o projeto é um retrocesso, não concordo; dizer que vamos ficar nas mãos dos juízes, não concordo; já estamos e vamos continuar nas mãos dos juízes. Esse processo é um alerta.

É uma vergonha, essa lei não podia existir, essa iniciativa popular não deveria existir. Em um país sério, onde a política é séria, onde há responsabilidade, é um absurdo ter que haver uma lei proibindo a doação de camisetas. Isso é óbvio. Em um país normal, onde existe um mínimo de princípio ético, não é preciso lei. Nunca se ouviu falar que na Noruega, na Islândia, na Inglaterra, exista uma lei proibindo esse tipo de coisa, porque a índole das pessoas não permite.

Se estamos vivendo isso, Sr. Presidente, a grande saída do Congresso Nacional - perdoe-me a sinceridade - é o nosso projeto, que proíbe verba que não seja pública nas campanhas eleitorais. Quando falo assim, sou criticado; recebo, pelo 0800, uma série interminável de críticas. Dizem que não fazemos nada, que não trabalhamos, que roubamos o dinheiro público e que agora ainda queremos fazer campanha eleitoral com o dinheiro público. Coitados, mal sabem eles que o que estamos querendo, como acontece na Alemanha, é democratizar o processo. É fazer com que o Pedro Simon, que não tem um tostão, ao concorrer com Antônio Ermírio de Moraes, que é um homem íntegro, honesto, decente, digno e milionário, numa campanha política, os dois possam gastar a mesma quantia. Alguém teria dúvida de que, se o Sr. Antônio Ermírio de Moraes for candidato, ele tem dinheiro para bancar sua campanha? É dele o dinheiro, mas nem esse dinheiro ele pode utilizar. Na Alemanha, nem esse dinheiro pode, os candidatos concorrem em igualdade de condições, com dinheiro público.

E os que pensam que o que nós estamos propondo é um escândalo, utilizar dinheiro público nas campanhas, que entendam: a origem de toda a corrupção no País começa na campanha. Assistimos

isto na CPI do **impeachment**, assistimos isto na “CPI do Anões do Orçamento”, assistimos isto na CPI dos Precatórios: tudo começa na campanha eleitoral. Aparece um cidadão da empreiteira, do banco, dá um dinheirinho aqui, dá um dinheiro lá, empresta um avião... é assim que começa. O esquema de corrupção de PC Farias começou a funcionar assim, na campanha do Sr. Collor. Depois foi pagar a despesa, a conta daquilo que tinha sido feito.

Sr. Presidente, creio que, por meio de V. Ex^a e da Senadora Marina Silva, o Congresso está vivendo um grande momento, no debate do problema da fome, da pobreza, da questão social, um problema óbvio, mas que nunca foi debatido por nós com a profundidade e a responsabilidade que deveríamos. E, de repente, não mais que de repente, estamos reunidos em uma Comissão - independentemente de sermos do PT, do PMDB ou do PFL; independentemente da posição ideológica -, com o sentimento de se buscar uma fórmula que realmente corresponda ao que necessitamos. Creio que é agora. O mérito desse projeto, que veio da CNBB, com mais de um milhão de assinaturas, é nos reunirmos para debater.

Tem razão o meu amigo Requião. Esse projeto tem boa intenção e pode não resolver, mas não temos autoridade nenhuma para isso. Há 30 anos estamos mudando a legislação. É claro que, numa eleição em que sou candidato a Senador, na hora de fazer a lei eleitoral, eu já a faço mais favorável a mim!

Sr. Presidente, creio que poderíamos aproveitar para equacionar essa questão, que é da maior importância.

Faço um registro ao meu querido Senador: a emenda de V. Ex^a é a mais profunda. Não há dúvida nenhuma de que há inúmeras eleições - principalmente as municipais - em que se ganha nas 48 horas que a antecedem, com distribuição de favores e tudo o mais. Na hora da boca-de-urna, Sr. Presidente, há escândalos e até coações.

O projeto de V. Ex^a é da maior importância. Mas faço um apelo: vamos transformar a sua emenda em um projeto de lei e vamos fechar em torno dele. Vamos votá-lo.

Serei até muito sincero: criou-se uma expectativa no sentido de que esse projeto acaba com a corrupção. E não será por nossa causa

que isso não vai acontecer. Até porque, repito, não vejo nada de negativo nele. Pode não resolver, mas também não atrapalha.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT - SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi atentamente a intervenção de vários colegas a respeito de defeitos do projeto. Apontaram questões que poderiam ser mais bem resolvidas, outras alternativas. No mérito, tendo a concordar com todos os questionamentos levantados.

Porém, pareceu-me que esse coletivo se assemelhava mais a um debate de diletantes, de cientistas políticos - que, aliás, é uma categoria muito em voga atualmente. Vemos muitas vezes artigos de articulistas deitando regras, deitando sugestões, deitando verdades absolutas e assinando em baixo.

Ora, aqui se fazem as leis. Temos tido muito tempo para elaborar leis que contemplem as questões levantadas no debate desse projeto e não o temos feito. Esse projeto modifica a Lei nº 9.504. Pensei apenas em dois artigos dessa lei elaborada por nós: os que tratam da prestação de contas. Algum de V. Ex^{as} conhece ficção maior do que prestação de contas em eleição? A Lei nº 9.504 diz o seguinte: art. 30 - "Examinando a prestação de contas e conhecendo-a, a Justiça Eleitoral decidirá sobre a sua regularidade".

A prestação de contas da lei eleitoral está na mão do Poder Judiciário. Já está! Aliás, sobre essa história, já houve quem dissesse que a democracia é o pior dos sistemas, à exceção de todos os outros. E a democracia pressupõe a independência dos Três Poderes. Aprendemos isto desde o primário: o Legislativo faz as leis, o Executivo as executa e o Judiciário as interpreta e julga. A não ser que alguém acredite que há um ser superior, acima de todos nós, que vai dar a palavra final, sempre será o Judiciário que vai interpretar e julgar as leis, independentemente de existirem juízes corruptos, juízes ladrões, enfim, relacionados às três mil denúncias que existem na CPI do Judiciário. Este é o princípio da democracia: a independência dos Três Poderes.

A meu ver, a grande diferença desse projeto está relacionada àquilo que se diz. No Brasil há lei que pega e lei que não pega. Muitas vezes a lei não pega porque, por mais bem-intencionada que seja, surgiu da vontade de um parlamentar que pensou em algo que teoricamente seria bom para a sociedade. A lei é votada, aprovada pela maioria, mas não pega, porque não fazia parte das preocupações do conjunto da sociedade. Aí, a meu ver, está a diferença em relação à lei em questão, que pode pegar. Não da forma como se encontra atualmente. Mas a preocupação com o abuso do poder econômico nas eleições pode começar a pegar a partir dessa iniciativa. Não apenas a partir da iniciativa que venha a transformá-la em lei, mas a partir do trabalho que venha a ser feito **a posteriori** por aqueles que tiveram a iniciativa de coletar as assinaturas e por todos aqueles que acreditam que o fim do abuso do poder econômico e da corrupção venham a transformar-se numa lei que pode pegar e que questões relativas a esse assunto mereçam a mobilização da sociedade.

Concordo com o Senador Pedro Simon, quando lembrou mais uma vez o projeto de sua iniciativa e da do Senador Edison Lobão: financiamento público de campanha. Creio que talvez fosse interessante - vai aí uma sugestão para os que tiveram essa iniciativa - que esse projeto só fosse aprovado nesta Casa a partir do momento em que fosse de iniciativa popular, que tivesse um milhão de assinaturas, que acabasse com esse farisaísmo de dizer que gastar dinheiro com eleição é absurdo, porque não há saúde, não há educação.

Entendo que essa lei poderia pegar, a partir da pressão por parte da sociedade.

Acompanho o Senador Pedro Simon no apelo que faz ao Senador Antonio Carlos Valadares. No mérito, concordo inteiramente com a sua emenda. Mas quero lembrar que esse projeto, como já disse o Relator, passou na Câmara - inclusive foi adiado - e poderia ter sido votado na quinta-feira passada. Mas não o foi. Talvez até - não quero fazer ilações - alguns pensem: “Não! Vamos marcar para terça-feira - como o Senado já tem um acordo de que não vota matéria em regime de urgência sem ter passado pela Comissão, o Senado tem sido muito mais rigoroso no cumprimento de prazos -, porque talvez o Senado não vote a matéria”.

Em relação ao argumento apresentado pelo Senador Antonio Carlos Valadares, sobre situações semelhantes anteriores, quero lembrar que houve, sim, uma circunstância em que o Senado modificou a matéria, e a Câmara votou. Tratava-se de lei eleitoral que iria regulamentar as eleições. Se não fosse votada, caberia ao TSE regulamentar as eleições, o que não é o caso. Já existe uma lei eleitoral. As eleições vão ser realizadas, independentemente da aprovação desse projeto.

Por isso, concordando com todo o mérito da matéria, inclusive com a sugestão do Senador Pedro Simon de que a matéria venha a se transformar num projeto de lei independente, também faço um apelo ao nosso colega, companheiro de bancada de Estado, Senador Antonio Carlos Valadares, para retirar a emenda.

Voto favoravelmente ao projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Está encerrada a discussão.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB - CE. Como Relator. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, uma palavra rápida e final.

Gostaria de deixar bem claro - e os debates o demonstram - que essa é uma lei pontual. Ela está abordando especificamente um aspecto: o da captação do voto; daquilo que popularmente se chama compra de voto. Quer dizer, como disse o Senador Bello Parga muito bem, dá-se um valor para se obter um voto, de acordo com o artigo que se introduz na nova lei eleitoral.

Segundo, Senador Simon, temos - pode até ser ruim - agora uma lei eleitoral e não mais uma lei para cada eleição. Tanto que estamos votando, como disse V. Ex^a muito bem, uma modificação numa lei eleitoral.

Terceiro. Dentre os debates ocorridos, vimos posições absolutamente antagônicas. Uns disseram: “É uma lei inócua, não serve para nada, não adianta, não vale nada”! Outros disseram que é uma lei perigosa, porque vai, talvez, inviabilizar candidaturas; vai inviabilizar o processo eleitoral.

Estamos vendo, a partir desses debates, que a lei tem algum mérito, e o seu mérito é justamente enfrentar uma questão que, todos sabemos, ocorre durante o processo eleitoral. O Senador Dutra disse muito bem: alguém tem que decidir a questão e somente pode ser o Poder Judiciário, que, por sua vez, amanhã, quem sabe, terá um controle social. Está-se discutindo a reforma do Poder Judiciário e, amanhã, talvez o Judiciário tenha melhores mecanismos para acompanhar e fiscalizar o seu próprio funcionamento, mas não há outra maneira de resolvermos questões e antagonismos a não ser entregando-as à decisão da Justiça.

Outra experiência que temos, e a Senadora Marina Silva abordou a questão com muita propriedade, é a de que quando não se quer resolver um problema, a desculpa é transformá-lo em algo grande demais: “O Brasil não vai para a frente porque tem desemprego; tem desemprego porque não tem educação; não tem educação porque não tem saúde; não tem saúde porque não tem dinheiro”, e aí nada se faz. Porque o problema é grande demais, não se faz coisa alguma, deixa-se para depois, para uma solução geral para tudo. É o que se quer nesse problema eleitoral.

Falou-se em abuso do poder econômico, questão de gasto de campanha, liberalidade na lei, tudo bem, isso existe, mas vamos progredindo, vamos melhorando. Esse é um aperfeiçoamento, não podemos desperdiçar essa oportunidade, e a comunidade também vai aprender, porque é muito fácil dizer-se: “Ah! Reuniram-se em Brasília, fizeram uma lei e essa lei não serve.” A lei foi modificada; o projeto foi modificado. O que está sendo aprovado aqui não é o projeto que a população entregou, pois a Câmara o modificou, introduzindo-lhe elementos de justiça para, inclusive, torná-lo aplicável e respeitar princípios básicos, como o do amplo direito de defesa. Assim, nós e a sociedade vamos aprender na própria execução da lei e, quem sabe, contribuir para melhorá-la no futuro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Tem a palavra, pela ordem, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, depois dessa discussão tão ampla sobre o Projeto de Lei nº 45, eu não poderia deixar de tomar uma posição objetiva e pragmática diante da realidade.

Sou de um Estado onde a chamada boca-de-urna é utilizada, de forma escancarada, como instrumento da compra de voto. Na eleição passada, por exemplo, denunciei na televisão que o Governador Albano Franco iria contratar cinco mil bocas-de-urna para Aracaju e, de fato, S. Ex^a o fez.

Um dos seus candidatos a Deputado Estadual, que contratou 12 mil bocas-de-urna, elegeu-se e, como deu calote nos eleitores, que não receberam a “grana”, a imprensa divulgou esse escândalo. S. Ex^a, então, disse: “Realmente, eu contratei, mas não pago”. Sua promessa foi de que, elegendo-se, pagaria R\$20,00 ou R\$30,00 pelo dia de “trabalho” na eleição a quem se apresentasse com a camisa e o boné.

O Sr. PEDRO SIMON (PMDB - RS) - Mas a informação que tenho é de que quando S. Ex^a contratou essas pessoas, não sabia que era crime eleitoral. S. Ex^a ficou sabendo disso depois da eleição.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) - Tratava-se de um ex-juiz, então S. Ex^a sabia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Agradeceria se V. Ex^a concluísse e, se possível, não desse apartes, porque V. Ex^a pediu a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) - Obedecerei a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Sou um homem de posições coerentes. Não traio os meus compromissos. Não traio os meus amigos. Como já fui Governador, Prefeito, Deputado Federal, Vice-Governador, governei meu Estado e, atualmente, sou Senador da República, quero que alguém denuncie Antonio Carlos Valadares por ter contratado uma boca-de-urna para se eleger. Tenho, então, moral para falar sobre isso.

Sr. Presidente, não tenho outra atitude senão a de atender ao apelo dos companheiros, mesmo porque podemos objetivar a idéia da proibição da boca-de-urna em um projeto em separado. Por isso, atendendo ao apelo do nobre Relator, Senador Lúcio Alcântara, que

fez um relatório realmente eficiente, bem trabalhado e bem articulado, e dos nobres Senadores Eduardo Suplicy, Pedro Simon e José Eduardo Dutra - além de que o Sr. Presidente, em poucos minutos, vai presidir uma sessão importante do Congresso Nacional e minha emenda não pode retardar, de maneira alguma, uma convocação do Presidente do Congresso Nacional -, estou com o pedido de retirada da minha emenda, que transformarei em um projeto que será, certamente, aperfeiçoado e melhorado pelos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio. É lido o seguinte **REQUERIMENTO**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Em votação o requerimento de retirada da emenda.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio

É lido o seguinte

PARECER

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram
permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

(...)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
SESSÃO ORDINÁRIA DE 23/09/1999:

(...)

O SR. EURÍPEDES MIRANDA (PDT-RO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, considero oportuna a aprovação do projeto de lei de iniciativa popular, que prevê a cassação do registro da candidatura ou do diploma do eleito em caso de comprovação de compra de voto. É um momento de grandeza da Câmara dos Deputados. Espero que o projeto seja confirmado no Senado e sancionado até o próximo dia 30, para que vigore nas eleições municipais do próximo ano.

Para quem tem visto este Congresso aprovar violações de direitos dos trabalhadores, arrocho aos servidores públicos, entrega do patrimônio público e cobrança de previdência de aposentados, um projeto como esse restaura o ânimo da representação popular. Espero que este seja o grande passo para uma reforma política de profundidade. Uma reforma que, acima da política, seja uma reforma moral da vida pública.

Esse projeto de lei, encaminhado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, encabeçou um movimento de mais de sessenta entidades civis, que recolheram mais de 1 milhão de assinaturas em todo o Brasil.

Transformado em lei, o projeto prevê a punição de cassação da candidatura assim que for comprovado abuso do poder econômico durante a eleição. O que tínhamos antes era a legitimação de um pacto dúbio.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

(...)

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta minha manifestação venho comentar o projeto que procura combater a corrupção eleitoral, recentemente aprovado nesta Casa. Muito mais do

que a defesa da modificação legal, venho fazer a defesa do importante conceito de assegurar a legitimidade expressa pelo voto popular.

O Brasil sofre crônica instabilidade político-institucional, que gera seguidas mutações infraconstitucionais e uma verdadeira inconstância no sistema, ocasionando, por consequência, casuísmo, particularmente na legislação eleitoral, que provoca grandes distorções no nosso modelo, com o excesso de leis, a má elaboração legislativa, o desconhecimento e, portanto, a inaplicabilidade da legislação.

Esse projeto tem méritos. O principal é a capacidade de mobilização popular, que gerou a aprovação do primeiro projeto de iniciativa popular, coordenado por entidade da maior seriedade, a Comissão de Leigos, a Comissão de Justiça e Paz, vinculada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB. E faço especial referência ao coordenador do movimento, Dr. Francisco Whitaker.

Aproveito para registrar o trabalho desenvolvido no Paraná, particularmente em Curitiba, pelos Srs. Rogério Tadeu Pereira da Costa e Luiz Mário e pela Sra. Maria Aparecida Pampolini, de mobilização e conscientização do importante tema, trabalho esse coordenado pelas mais diferentes forças do Brasil, inclusive pelo Deputado Wilson Santos, em Cuiabá, Mato Grosso. Trata-se de matéria da maior importância, que envolve o combate a um dos desvios da democracia brasileira e o enfrentamento de uma promessa não cumprida, qual seja — na feliz definição de Norberto Bobbio —, a de conciliar igualdade com liberdade.

Quando se procura estabelecer a igualdade no processo eleitoral, muitas vezes fere-se a liberdade de manifestação do pensamento; quando se procura assegurar a liberdade, de certa forma vai-se estabelecer a desigualdade, principalmente num País heterogêneo, de população com variados graus de percepção.

Não se pode criar uma ilusão. Na verdade, estamos enfrentando uma das modalidades de delito do processo eleitoral, mas não se pode desprezar a capacidade de compreensão do povo brasileiro imaginando que ele deva ser tutelado para saber o que pode e o que não deve ser feito numa eleição.

Existem instrumentos legais que devem ser aprimorados, no combate não só aos delitos de menor potencial ofensivo, com consequências administrativas e políticas, mas principalmente aos grandes delitos, de maior potencial ofensivo. Isso significa, com a implantação do instituto da reeleição, a necessidade de um controle, de fiscalização por parte das autoridades constituídas e principalmente por parte da opinião pública, para enfrentar uma das distorções, que é a substituição do voto de opinião pelo voto de permuta, que não se estabelece só pela troca do voto por mercadorias — às vezes a parte mais visível, emblemática e até preconceituosa para aqueles que têm, no processo eleitoral, a capacidade de mobilização e de encaminhamento de suas reivindicações —, mas principalmente pelas distorções dos modelos corporativistas, pela ação daqueles que detêm o poder de mobilização, principalmente pelo abuso do poder econômico, pelo abuso de autoridade, quando se confundem o interesse público e o interesse privado, quando prevalece o interesse daqueles que têm o objetivo de fazer das eleições um instrumento de benefício de determinado modelo.

Isso é muito forte, principalmente nas eleições majoritárias, em que se vê uma vinculação do Poder Público e de grupos econômicos com candidaturas e partidos políticos.

Na verdade, temos de aprimorar os instrumentos de fiscalização. Existe uma série de dispositivos altamente importantes no ordenamento jurídico brasileiro, mas a difícil missão, nessa sutil dialética que se estabelece entre quem elabora a lei, a quem a lei é dirigida e quem aplica a legislação, é assegurar a legitimidade expressa no voto popular com a implantação de mecanismos como o voto eletrônico, que representou um significativo avanço na recente história democrática do nosso País.

As referências são outras. As décadas de 70 e 80 marcaram muito a vida democrática, ou melhor, a reincorporação da democracia no País. Na década de 90, nesta incipiente democracia, temos muito que aprender.

Não se pode perder de perspectiva a necessidade de não se desprezar a capacidade de compreensão da população, sempre, porém, enfrentando a desigualdade que ainda persiste no processo eleitoral no

nosso País, na perseguição do grande objetivo de assegurar a legitimidade expressa pelo voto popular.
(...)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29/09/1999:

(...)

O SR. JOÃO MENDES (PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a compra de votos é um veneno mortal para a democracia. Se a prática se generaliza, os eleitores perdem a confiança no sistema representativo e deixam aberto o caminho para todo tipo de aventura política e para a desmoralização das instituições.

Infelizmente, ainda há no Brasil grande número de grupos políticos que utilizam a compra de votos como instrumento para obter e manter cargos eletivos, usados como base para todo tipo de ações inescrupulosas contra o interesse público. Essa situação precisa ser combatida imediatamente, sem que fique qualquer brecha legal para que a vontade do eleitor seja fraudada pela utilização de dinheiro, público ou privado, para induzir ou impor determinados candidatos às populações menos informadas.

Nesse sentido, merece apoio o projeto de lei de iniciativa popular entregue ao Presidente da Câmara pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz, liderada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Lançado a partir de um abaixo-assinado com mais de um milhão de assinaturas, o projeto pretende transformar a compra de votos em crime eleitoral.

O texto do projeto foi redigido pelo ex-Procurador-Geral da República Aristides Junqueira, e modifica as leis nº 9.504, de 1977, e 4.737, de 1965. Se o novo dispositivo for aprovado, o candidato que for flagrado agindo para comprar votos receberá uma multa e terá o registro ou diploma cassado imediatamente.

Muitas entidades de peso apóiam o projeto, como é o caso da ABI — Associação Brasileira de Imprensa e OAB — Ordem dos Advogados do Brasil, o que apenas reforça a convicção de que a medida deve ser incluída na legislação eleitoral o mais brevemente possível.

A experiência tem demonstrado que é a população humilde a maior vítima desse tipo de violência ética, pois são os mais pobres aqueles que estão mais fragilizados e por isso mesmo mais vulneráveis a falsas promessas e ameaças de retaliação em período eleitoral. Isso faz com que as consequências do crime sejam ainda mais danosas, pois o potencial de corrupção do sistema eleitoral acaba multiplicado em função do tamanho da população pobre, que se transforma em massa de manobra por parte de grupos criminosos. Forma-se, assim, um círculo vicioso, pois a perpetuação da miséria torna-se interessante e lucrativa.

Os desvios causados no sistema político pela desproporção na representação eleitoral acabam também favorecendo a compra de votos, pois o poder econômico consegue, com a manipulação de pequeno número de eleitores (nas regiões onde um voto vale proporcionalmente mais), conquistar grande poder político.

É bom que fique claro também que essa prática não ocorre apenas por candidatos que estão fora do poder, mas é largamente utilizada por aqueles que já se elegeram e utilizam a máquina administrativa para se manterem em seu postos.

A única forma de coibir tais abusos é a aprovação de uma legislação realmente rigorosa, que puna de maneira rápida e eficiente os criminosos.

Os males que a compra de votos causa ao País são imensos. Todo o sistema representativo fica encurralado. Precisamos tomar providências urgentes para impedir que a democracia morra de desnutrição ética.

(...)

Quadro de distribuição
das assinaturas coletadas,
por Estado da Federação

***NÚMERO DE ASSINATURAS COLETADAS POR ESTADO DA
FEDERAÇÃO***

Estado	Número de assinaturas
Acre	937
Alagoas	13.362
Amazonas	4.777
Amapá	1.584
Bahia	24.596
Ceará	46.504
Distrito Federal	27.727
Espírito Santo	53.144
Goiânia	24.720
Maranhão	5.769
Minas Gerais	173.722
Mato Grosso do Sul	5.348
Mato Grosso	9.642
Pará	24.688
Paraíba	11.713
Pernambuco	16.249
Piauí	10.304
Paraná	92.847
Rio de Janeiro	32.415
Rio Grande do Norte	3.993
Rondônia	2.446
Roraima	98

Rio Grande do Sul	37.632
Santa Catarina	13.420
Sergipe	4.587
São Paulo	393.259
Tocantins	1.895
Diversos	1.797
TOTAL	1.039.175

Fac-símile da folha de coleta
de assinaturas para a
Iniciativa Popular
de Lei contra a corrupção eleitoral

PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR

Promoção e Patrocínio: Comissão Brasileira Justiça e Paz - CBJP

Apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB

E das seguintes entidades e os organismos nacionais (apoios recebidos até 10/05/98): Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania - CIVES; Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas - ABESC; Associação Brasileira de Imprensa - ABI; Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais - ABONG; Associação de Educação Católica do Brasil - AEC; Associação Juizes para a Democracia; Associação Nacional do Solo Urbano - ANSUR; Cáritas Brasileira; Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP; Central Única dos Trabalhadores - CUT; Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais - CERIS; Comissão Nacional da Pastoral Operária - CPO; Comissão Pastoral da Terra - CPT; Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; Conselho Indigenista Missionário - CIMI; Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC; Conselho Nacional de Leigos - CNL; Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP; Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE; Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ; Força Sindical; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE; Instituto Brasileiro de Desenvolvimento - IBRADES; Instituto de Estudos Sócio-Econômicos - INESC; Movimento de Educação de Base - MEB; Movimento dos Foculares; Movimento do Ministério Público Democrático; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST; Movimento Nacional dos Direitos Humanos - MNDH; Movimento Nacional Juventude Comunidade Justiça e Cidadania - JCJC; PACS; Pastoral Carcerária; Pastoral da Criança; Pastoral da Juventude do Brasil - PJ; Pastoral Universitária - PU; Pensamento Nacional das Bases Empresariais - PNBE; POLIS; Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES.

PROJETO DE LEI

**Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997
e altera dispositivos da Lei nº 4737,
de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral**

Art. 1º - O art. 41 e o § 5º do art. 73, ambos da Lei nº 9504, de 30 de setembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.41 - Constitui processo de captação de sufrágio, vedado por esta lei, doar, oferecer ou prometer, o candidato ou alguém por ele, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de 1.000 (mil) a 50.000 (cinquenta mil) UFIRs, e cassação do registro ou do diploma."

"Art. 73 ...

§ 5º - Nos casos de descumprimento dos incisos I, II, III, IV e VI do caput, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o candidato beneficiado, agente público ou não, ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma."

Art. 2º - O art. 41 da Lei nº 9504, de 30 de setembro de 1997, com sua redação primitiva, passa a constituir o § 4º do art. 36 da mesma Lei.

Art. 3º - O inciso IV do art. 262 e o art. 299, ambos da Lei nº 4737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 262 - ...

IV - Concessão ou denegação do diploma em manifesta contradição com a prova dos autos, nas hipóteses do art. 222 desta Lei, e do art. 41 da Lei nº 9504, de 30 de setembro de 1997."

"Art. 299 - ...

Parágrafo Único - Se o Juiz verificar, quanto ao eleitor, tratar-se de réu primário, cujo grau de instrução e condição de necessidade material no momento do crime poder-lhe-ia ter reduzido a capacidade volitiva de recusar a oferta, promessa ou doação, conceder-lhe-á perdão judicial."

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR

No uso do direito assegurado pelos art. 1º, 14 e 61 da Constituição da República Federativa do Brasil, subscrevo o Projeto de Lei reproduzido no verso da presente folha, cuja ementa é a seguinte: "Modifica a Lei nº 9504, de 30 de setembro de 1997 e altera dispositivos da Lei nº 4737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral".

Nome				Assinatura ou Impressão Digital
Endereço			Município / UF	
Nº Título de Eleitor	Zona	Seção	Município / UF	

Nome				Assinatura ou Impressão Digital
Endereço			Município / UF	
Nº Título de Eleitor	Zona	Seção	Município / UF	

Nome				Assinatura ou Impressão Digital
Endereço			Município / UF	
Nº Título de Eleitor	Zona	Seção	Município / UF	

Nome				Assinatura ou Impressão Digital
Endereço			Município / UF	
Nº Título de Eleitor	Zona	Seção	Município / UF	

Nome				Assinatura ou Impressão Digital
Endereço			Município / UF	
Nº Título de Eleitor	Zona	Seção	Município / UF	

Nome				Assinatura ou Impressão Digital
Endereço			Município / UF	
Nº Título de Eleitor	Zona	Seção	Município / UF	

Nome e endereço do responsável pelas assinaturas desta folha, e/ou da entidade que coletou as assinaturas (indicação facultativa, se houver interesse em receber informações sobre o andamento da iniciativa):

Enviar as Folhas Assinadas (isoladamente ou agrupadas pela entidade que coletou as assinaturas) para:
CBJP - al/c CNBB - Setor Embalxadas Sul - Quadra 801 - Conj. B - CEP 70401-900 - Brasília - DF